



SACRACIDADE

Expressões da fé na metrópole

Xavier Bartaburu





“Reza é que sara da loucura.”

Riobaldo

SACRACIDADE

Expressões da fé na metrópole

Textos e fotos de
Xavier Bartaburu

São Paulo, 2017



© Xavier Bartaburu, 2017

Concepção, textos e fotos: Xavier Bartaburu

Projeto gráfico: Ken Tanaka

Edição de fotos: Valdemir Cunha

Revisão crítica: Adriano Brito

Revisão de texto: Jorge Cotrin

Impressão: Gráfica Pancrom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bartaburu, Xavier
Sacracidade / Xavier Bartaburu. -- 1. ed. --
São Paulo : Editora Origem, 2017.

ISBN 978-85-64444-17-1

1. Áreas metropolitanas - Aspectos religiosos
2. Fé 3. Fotografias 4. Fotografias - São Paulo
(Cidade) 5. Pluralismo religioso 6. Religiosidade
7. Reportagens I. Título.

17-11087

CDD-070.449
779

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução desta obra ou parte dela, por qualquer meio ou forma, sem a permissão expressa do autor.

Xavier Bartaburu
xbarta@gmail.com
www.xavierbartaburu.com

Editora Origem
11/3645-0301
valdemircunha@editoraorigem.com.br
www.editoraorigem.com.br



AGRADECIMENTOS

A todos os que abriram as portas de seu templo e de sua alma para que este livro pudesse ser feito:

Abrão Zweiman **(Sinagoga Adat Ischurum)**
Antonio Ogando e Paula de Souza **(Adro Arte Sacra)**
Imã Yahya e Jair Maceió **(Mesquita Bilal al-Ghabash)**
Ionara Franco e Thiago Benchaya **(Arte Sacro Paramentos Litúrgicos)**
Jenner Verçosa **(Igreja Ortodoxa Antioquina da Anunciação de Nossa Senhora)**
Mãe Dalva de Oxum
Mãe Paula Duwe e Pai Christian Duwe
(Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca)
Márcio Roberto Tobias
Pai Toninho de Xangô **(Ilê Asé Obá Oru)**
Padre Luiz Fabio Peixoto **(Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte)**
Pastor Frederico Carlos Ludwig **(Igreja Martin Luther)**
Professor Reuven Faingold e Ilana Iglicky **(Sinagoga Kehilat Israel)**
Reverendo Cristiano Valerio e pastora Alexya Salvador
(Igreja da Comunidade Metropolitana)
Rosh Gilberto Branco **(Sinagoga Beit Mashiach)**
Sandra Marli Madureira
(Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos)
Sensei Francisco Handa **(Templo Busshinji)**
Sílvia Puglia e Zulmira Hassesian
(Federação Espírita do Estado de São Paulo)

SUMÁRIO

12	Deus e o Diabo na terra desvairada
36	O hálito de Deus
44	Deus é travesti
50	<i>Stairway to Heaven</i>
58	O insuportável silêncio
86	Os amigos invisíveis
94	Flores para Lutero
102	Eu sou baiana
106	Os pretos da santa
136	Alá no Anhangabaú
144	Pagé da fé
150	Glória a ti, Yeshua
156	Pregou na contramão atrapalhando o público
178	Procuram-se judeus
186	Em nome do rei
192	Missa na muvuca
198	Deus é fervor

...INHO
...MAS
...P
...ZINHO
...en

AQUELE
QUE CRÊ
EM MIM³
...INCA
...STARÁ
...ZINHO

Fonty.



VINDE A M
TODOS
QUE ESTÁ
CANSAD
E OPRIMID
E EU V
ALIVIA

R
A
T
S

Mateus 1

"Diremos muitas coisas, porém faltarão palavras. Mas o resumo de nosso discurso é este: Ele está em tudo."

Eclesiástico 43:29

DEUS E O DIABO NA TERRA DESVAIRADA

São Paulo talvez não tenha 365 igrejas como Salvador, mas tem missa em alemão, japonês, italiano, espanhol, armênio, árabe, coreano e latim. Tem boliviano na sinagoga e chinês no terreiro. Trans no púlpito e freira na clausura. Zé Pelintra no Bixiga e Alá no Anhangabaú. Tem padre dando passe e mãe de santo em porta de igreja. Tem pastor peregrino e também butique de batina. Tudo isso em São Paulo. Tudo isso no centro de São Paulo. A três, quatro, não mais que dez quadras de distância. Entre o lixo e o xixi, entre a fumaça e o fuzuê, não tem canto onde alguém não tenha encontrado seu Deus.

Toda cidade é um entroncamento de crenças, mas em São Paulo, onde as vias são mais de chegada que de partida, a fé parece estar em permanente congestionamento – cada avenida prometendo um caminho mais rápido para a salvação. No entanto, afora as tensões inerentes ao tráfego de divindades, esta é uma cidade onde há sempre um templo para cada busca, um arquipélago de ritos e liturgias conectado não por ruas, mas pelo mesmo desejo de pertencimento em um burgo cada vez mais solitário. Igrejas, capelas, mesquitas, terreiros, sinagogas, salas de oração: cada templo é uma ilha rodeada pelo mar do caos, rocha firme de um farol que ajuda a iluminar a escuridão do incompreensível. Uma boia no meio da modernidade líquida.

Este é um livro sobre essas ilhas. Sobre os ancoradouros do sagrado que, a despeito da rudeza da metrópole – e talvez por causa dela –, floresceram em território profano (nada é tão profano como uma cidade) para ajudar os cidadãos a preservar a sanidade numa cidade ilógica. Tão disparatada que, no mesmo dia, pode-se sair da missa, tomar um passe, consultar os búzios, meditar e fazer uma sessão de descarrego. E sem que seja necessário professar qualquer uma das fés – a porta dos templos estará sempre aberta, mesmo que à primeira vista eles pareçam existir como forma de se proteger do mundo lá fora.

E o mundo lá fora, em se tratando do centro de São Paulo, é justo a terra de onde brotam todos os medos, espaço impreciso que escapa

a todo esforço de definição – e por isso tão fecundo –, construído pela mão pesada da autoridade e depois desconstruído quando essa mesma autoridade lhe deu as costas, como um patriarca a renegar seus filhos. E, então, reconstruído à revelia desse poder, como um território autônomo repovoado por todas as contradições que uma cidade pode conter.

Este lugar de ausências, o Centro, tornou-se a confluência das muitas formas que o Outro pode adquirir – o Outro, aqui, como o estrangeiro, o estranho, tudo aquilo que congrega os espectros do desconhecido e, portanto, se opõe à ordem e ao equilíbrio que tanto nos custa manter. Uns dirão que é o Diabo, mas será apenas um dos muitos nomes dessa força entrópica e desestruturadora que desafia toda norma e que, ao mesmo tempo que nos assusta e nos impele ao sagrado, também nos transforma e nos move.

Daí a escolha do centro de São Paulo como território de abordagem deste livro: uma metonímia da metrópole e, ao mesmo tempo, um espaço onde as tensões da capital estão em cotejo imediato – o velho e o novo, o branco e o preto, o rico e o pobre, o nativo e o estrangeiro, o cis e a trans, o sagrado e o profano, Deus e o Diabo. Uns vizinhos dos outros, em permanente estranhamento.

Em São Paulo, o Centro é também periferia. Talvez a soma de todas as periferias, trincheira de excluídos e invisíveis e, ao mesmo tempo, lugar de chegada dos desterrados, ávidos por habitar uma nova pátria. Mas no Centro não há pátria: o que há é um resquício de tempos decaídos, onde tradições resilientes insistem em sobreviver aos avanços da gentrificação. Talvez, isso sim, uma pátria em gestação – prenhe de velhos modos recombinaados com novas línguas e novos deuses.

Os deuses do Centro, velhos e novos, é o que este livro foi investigar. Em parte para tentar compreender os fenômenos do sagrado que se disseminam pela cidade, mas não só: *Sacracidade* foi também conhecer o Deus que todos dizem ter encontrado.

O autor



- 1 Adro Arte Sacra
- 2 Arte Sacro Paramentos Litúrgicos
- 3 Capela do Menino Jesus e de Santa Luzia
- 4 Congregação Judaica Messiânica Beit Mashiach
- 5 Favela do Moinho
- 6 Igreja da Comunidade Metropolitana
- 7 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte
- 8 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
- 9 Igreja Martin Luther
- 10 Igreja Ortodoxa Antioquina da Anunciação de Nossa Senhora
- 11 Ilê Asé Obá Oru
- 12 Ladeira Porto Geral
- 13 Mesquita Bilal al-Ghabash
- 14 Mosteiro da Luz
- 15 Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca
- 16 Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda
- 17 Praça da Sé
- 18 Procissão do Senhor de los Milagros
- 19 Rua Augusta
- 20 Sinagoga Adat Ischurum
- 21 Sinagoga Kehilat Israel
- 22 Templo Busshinji



A PAZ ESTEJA
CONVOSCO

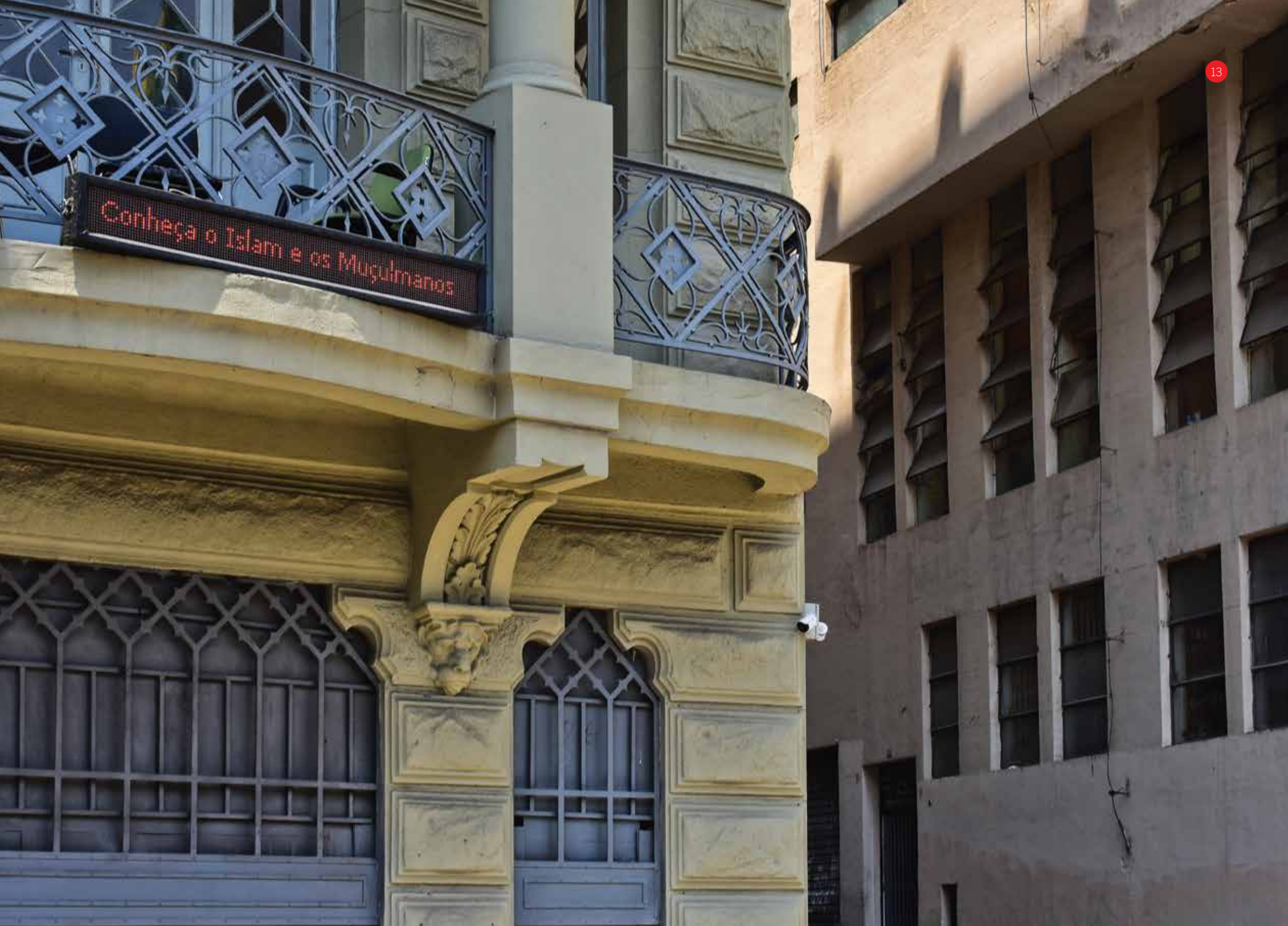


ATAÇADO E VAREJO
www.gladysreligiosos.com.br
2º ANDAR SALA 607

Gladys Artigos Religiosos

LIQUIDAÇÃO
 SETOR BABY
 ROUPAS E QUADROS
40% de
DESCONTO





Conheça o Islam e os Muçulmanos













**Paróquia Pessoal Nipo-Brasileira São Gonçalo,
Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte**
Praça Dr. João Mendes, 108 / Rua do Carmo, 202

O HÁLITO DE DEUS

✝ Quarta não é dia de ir à missa, muito menos às 9 da manhã. Mas a igreja está cheia. Do primeiro ao último banco, vieram todos ver o padre Mário. É a única vez na semana em que ele vem a público, e correm rumores de que não deve tardar a se aposentar. Trata-se, afinal, de um homem de 91 anos que já tem a coluna torta e a boca quase sem dentes – no entanto, ainda capaz de rezar uma missa inteira com as pernas eretas e a voz firme de quem já deve ter arrancado incontáveis demônios do corpo de homens e mulheres. Mário Hisatugo não é, nem nunca foi, o exorcista oficial da arquidiocese, mas relatos apócrifos de rituais de desposseção diabólica conduzidas por ele lhe concederam essa fama. E é por isso que a igreja de São Gonçalo está cheia. A missa é o de menos.

Tanto é que muita gente chega com a missa em curso, alguns com a cerimônia perto do fim, lá pelo pai-nosso. O fim não é um fim: no lugar do ide-em-paz, os assistentes do padre distribuem entre o público uma folha amarfanhada, levemente borrada, onde consta a “Oração para Cura Interior”. Em coro, todos de posse da folha, os fiéis declaram: “Renuncio a Satanás, aos espíritos malignos e a todas as suas obras”. Em seguida, o padre Mário saca um caderninho com capa de plástico e lombada em espiral. É a deixa: quase que ao mesmo tempo, os fiéis

tiram de suas bolsas e mochilas terços, crucifixos, roupas, pacotes de sal grosso, fotos de parentes (em papel, tablet ou celular) e garrafas pet de 500 ml ou 1 litro preenchidas com água mineral à espera de se tornar água benta. Vejo também um boné vermelho, alguns passaportes e um pote de farinha de berinjela (não pude saber se o que havia dentro era mesmo farinha de berinjela). Quem chegou cedo teve a chance de depositar os objetos na balaustrada diante do altar, na esperança de que as irradiações de cura do padre Mário chegassem com mais força, como uma cusparada divina.

O caderninho é uma versão resumida, xerocada pelo padre, do *Ritual de Exorcismo e Outras Súplicas*, publicado originalmente em 1614, durante o papado de Paulo V – conhecido particularmente por perseguir Galileu Galilei e sua teoria de que a Terra girava em torno do sol –, e depois revisado em 1998, sob ordem de João Paulo II. O livro compila orações, ladainhas e instruções explícitas de como expulsar o maligno do corpo de um cristão, incluindo “fórmulas imperativas” como “Nós te exorcizamos, espírito imundo, potência satânica, invasão do inimigo infernal, legião, reunião ou seita diabólica” – voltadas, no caso da missa do padre Mário, a fotos, garrafas de água mineral e potes de farinha de berinjela.

Mas esse ainda não é o clímax. Na sequência, o padre Mário larga o caderninho sobre a mesa do altar, fecha os olhos, ergue as mãos e enrijece as palavras, invocando Jesus, a Virgem e outras entidades da corte celestial, com o objetivo de extirpar “malefícios, feitiços e bruxarias”. Terços, fotos, roupas, garrafas, tudo que os fiéis têm nas mãos se eleva no ar, acima da cabeça ou à frente do peito, num êxtase solene que é, no mínimo, a própria expressão da fé. Esse, contudo, também não é o clímax.

Concluída a missa, ao invés de atravessar a nave na direção da praça João Mendes, a rota de saída, o público presente cruza uma porta à esquerda do altar, atravessa o pátio nos fundos da igreja e penetra o salão paroquial, onde uma mulher loira de vestido laranja organiza a fila (são mais de 150 pessoas ali), enquanto outra mulher, uma oriental, puxa as ave-marias e os pai-nossos. “Vamos rezando, gente!”, diz a de laranja enquanto endireita a fila. O coro engrossa e duas fileiras se formam, uma de frente para outra, as pessoas todas ajoelhadas como se estivessem à espera da imolação.

O que aguardam, na verdade, é o padre Mário, que chega empurrado numa cadeira de rodas, distribuindo bênçãos como quem saúda uma comitiva presidencial. Nada é sutil neste homem que dizem ter expulsado inúmeros demônios: suas mãos milagrosas agarram as ca-

beças como se quisessem sugar o Mal que há em todos nós. São cinco, dez, não mais que trinta segundos e as pessoas vão tombando, uma a uma, como troncos recém-cortados. Quem não cai de primeira, o padre insiste, agora tocando o ombro, como se quisesse forçar a queda. Não há força física – é uma força de outra ordem, que amolece a musculatura e, de alguma estranha maneira, te impede de manter os joelhos no chão. Homens, mulheres, crianças, todos caem. Eu caí. E uma mulher ao meu lado caiu sobre mim e ficou deitada alguns minutos no chão, de olhos fechados, abraçada em posição fetal à minha mochila. A isso, chamam de “repouso no espírito”.

O Diabo sempre anda à solta numa cidade como São Paulo, mas rituais de exorcismo de verdade, desses que viram filme, explica o padre Luiz Fabio Peixoto, são “raríssimos” nos dias de hoje. O que há são as chamadas missas de “cura e libertação”, uma espécie de sessão de descarrego em versão católica que tem se propagado por toda a cidade, inclusive no Centro, inclusive a uma praça de distância da Catedral da Sé, como é o caso da São Gonçalo e da igreja Nossa Senhora da Boa Morte, onde o padre Luiz Fabio organiza uma vez por mês o que ele denomina “Noite de Bênçãos”. Embora vizinha dos dois padres, a arquidiocese jura não saber o que acontece lá dentro: o Vicariato Episcopal da Comunicação levou duas semanas para me dizer que “não tem conhecimento dessa prática” e Dom Eduardo Vieira dos Santos, bispo auxiliar a cargo da Sé, limitou-se a dizer que “isso é extraoficial, né?”.

Explica-se, portanto, porque tanto o padre Luiz Fabio quanto o padre Mário façam suas mandingas no salão paroquial, fora da nave da igreja. Não que seja uma prática herege, como se fosse uma importação do passe espírita ou uma versão cristã do reiki; a imposição de mãos como forma de cura espiritual está documentada na Bíblia e foi amplamente utilizada nos primeiros séculos do cristianismo, junto com outras aptidões espirituais reunidas sob o nome de Carismas, ou Dons do Espírito Santo. São Paulo, em sua Carta aos Coríntios, lista sete, entre eles o talento para a cura, a operação de milagres, o dom da profecia e a capacidade de falar em línguas (ou “língua dos anjos”, como se diz). Todos disponíveis aos leigos, por sinal: para o catolicismo, esses são dons que Deus distribui aos fiéis como forma de atuar na Terra em favor da Igreja. Algo como um exército espiritual, cada soldado com sua especialidade; às vezes mais de uma.

Muitos desses combatentes ajudam diretamente os padres em seu esforço de enfrentamento do Mal (como os “intercessores” do padre Luiz Fabio, na Boa Morte). Alguns comandam seu próprio pelotão, con-

duzindo rituais de cura pela cidade com tudo a que têm direito – exceto a batina –, incluindo o uso do livrinho exorcista do padre Mário (à venda nas livrarias, aliás). Cinira Bueno é uma dessas: seguidora do sacerdote desde os anos 80, frequentadora das missas de quarta quase todas as semanas, hoje lidera seu próprio grupo de oração em uma igreja dos Jardins, onde ora em línguas, impõe as mãos, comenta o Evangelho e realiza suas próprias curas em nome do Espírito Santo – quase tudo o que os padres da São Gonçalo e da Boa Morte também fazem. “São orações espontâneas, inspiradas nas palavras de Deus”, ela diz, reforçando o caráter meio *free style* dessas práticas e, em certa medida, ajudando a explicar por que a arquidiocese tem restrição em aceitá-las.

O fato é que, a despeito da atmosfera um tanto ilícita em que esses dons são cultivados, eles têm se tornado imensamente populares, capazes de lotar igrejas semanalmente com fiéis em busca dos chamados “padres exorcistas”. Exorcismo não é o que eles fazem, já sabemos, porque em tese não há possessão diabólica – condição seriíssima que passa por longo diagnóstico espiritual antes de ser reconhecida como tal –, mas isso não impede que ali se opere o que o padre Luiz Fabio define como “cura da contaminação do Mal”. Cinira concorda: “As pessoas não estão possuídas, estão contaminadas, pois frequentam o domínio de Satanás. Coisas como umbanda, candomblé, cartomante, ioga...”. Ninguém soube me dizer se alguém de fato se curou dos efeitos diabólicos dos ássanas, mas há, sim, relatos de curas de doenças reais – como o caso de uma moça surda que passou a ouvir durante um descarrego desses, libertando-se do aparelho auditivo em plena missa.

Tudo isso tem um nome: Renovação Carismática, o movimento católico que congrega padres cantores, cânticos em êxtase, sessões de cura e libertação e outras práticas que, não fossem os santos no altar, fariam uma igreja parecer um templo pentecostal. Essa é uma das razões pelas quais as instâncias oficiais da Igreja Católica não são muito simpáticas a esses fenômenos de cura – mais distantes do Vaticano, mais próximos da Universal. Existe também o temor de que essas formas de exorcismo light se tornem uma espécie de Rivotril espiritual, ao qual os fiéis possam recorrer de maneira indiscriminada, não raro alegando estarem possuídas pelo maligno. “A cultura do medo cria muita confusão. As pessoas hoje têm mais medo do demônio que amor a Deus”, diz o padre Luiz Fabio. Daí a publicação, em 2017, do subsídio doutrinal *Exorcismos: Reflexões Teológicas e Orientações Pastorais*, um manual de recomendações produzido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil para controlar a “difusão de fés estranhas à fé cristã”.

No documento, propõe-se que cada diocese tenha seu exorcista oficial – uma forma de admitir essa tendência, mas cuidando para que se mantenha restrita ao âmbito oficial.

Enquanto não aparece um exorcista na Sé, as igrejas vizinhas vão se tornando, a cada missa, centros de erradicação do Mal cada vez mais populares. Pode-se, inclusive, fazer duas sessões de descarrego no mesmo dia: de manhã na igreja de São Gonçalo, com o padre Mário; à noite na igreja da Boa Morte, onde toda segunda quarta-feira do mês tem a Noite de Bênçãos. Boa Morte não parece um bom nome para um momento de elevação espiritual, mas há razões históricas para isso: a igreja foi construída em 1810 pela Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, uma das mais antigas de São Paulo, assim nomeada em função do culto à assunção da Virgem Maria – uma devoção apócrifa, não citada na Bíblia, segundo a qual a mãe de Jesus teria ascendido aos céus como seu filho, tendo portanto uma “boa morte”. Pelo que se conta, era também uma boa morte o que os escravos condenados ao enforcamento pediam à Virgem quando paravam na igreja para fazer sua última oração – dali, subiriam a Tabatinguera rumo ao largo da Força, hoje praça da Liberdade, para o cumprimento da pena.

E não deixa de ser uma espécie de morte também o que os fiéis buscam uma vez por mês no ritual do padre Luiz Fabio: a morte das angústias, das aflições, das sementes do Mal que habitam em todos nós. Uma morte igualmente boa, destinada ao renascimento – ainda que efêmero. Na igreja da Boa Morte não tem missa nem potes de farinha de berinjela, mas tem cantoria. Trinta minutos seguidos de cânticos de louvor e exaltação a Deus executados com ânimo de crooner espiritual por Ricardo e seu pianista acompanhador. O público canta, ergue as mãos, dança, bate palmas, fala em línguas – tudo com o intuito de invocar o Espírito Santo e seu poder de cura. Este já está presente, no fundo do altar, na forma de um ostensório que, na igreja da Boa Morte, permanece exposto por 24 horas, para “adoração perpétua”. A seus pés, ajoelha-se, para orar, um grupo de pessoas de túnica azul – são os intercessores.

Aí, sim, a fila. Como na São Gonçalo, os fiéis são conduzidos por uma das portas laterais da nave. Atravessam o pátio, entram num beco e deságuam no salão paroquial, onde os intercessores, em duplas, os aguardam com uma cadeira vazia. Ali, cada pessoa se sentará, falará de suas aflições e receberá a primeira dose de carismas espirituais: imposição de mãos, orações de libertação, rezas em línguas. O padre Luiz Fabio só se revelará depois, do outro lado da igreja, na capela de Nossa Senhora Menina, acompanhado de algum diácono. Ali, à meia-luz, de pé e de aspersório na mão, os dois homens esperam os fiéis para a cura

final como se estivessem nos convidando a participar de algum rito secreto (e talvez estejam mesmo).

Já há duas pessoas deitadas no chão, repousando no espírito, quando chego à capela. E outras duas de pé, recebendo as bênçãos dos padres, que logo cairão também. Munido do papelzinho que os intercessores me deram, onde consta a prescrição do remédio espiritual que me será dado ali, me ponho diante do diácono Maicon, que, com a mão no meu ombro, dita palavras de conforto e estímulo. Atrás de mim há dois intercessores, falando em línguas. Depois o diácono começa a orar em línguas também – uma melopeia entorpecente, a três vozes, que vai aos poucos dissolvendo a razão e amolecendo a carne.

E, então, o sopro redentor: a mão do diácono pousa sobre a minha cabeça e, de sua boca, uma aragem espessa me bate no rosto como se fosse o próprio hálito de Deus. Um sopro e eu só não tombo porque os dois intercessores me acodem e me deitam no chão. E ali fico. Nem se resistisse de pé, conseguiria: meu corpo (ou será meu espírito?) quer o chão. Não desmaiei: estou consciente. Mas a vontade é de ficar ali para sempre, prostrado sobre o ladrilho hidráulico, repousando no espírito. O chão é frio e é gostoso. Tão gostoso que me pego rindo. Um riso besta, à toa, que começa com o esgarçar dos músculos faciais e descamba para uma vontade bizarra de gargalhar. Levanto mais por vergonha que por vontade: queria mesmo era ficar ali, com as costas frias, rindo histericamente. Os padres iriam entender, mas não cairia bem ao silêncio solene daquele momento. Minutos depois da lufada divina, lembro de atravessar a nave ainda sorrindo, ouvindo a voz de Ricardo, o crooner de Deus – uma gargalhada involuntária que vinha sem aviso, e que durou até as catracas da Sé. Subi no trem pensando que, se essa é a boa morte que me prometeram, quero morrer assim todos os dias.

Igreja da Comunidade Metropolitana

Rua Sebastião Pereira, 231

DEUS É TRAVESTI

✝ O reverendo Cristiano anda meio incomodado com Jesus. Não com o filho de Deus em si, mas com a forma como ele tem dado as caras por aí nos últimos 2 mil anos, inclusive dentro da Igreja da Comunidade Metropolitana: um Cristo branco, loirinho, mais europeu do que semita, nem de longe parecido com a maior fatia do contingente populacional brasileiro. Enquanto pensa se muda ou não essa representação, Cristiano se regozija com a pequena subversão aplicada ao Jesus Misericordioso, aquele que uma freira polonesa viu irradiar raios azuis e cor-de-rosa. “Achamos isso muito heteronormativo e resolvemos mudar.” Do coração de Cristo agora se propaga um arco-íris bafônico, impresso em santinhos em cujo verso consta um Credo importado da Indonésia, onde se leem coisas como “Creio nos direitos humanos” e “Creio em Jesus Cristo, que veio para nos libertar de toda opressão”.

E isso não é nada. No máximo, uma traquinagem. Subversivo mesmo é botar no púlpito gays, lésbicas e travestis. É deixar um pastor mudo subir no altar para celebrar um culto inteiro em Libras (com tradução simultânea para o português). É não obrigar ninguém a se confessar antes de comungar. É não se meter na vida sexual de fiel nenhum (pelo contrário: aqui se diz que o corpo é um instrumento sagrado). Subversivo mesmo, escandaloso até, é pregar a ideia de que Jesus é a

versão transgênera de Deus, e ainda por cima usar as Escrituras para justificar tal tese. “A Bíblia diz que o verbo divino se fez carne e habitou entre nós”, explica o reverendo Cristiano. “Nós gostamos de parafrasear isso e dizer que Deus se travestiu de carne. Ele quis sair do armário da onipotência e assumir uma nova identidade. Quis assumir a dor e a delícia de ser humano.”

A Igreja da Comunidade Metropolitana não é uma igreja gay, nem trans, nem sequer inclusiva ela é. “Somos uma igreja afirmativa”, define Cristiano Valério, um dos fundadores da ICM em São Paulo. A inclusão, ele alega, supõe uma ideia de poder, uma arrogância disfarçada que, nas entrelinhas, mantém os excluídos e as minorias no estrato inferior ao qual já pertencem, um pouco abaixo dos cristãos de bem. Algo na linha “Deus é tão bonzinho que aceita até as bichas, os sapatões e as travas”, como ilustra, de maneira bem didática, o reverendo.

Daí que a ICM seja conhecida pelo mundo como a “igreja dos direitos humanos”, com tudo de libertário, esquerdista, iconoclasta ou qualquer outra coisa que cause horror aos carolas que o termo possa sugerir. Não poderia, portanto, ter nascido em outra época senão nos anos 60, precisamente em 1968, quando o pastor batista Troy Perry fundou o primeiro templo da ICM em Los Angeles, com doze participantes. O homem não quis perder tempo: no ano seguinte, já celebrava a primeira cerimônia pública de casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos. Hoje a ICM congrega 60 mil membros em mais de quarenta países, inclusive lugares que gostam de botar a turma LGBT na prisão, como Nigéria, Quênia e Malásia. No Brasil existem catorze comunidades; a mais antiga é a do Rio de Janeiro, criada em 2003.

Em São Paulo, os primeiros encontros aconteceram em 2006, na casa de Cristiano Valério, ex-católico, ex-testemunha de Jeová, ex-adventista, ex-batista e, naquele momento, um aspirante a pastor da ICM. Eram treze membros, todos gays, exceto um casal hétero, vizinhos de Cristiano. Depois os cultos se mudaram para o Príncipe Hotel, na São João, e, em 2010, a igreja já tinha sede com placa na porta: uma sobreloja quase colada à Igreja de Santa Cecília, hoje mantida pelo valor de 4 mil reais mensais – cada centavo pago por meio de doações. Se sobrar, vai para o caixa. Ninguém na ICM recebe salário, nem mesmo o reverendo (que trabalha com RH quando não está no púlpito). Todo mundo é voluntário. E todo mundo, se quiser, pode virar diácono(isa), pastor(a) ou reverendo(a). Seja L, G, B, T ou qualquer outra letra que inventarem.

A natureza afirmativa da ICM acaba atraindo, evidentemente, mais homossexuais do que héteros, embora estes também apareçam nos

cultos – em geral vítimas de preconceito em outras igrejas, como gente divorciada e/ou vivendo um segundo casamento. O rebanho de proscritos inclui também pessoas transgêneras (poucas, ainda) e um punhado de deficientes auditivos, especialmente entusiasmados na hora dos cânticos, quando transformam o léxico de Libras em uma vibrante coreografia de dedos e mãos.

O culto, na forma, até que é bem comportado. Tem os cânticos de louvor – com as letras projetadas em PowerPoint –, tem leitura do Evangelho, comunhão, homilia e pai-nosso, tudo com tradução simultânea em Libras. Tem até réplicas de vitrais no fundo do altar. O que faz da ICM uma igreja diferente das evangélicas, todas elas, é quem está no púlpito. Se não é o reverendo Cristiano, gay, será uma pastora lésbica. Ou o diácono Fábio Sorriso, deficiente auditivo. Se não for nenhum desses, será a pastora, muito em breve reverenda, Alexya Salvador.

Alexya nasceu Alexander, menino de Mairiporã criado em berço católico, frequentador compulsivo de missas desde os 7 anos, porque “lá era o único lugar onde eu não apanhava”. Alexander foi catequista na adolescência, seminarista aos 24 anos e atormentado durante quase toda a juventude, dividido entre o amor a Deus e o prazer dos homens. Saiu do armário quando saiu do seminário. O pai falou: “Se você for veado, eu te aceito. Mas se você se vestir de mulher, eu te mato”.

Alexander renasceu Alexya em 2011. Tinha 31 anos e um marido, Roberto, com quem se casara quatro meses antes pela ICM, vestindo “fraque com cauda perolada e coroa”. Isso foi em junho, quando Alexya ainda era Alexander. Em agosto, tornou-se diácono. Em outubro, transicionou: “A partir de hoje, é diaconisa Alexya”, chegou dizendo na igreja. Só Cristiano sabia. E Roberto, o marido, claro, que acompanhou de perto todo o processo até finalmente aceitar que, dali em diante, teria uma esposa. A família soube depois e, por fim, o pai. Seu Amadeu estava chupando laranja quando Alexya chegou de cabelão, vestido e salto alto. Ela disse: “Não sei o que você está vendo aqui, mas essa sou eu. A partir de hoje, é Alexya”. O pai pegou o carro e sumiu, furioso. Uma semana depois, veio pedir perdão, chorando. “Faz um ano que ele começou a me chamar no feminino.”

E seu Amadeu, quem diria, virou avô. Em 2015, Alexya obteve a guarda de Gabriel, menino com necessidades especiais (“Mas você vai querer adotar logo o doidinho?”, disseram). Virou a primeira trans do país a conquistar o direito de adoção e a ter licença-maternidade (Alexya é professora do ensino fundamental). Dois anos depois, a insólita família Salvador ganhou mais um membro: Ana, menina transgênera.

Foi, também, a primeira vez no país que uma mulher trans adotou uma criança trans. E, no meio disso tudo, Alexya, incorrigivelmente afeita à vanguarda e ao babado, se tornou a primeira pastora trans do Brasil.

E não basta subir no altar usando salto e maquiagem. A teologia subversiva da ICM implica desafiar a cristandade hegemônica em cada versículo da Bíblia que permita uma leitura de preconceito, intolerância ou exclusão. “Faz 2 mil anos que o cristianismo não vem entendendo a Bíblia”, provoca Alexya. “É um livro metafórico. Muito do que está lá tinha um propósito que servia ao contexto da época. A Bíblia não está errada; o que está errado é o olho da pessoa.” A título de esclarecimento, já existe um *Comentário Queer da Bíblia*, escrito pela teóloga e pastora da ICM Mona West, em que esquadrinha as Escrituras livro por livro, tratando de oferecer uma nova (novíssima) interpretação da palavra de Deus. Suas páginas, por exemplo, veem Adão como a gênese do patriarcalismo e da opressão sobre a mulher, ressaltam a possibilidade de que Davi e Jônatas tenham tido um romance e lembram, muito apropriadamente, que em nenhum dos quatro Evangelhos Jesus condena a homossexualidade.

Transgênera, transviada e transgressora, a Igreja da Comunidade Metropolitana é hoje o furo na batina do padre, a mosca boiando no cálice de vinho, a traveca no altar. Radicalismo religioso não é se explorar em nome de Alá; é afirmar que “Deus é diversidade”, como prega o reverendo Cristiano. “Deus é um mosaico onde cabem todas as cores do mundo. Se nós somos feitos à imagem e semelhança de Deus, isso implica que Deus é preto, pobre e travesti.” “Deus é igual a você, viu, filha?”, diz Alexya quando põe Ana para dormir, lembrando que “basta ser humano para Deus estar dentro”. “Esse Deus que está aí é propriedade da Igreja Católica”, argumenta a pastora. “Deus não está no trono. Está nas favelas, nas vielas. Deus está no outro, e a verdadeira religião acontece quando eu me entrego ao outro. A verdadeira hermenêutica se dá no abraço.” Abraçando quem quer que seja, que fique claro. Sem melindres, nojinho ou preconceito. “Veja Jesus”, lembra Alexya. “Ele não quis ficar no meio dos limpinhos. Ele só ficava com quem não prestava. E com quanto mais pessoas que não prestam eu estiver, eu estarei com Jesus.” E quando Jesus voltar? “Ele podia voltar travesti, né? Podia voltar montado no salto, ia ser tudo de bom. E dizendo: ‘Vocês não entenderam nada do que eu falei.’”

Por ora será Alexya quem voltará a Mairiporã, desta vez como reverenda. O processo de ordenação começado há cinco anos está perto do fim. Então, as trombetas da Cantareira soarão e uma maldição será

quebrada. Conta a lenda que um padre, certa vez pego com uma mulher e expulso da cidade, foi embora rogando a praga de que Mairiporã jamais teria progresso enquanto um filho da terra não fosse ordenado ali. De fato, desde então a cidade nunca teve um pároco nascido lá – e, curiosamente, nunca atraiu tantas indústrias quanto os municípios vizinhos (seu PIB ainda é um dos mais baixos da Grande São Paulo). Pois agora o primeiro filho da terra ordenado será uma filha, Alexya. “Faço questão de me ordenar no ginásio de Mairiporã. Vou botar uma casula trans, com paetês e tudo mais. E vou quebrar essa maldição, em nome da Deusa.” E isso, mais uma vez, não é nada. Alexya quer mesmo é chegar ao Vaticano. “O papa já sabe da minha existência, bebê. Escreva: eu vou ser recebida pelo papa. Ele já recebeu os gays e as lésbicas. Só falta a trava.”

Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca

Rua Major Diogo, 604

STAIRWAY TO HEAVEN



Há mais coisas entre o céu e a terra do que uma escada, mas, no terreiro de Mãe Paula e Pai Christian, são só dez os degraus que separam o mundo de lá do de cá. Dez degraus de azulejo e uma porta no meio. “Portal”, como chamam. E neste uma cortina de pano com flores brancas que se abre durante as giras, revelando para o povo aos pés da escada um pouco do teatro de espectros que se desenrola lá dentro. Pelo portal é que penetram os consulentes, conforme vão sendo chamados pelo nome, tragados pelo breu roxo alaranjado como se estivessem voltando ao ventre da mãe em busca de respostas. De lá retornarão minutos depois, regurgitados pelo sagrado e de algum modo renascidos, ou, no mínimo, renovados pelas mensagens de confiança e esperança que ouviram das entidades ali manifestadas. Ninguém desce aquela escada do mesmo jeito que sobe.

O número 604 da Major Diogo já foi pizzaria e oficina mecânica, e ninguém sabe dizer quando foi que surgiu o desnível que deu origem à escada. O fato é que, quando o Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca se mudou para o imóvel em 2004, os degraus já estavam lá. “Não é uma coisa de que a gente gosta, mas serve como um freio”, diz Mãe Paula. “As pessoas chegam muito carregadas da rua. Essa separação faz com que elas se preparem para entrar num lugar que é sagrado.”

Quem duvida que olhe para os dois lados do portal, na parede que serve de divisa entre o mundo físico e o espiritual, onde duas janelas enquadram, cada uma, uma “aldeia”: à direita, as entidades da umbanda (Erês, caboclos e afins), à esquerda os orixás – Oxalá (uma imagem de Jesus), Oxum (uma efígie da Imaculada Conceição), Egunitá (Santa Sara Kali, padroeira dos ciganos), Iemanjá (a célebre releitura da sereia europeia, só que sem o rabo de peixe). Alguém aí falou em sincretismo? Embaixo dos orixás, uma mesa dispõe figuras de ciganos e malandros entre moedas e cigarros. E, ainda mais embaixo, sob a mesa, escondem-se, no breu, os pretos-velhos.

O que nem todos sabem é que, só de entrar no terreiro, você de algum modo já fica imunizado contra a nhaca da rua. À esquerda da porta repousa a trunqueira, uma casinha dentro da casa cuja parede estampa uma imagem de São Jorge (ou Ogum) e uma placa onde se lê “Reino dos Exus” – sentinelas das almas, guardiões das forças espirituais que ali dentro se apresentam. “É a nossa defesa”, diz Mãe Paula. “Vai limpando as pessoas que chegam.” Pelo jeito só as que chegam, mas não as que passam na frente, sobretudo as afeitas a um certo proselitismo antiumbumba outrora manifestado na forma de ovos e livros do Edir Macedo que voavam pela fresta sobre o portão. “Tivemos que botar grade”, explica Mãe Paula, ressaltando que agora, sim, a proteção é total.

O piso é frio da porta ao altar – incluindo a escada no centro –, mas o calor é outro antes e depois do corrimão. Dez degraus abaixo, a temperatura é sempre alta nos dias de gira, pelo tanto de gente que se apinha na antessala do sagrado, fazendo fila para pegar ficha e aguardar, de pé ou nas cadeiras de plástico, o chamado do nome. Dez degraus acima, a temperatura é sempre *mais* alta nos dias de gira, um calor uterino (não digamos infernal) certamente aquecido pelas lâmpadas de cores quentes e pelo rufar dos atabaques, mas sobretudo pela presença incorpórea dos de lá, que toda segunda-feira à noite vêm visitar os de cá e distribuir conselhos sobre tudo quanto é dor que pode afligir um ser encarnado.

Não vamos dizer que a umbanda é a primeira religião cem por cento brasileira porque, né, não nos esqueçamos dos índios. Mas é certo afirmar que a umbanda virou, em número de frequentadores, a maior prática religiosa nascida em solo nacional. As estatísticas juram que eles não são muitos: segundo o censo de 2010, 400 mil pessoas no Brasil, 50 mil no município de São Paulo, mas sabemos que tem muito mais gente por aí acendendo vela para Exu do que se diz. Só no Cacique Pena Branca, segundo Mãe Paula, são atendidas cerca de 1.200 pessoas por

semana. Inclusive padre, inclusive pastor. “A pessoa geralmente vem parar no terreiro quando está lascada na vida. Já foi em tudo quanto é igreja e não conseguiu resolver o problema.”

Hoje a umbanda é de todos, mas vale registrar: é fé que veio de baixo. A única de que se tem notícia a criar um panteão de excluídos com o qual os pretos, pobres e favelados da nação pudessem se identificar. Feita pelo povo, para o povo. Assim está inscrito no marco fundador, com hora, data e lugar de nascimento: às 20 horas do dia 15 de novembro de 1908, na Federação Espírita de Niterói, aonde Zélio Fernandino de Moraes, jovem aspirante à Marinha, fora levado para tratar de inexplicáveis distúrbios psiquiátricos.

Durante a sessão, conta-se que Zélio desatou a incorporar caboclos e pretos-velhos, os quais o dirigente da mesa pediu que se retirassem, por considerá-los espíritos “atrasados”. Naquele que deve ter sido o primeiro discurso antirracista mediúnico, Zélio, incorporado, retrucou que, se não havia lugar para eles ali, havia de fundar uma nova religião, “que falará aos humildes, simbolizando a igualdade que deve existir entre todos os irmãos encarnados e desencarnados”. Ao fim da preleção, o *grand finale*: “E se querem saber meu nome, que seja Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminhos fechados para mim”. No dia seguinte, Zélio fundaria, em sua casa em São Gonçalo, a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, a primeira casa de umbanda do país.

Como não existem registros, a não ser orais, jamais saberemos se isso tudo é fato ou mito (possivelmente uma mistura dos dois). A verdade é que a caboclada já vinha batendo ponto nos terreiros do país fazia algum tempo, em batuques democráticos onde se operava a barafunda habitual desta nossa terra. Deglutia-se de tudo naquela antropofagia anímica: dos orixás africanos às práticas mágicas importadas das pajelanças indígenas, com a desavergonhada inclusão de doutrinas e santos do catolicismo. O que Zélio fez foi organizar a bagunça dentro de uma moldura kardecista, acrescida de francas intenções humanitárias. Em certo momento, não sabemos quando, a nova crença começou a ser chamada de umbanda, palavra quimbunda cujo significado é algo como “lugar onde atuam os sacerdotes”.

Os sacerdotes atuam, mas quem opera a encantaria toda são as entidades, exato espelho do populacho: caboclos, baianos, boiadeiros, pretos-velhos, marinheiros, ciganos, malandros e outros seres que na sociedade encarnada vagam pelas bordas do mundo, mas que aqui, neste palco sagrado, se manifestam como seres superiores destinados a servir de farol no serenar das angústias humanas. Nos centros de umbanda, o Brasil vira do avesso. E todo o mundo é bem-vindo.

Vide o altar do Cacique Pena Branca, certamente tão diverso em matéria de divindades – são três andares de imagens – quanto o público frequentador da casa e o corpo mediúnico, ambos multiétnicos, multiculturais e multiclassas. “Nós temos aqui da faxineira ao CEO de empresa”, diz Mãe Paula. Isso tanto no piso abaixo dos dez degraus, entre os consulentes, quanto no de cima, para além do portal, onde todos são iguais no teatro oracular, qual seja a entidade.

E é tanta entidade – sem contar as infinitas ramificações – que cada uma ganhou dia próprio na casa. A cada segunda-feira, uma deidade se manifesta. Imagine, senão, a baderna: caboclo de penacho num canto, Zé Pelintra fumando no outro, Erê chupando bala acolá. E, para não misturar as energias, toda sexta tem gira de esquerda, que é quando se apresentam os Exus e as Pombagiras, seres que, além de guardiões, buscam a evolução espiritual tratando de aconselhar os encarnados – sem papas na língua, o que pode ofender os melindrosos. É por isso que, na abertura dos trabalhos, Mãe Paula avisa ao público presente: “Não pode brigar com a entidade”. Depois emenda: “Temos que refletir a respeito do que foi falado e, a partir daí, tomar nossas próprias decisões”.

O Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca é um centro espiritual governado por quatro dirigentes, dois invisíveis e dois visíveis. Estes, os “encarnados”, são Mãe Paula, filha de Iemanjá, e seu marido, Pai Christian Duwe, filho de Ogum e do casal Renaldo e Terezinha, fundadores da casa no ano de 1977. Pai Christian, portanto, nasceu em berço umbandista, ao passo que Mãe Paula veio do catolicismo, batizada em igreja. Namorados desde a adolescência, bastou que alcançassem a maioridade para que uma preta-velha, incorporada na mãe de Christian, avisasse que os próximos na linha sucessória do terreiro seriam eles. Sabendo-se futuros sacerdotes, os dois dedicaram doze anos de sua vida ao estudo de tudo quanto fossem artes da magia: umbanda, candomblé, reiki, runas, tarô. “Mas a gente sempre soube qual era o nosso lugar”, diz Mãe Paula. “A gente gosta mesmo é da batida do atabaque.”

Quanto aos outros dois dirigentes da casa, os “espirituais”, trata-se do Cacique Pena Branca, o caboclo que dá nome ao terreiro, padrinho de Pai Christian desde seu nascimento, e do Dr. Carlos Magno – não o célebre imperador romano, mas um médico homônimo que teria desencarnado num tempo distante e que hoje realiza curas e consultas se apossando do corpo do pai de santo. É o mentor da chamada Falange dos Médicos Espirituais, das mais importantes aqui. Cada médium tem o seu: o de Mãe Paula é a Dra. Christine.

Os atendimentos médicos acontecem toda quarta-feira, das 10 da manhã às 10 da noite, no mesmo chão onde dois dias antes dançaram Zé Pelintra ou os caboclos. A dinâmica é a mesma da gira: cada pessoa aguarda no pavimento inferior o momento de ser chamada e, então, atravessar o portal espiritual, que neste dia se mantém de cortina fechada. Lá dentro a penumbra é rosa e o cheiro é uma mistura de álcool e alfavema, que preenche o ar guarnecido da música new age que sai do CD (os atabaques ficam encostados num canto). Toda cura, toda cirurgia, é operada sem sangue: apenas água, alfavema, álcool e algodão. E, claro, as mãos incorpóreas dos médicos espirituais agindo por meio de mãos humanas, capazes, segundo consta, dos mais improváveis milagres. “O atendimento é muito procurado porque as pessoas melhoram efetivamente”, diz Mãe Paula. A cada quarta-feira, pelo menos 400 indivíduos sobem aqueles dez degraus na esperança de cura.

Tanto nas giras quanto nos atendimentos espirituais, o corpo mediúnico é o mesmo. São mais de cem médiuns na casa, que se revezam semanalmente. Quem não recebe caboclo ou médico falecido no mínimo é cambone, misto de assistente e intérprete simultâneo versado nas mais diversas línguas espirituais: é quem traduz o que a entidade disse, de um jeito que é só dela, para o caso de o consulente não ter entendido. Muitos cambones serão aconselhadores num futuro breve, desde que evoluam no desenvolvimento espiritual. Para isso, existe a escola: mais do que um terreiro, o Cacique Pena Branca é uma espécie de universidade do além, onde os alunos passam um ano mergulhando semanalmente na teologia umbandista e preparando o corpo para receber as entidades.

E olha aí os dez degraus de novo: em matéria de estudo, eles demarcam a exata divisão entre a teoria e a prática. No andar de baixo, às quintas e sábados, as cadeiras de plástico se voltam para a lousa na parede, onde os professores Marcela Faustino e Jonathas Campos esmiuçam as doutrinas por trás das Sete Linhas da Umbanda, cada linha regida por uma dupla de orixás e suas respectivas irradiações divinas. Acima da escada, em semanas alternadas, ocorrem coisas como “aula prática de Oxalá” – um treino de gira, como dizem, que Marcela e Jonathas conduzem com rigor pedagógico, estimulando os novatos a se concentrar e a “pedir a irradiação dos orixás”, sempre ressaltando que “não adianta olhar para o colega do lado e copiar; tem que sentir a vibração”. Caso os atabaques não sejam suficientes para despertar o orixá interno, haverá sempre um adjá tilintando sobre a cabeça do aprendiz, “para dispersar a mente”.

Marcela, nove anos de umbanda, jura que todo mundo pode desenvolver a mediunidade. “É uma questão de treino”, ela diz. Giza Oliveira, aluna do curso de Doutrina e Desenvolvimento Espiritual, é a prova: no começo, nem sentia arrepiar a espinha; hoje, o caboclo toma de assalto seu corpo antes que o atabaque chegue ao segundo compasso. E custa a sair. Giza diz que o treino é contínuo: todos os dias evocando a energia dos orixás, em particular quando tem gira. “A gente já acorda pensando na gira da noite. Passa o dia se concentrando, se preparando.” Quem vê, percebe: é pá-pum. Quando chega a hora da abertura dos trabalhos, cavalo de santo calejado é que nem chave de liga-desliga.

Além da escola de desenvolvimento espiritual, o Cacique Pena Branca oferece também aulas de atabaque e baralho cigano, e ainda serviços das mais diversas artes ocultas, incluindo tarô, búzios, wicca e feng shui – os últimos dois especialidades de Mãe Paula, que, além de ajudar a harmonizar a casa das pessoas segundo os preceitos da geomancia chinesa, também realiza rituais neopagãos de queima de carma, em que se vale de uma pequena galeria de imagens que guarda numa estante do escritório, na parede atrás do altar. Isso inclui dragões, magos, anjos e santos, além de um Buda e um Ganesha. “Gosto de trabalhar com energia de diversas formas.”

E já que sincretismo não é problema na umbanda, por que não aplicar feng shui no terreiro? “Se tem plantinha estratégica num lugar nada a ver, é uma cura de feng shui”, confessa a Mãe. De fato: bem ali, do lado de Zé Pelintra, um auspicioso matagal decora o lado esquerdo da escada, debaixo de onde Jesus é chamado de Oxalá e a Santa Sara dos ciganos recebe o nome de Egunitá, ambos abençoando o portal do teatro mágico, de cujo batente pende um daqueles amuletos dos índios norte-americanos, feitos de penas e fios entrelaçados. Já mencionei as espadas de samurai no interior do templo? *That’s* umbanda, e é bom que os americanos estejam preparados, pois em breve o Cacique Pena Branca abrirá sua primeira filial no estrangeiro, precisamente na Califórnia. Será que vai ter escada lá também? É bem provável que não: Mãe Paula, a bem da verdade, detesta aqueles degraus. “Quando a gente comprar esta casa, a ideia é passar o trator e nivelar tudo”. Aí, sim, céu e terra serão um só. Salve a caminhada!

Templo Busshinji
Rua São Joaquim, 285

O INSUPOORTÁVEL SILÊNCIO



1. Quarenta minutos de zazen.

Um cão. Um helicóptero. Duas marteladas nalguma estaca. Não, três. Silêncio. Outro helicóptero (para que tantos?). Agora uma sirene. Longe, mas audível. O zazen já começou e são treze pessoas na sala. “Vocês vão só sentar e respirar”, informou a instrutora no início da sessão (“Meu nome é Cristina, mas aqui sou Shinsei”). “Tentem não alimentar os pensamentos. Deixem ir e vir. É uma forma de conhecer a nossa mente.” Minha mente é um inferno, já sei. Mas é para isto, calculo, que serve a meditação: tentar tornar o cérebro, senão um paraíso, ao menos um lugar habitável.

O zazen talvez seja uma das poucas formas de meditação, entre as centenas que existem, que é inteiramente ritualizada. Tudo é gesto e forma: o modo de se sentar, a forma de se levantar, a maneira de afogar a almofada, a posição das mãos quando de pé, a posição das mãos quando sentado, a copiosa distribuição de reverências em *gasshō* (com a palma das mãos juntas) a tudo que seja digno de respeito: a sala de meditação, os colegas de meditação, a almofada de meditação (o *zafu*). “É para ajudar a disciplinar a mente”, explica Cristina/Shinsei. E discipliná-la será crucial para suportar os oitenta minutos de silêncio do zazen, divididos em duas sessões de quarenta – tempo suficiente para estreitar o convívio não só com a mente como também com a parede de madeira diante da qual cada

um se senta com os olhos semiabertos, até se tornar íntimo de cada nó, sulco ou veio daquela chapa que um dia foi árvore.

Mais um helicóptero. Mas, gente, por que tantos helicópteros na Liberdade? Opa. Mente divagando. Volta. Respira. (...) Buzinas. O cão, de novo. Lá pelo minuto 12 (ou será 15?) descubro que há coisas no mundo, tanto vivas quanto inanimadas, que gostam de se manifestar de forma rítmica. Como relógios e corujas. O relógio certamente está lá desde o começo, mas só notei no meio da meditação. A coruja, não; esta eu ouvi logo quando começou a piar (deduzo que seja uma coruja, mas pode ser outra ave que tenha apreço por cantos em forma de metrônomo). Ambos me acompanharam a meditação toda. Coruja e relógio.

A cidade fala e a sala também. O cara da minha esquerda gosta de engolir a saliva de vez em quando. O de trás espirrou umas três vezes já. O da direita começou respirando de maneira tão pesada que até a sala do lado deve ter ouvido, mas agora ele está em solene silêncio, e cada vez mais curvado. Dormiu? Morreu? No minuto 23, talvez 27, minhas vísceras começaram a falar também. Talvez sejam gases. Ou fome. Ou a coxinha do lanche. Sim, a coxinha. Maldita mania essa minha de comer comidas suspeitas na rua, bem que eu achei que a coxinha não estava com cara de saudável, ou será que o não saudável aqui sou eu?, eu e minha gastrite, essa gastrite dos infernos, cultivada à base de coxinhas suspeitas, e esfihas também, aindamaisessasdecarnes, aindamaisessasdocentro, aindamaiscaralhojães-toudivagandenovomentemalditaporquenotecallas? Para. Volta. Res. Pi. Ra. (...). Silêncio. Agora um avião. As marteladas voltaram. E um passarinho começou a fazer dueto com a coruja.

Toca o sino. Acabou a primeira parte do zazen. Passou rápido, até.

2. Um koan.*

Quando Yaoshan estava sentado meditando, um monge perguntou:

– O que você pensa quando se senta nessa imperturbável serenidade?

Yaoshan disse:

– Em penso em não pensar.

O monge perguntou:

– Como você pensa em não pensar?

Yaoshan disse:

– Não pensando.

*Koans são charadas propostas pelos mestres zen a seus discípulos como forma de aguçar a mente na busca de compreender melhor os ensinamentos budistas. Este foi recolhido por Dōgen Zenji, monge do século 13 que foi um dos introdutores do zen-budismo no Japão.

3. Quatro perguntas para sensei Handa.

Francisco Handa é mestre e doutor em História, autor de teses sobre o passado da Amazônia. Mas não tem nada de amazônico nele: nasceu nissei, no interior de São Paulo, e se ordenou monge zen em 1987. No entanto, dedicou três décadas à floresta. “Meu treino de vida foi para a academia. Não foi para ser monge.” E então desistiu. Em 2001, “quando a bolsa da Capes acabou”, Handa tornou-se monge em tempo integral, “não mais de fim de semana”. Hoje, pode-se encontrá-lo diariamente no Templo Busshinji, das 6 da manhã às 8 da noite, conduzindo sessões de meditação, realizando cerimônias e fazendo a limpeza das salas. Uma vez por mês, medita no alto do Copan. Nas horas vagas, escreve haicais.

O que é o budismo?

O budismo é crítica à linguagem. O mundo em que a gente vive é o mundo da linguagem. Através da linguagem é que você cria as ideias, e chega ao ponto de acreditar que a linguagem dá conta de explicar a realidade. Essa é a questão. O budismo é você tentar ir ao ponto anterior à criação da linguagem. A linguagem não dá conta de entender a realidade – linguagem é sombra. Quando você pensa, você não está pensando, você está criando linguagem. Atribuindo sentido. Você analisa, valoriza, discrimina. Nesse momento, você caiu na ilusão.

É possível esvaziar a mente?

Isso não existe. O que eu posso fazer é diminuir o fluxo mental. É a mente atenta. Você faz o zazen com a mente atenta. Vai sempre aparecer alguma coisa na mente, agradável ou desagradável. Como a tua mente vai agir em relação a isso? É uma forma de treino.

Qual o melhor caminho para a iluminação?

Para o zen-budismo, a iluminação é próxima da compaixão. Um ser iluminado é um ser compassivo. No budismo não existe eu e o outro, não tem essa separação. O sofrimento do outro pode ser o seu sofrimento. Se eu for te ajudar porque tenho pena de você, porque te acho um coitado, eu já separei, já te julguei. Já criei vaidade. A iluminação é você poder acabar com o teu sofrimento e então poder ajudar o outro. Caso contrário, você vai ser um cego conduzindo outros cegos.

O que é tão sedutor no budismo aos ocidentais?

É o antidiscurso. Eu não prometo nada. Você só vai sentar e ficar quieto. Isso é muito atraente também. As pessoas buscam muito sermão; gostam muito da palavra, da linguagem. E o zen-budismo é muito simples.

Não tem aula ou ensinamento. O importante no zen é a tua experiência. Quando pensam em budismo, as pessoas imprimem muita filosofia, muita metafísica. Fica tudo muito platônico. Tem que ser mais aristotélico.

4. Sessenta e dois anos de zen-budismo.

O budismo deve ter chegado ao Brasil a bordo do Kasato Maru, junto com algum dos 781 japoneses embarcados no primeiro navio de imigrantes orientais ao país. Não na forma de monges, muito menos na intenção de erguer templos: o governo brasileiro desencorajava de maneira enfática a vinda de religiosos que não fossem católicos ao país. O budismo que aqui desembarcou veio trazido numa mala, contido nos altares que cada família levava com ela. E isto bastava: acendia-se um incenso, orava-se aos ancestrais e, na falta de um sacerdote, chamava-se um leigo versado nas rezas para conduzir as cerimônias quando fosse necessário. É bem possível que houvesse monges entre os 186 mil japoneses que chegaram ao Brasil entre 1908 e o começo da Segunda Guerra, mas decerto eram poucos e, oficialmente, se apresentaram como lavradores. Nem era grande o interesse desses primeiros imigrantes em fazer do país endereço definitivo: a ideia era ganhar dinheiro e voltar o quanto antes ao Japão. Para que construir templos, então?

Contudo, mesmo que provisória, a vida no Brasil começou a ficar complicada para as segundas gerações: durante a Era Vargas, a partir dos anos 1930 – e pior durante a guerra, quando o Japão se tornou nação inimiga –, o governo passou a desencorajar também o próprio exercício da cultura japonesa. Os brasileiros, além disso, não viam com bons olhos aquele povo estranho, que não falava língua de cristão nem se misturava com os da terra. Junte-se ainda uma diretriz explícita do governo japonês incitando os nikkeis a se adaptar à cultura local, temendo o fim da imigração, e veremos então um contingente imenso de japoneses se convertendo ao catolicismo. Bastava batizar os filhos e logo se criavam laços de compadrio com a vizinhança. Se o budismo continuou sendo praticado nessa época, foi em extremo sigilo. Uma exceção foi a construção, em 1936, na cidade de Guaiçara, interior de São Paulo, do primeiro templo do Budismo Primordial, seita criada no Japão no século 19.

Terminada a guerra, e derrotado o Japão, os nikkeis tiveram de se conformar com a ideia de ficar no Brasil. Uns continuaram em seu esforço de adaptação à cultura local, outros reavivaram sua fé em Buda incentivando a vinda de missões oficiais – dois milênios e meio depois de criado, o budismo entrava pela porta da frente no país (e entrava japonês: outras linhas budistas, como a tibetana e a theravada, chegariam muito tempo depois). Entrou de muitas formas, quase que simultâneas, representado pelas diversas escolas budistas que existiam no Japão naquele momen-

to. Uma delas era a Sōtō Zen, que aportou em São Paulo no ano de 1955, instalando-se na Liberdade. Ali seus seguidores compraram uma casa e criaram o primeiro templo zen-budista da capital. Chamou-se Busshinji, Templo do Coração-Mente de Buda.

Zen vem do chinês *ch'an*, que vem do sânscrito *dhyana* – um estado meditativo que, quando praticado com empenho, pode, segundo o budismo, levar ao mesmo estado de iluminação a que chegou o príncipe Sidarta Gautama: o Buda, que quer dizer “desperto”. Fazemos o caminho inverso e chegaremos a Bodidarma, monge indiano que no século 5 ou 6 introduziu essa prática na China, onde monges japoneses, no século 13, a teriam aprendido e levado ao Japão. Duas grandes escolas surgiram daí: a Rinzai – cuja prática se concentra nos *koans*, exigindo portanto grande atividade mental – e a Sōtō – que aposta na força do *zazen*, a meditação sentada, buscando o aquietamento da mente.

“O *zazen* é uma prática de monge, não de leigo”, explica Francisco Handa. Mas foram leigos, e não monges, os que afluíram para o Templo Busshinji nos seus primeiros anos, atraídos pela crescente popularidade do zen-budismo no Ocidente e, também, pelo esforço do monge Ryohan Shingu, que assumiu o cargo de superintendente do templo em 1956 e nele permaneceu até morrer, em 1986 – três décadas de abertura gradual do *zazen* aos brasileiros, empreendida por meio de palestras (em japonês), retiros e sessões de meditação. O que sempre foi uma prática monástica tornou-se um bem-vindo respiro de ordem e silêncio para suportar o desvario da metrópole. E que não exigia de seus praticantes nem dinheiro nem estudo. Apenas tempo.

Em 1994, a velha casa foi demolida para dar lugar ao templo atual – rigoroso exemplar da arquitetura religiosa japonesa cujo primeiro monge a assumir sua direção, a propósito, não foi um japonês. Foi uma brasileira, e mulher: Cláudia Dias de Souza, a hoje célebre Monja Coen. “Aqui não é templo de mulher!”, diziam as senhoras japonesas quando a monja chegou. “Templo de mulher é templo pequeno.” E o Busshinji, bem, era o maior da cidade. Passado o espanto, a nova *sensei* acabou conquistando a confiança da comunidade justo pelo fato de não ser japonesa: “As senhoras de idade vinham me pedir para fazer as cerimônias memoriais em português”, conta a monja. “Elas diziam: ‘Meus netos não falam japonês, e eu não falo português para poder explicar. Explique a minha religião para eles!’”

Foi surgindo, assim, um templo híbrido, misto de centro de meditação – frequentado em grande medida por brasileiros, em número cada vez maior, graças à presença da Monja Coen – e centro cultural, núcleo de manutenção de numerosas tradições japonesas. Ainda hoje o Busshinji tem farta programação educativa composta por atividades mais japonesas do que

propriamente budistas, como aulas de *ikebana* (arranjos florais), *shodō* (caligrafia), *sumi-e* (pintura) e haicais (poemas). E, para além dessas, aqueles momentos em que cultura e religião se confundem, como é o caso de casamentos, batizados e cerimônias memoriais que ainda atraem os nikkeis ao templo – ainda que a Liberdade hoje seja mais chinesa que japonesa.

Das cerimônias, a mais popular é a dedicada a Kannon, espécie de divindade feminina venerada pelo seu poder de compaixão. Uma vez por mês, o templo recebe as preces de dezenas de pessoas e a elas oferece uma refeição gratuita, preparada por senhoras voluntárias. Essa pessoas – japoneses na maioria, mas também *gaijin* – formam fila para render estranho culto à imagem que, no templo Busshinji, recebeu o nome de Aparecida Kannon da Paz Universal – referência explícita à padroeira nacional. “Uma é mais ou menos parente da outra”, diz Francisco Handa. É uma forma, ele explica, de atrair os não budistas e neles despertar o sentimento de compaixão. Nem precisa participar da cerimônia, na verdade: basta passar na frente do templo para receber as bênçãos. Sempre que o sino toca, é como se fosse a voz de Buda. “Nesse momento”, diz o monge, “você se ilumina.”

5. Mais quarenta minutos de zazen.

Coruja, pássaro, helicóptero, cão, tudo parece ter voltado com força dobrada. Será o horário? Está anoitecendo já. Ou sou eu que estou ouvindo a cidade numa espécie de realidade aumentada? Onde nada acontece, tudo é assunto. O relógio, a saliva, as vísceras, tudo ganha volume e importância no meio do silêncio. Mas o silêncio não existe. Quando não é a cidade lá fora, é o corpo. O teu e o do outro. Quando não é o corpo, é a mente. E esta jamais se cala.

Estamos na segunda parte do zazen, mais quarenta minutos de frente para a parede de madeira, depois de ter praticado dez minutos de *kinhin*. Se zazen é a meditação sentada (*za* é “sentar-se” em japonês), *kinhin* é a meditação caminhada: um meio passo de cada vez, as mãos em *sheshu* (a esquerda fechada sobre o peito, a direita em cima), todos em fila, dando a volta na sala de meditação. Andei cinco metros em dez minutos.

O cara que estava à minha direita (o da respiração pesada) não está mais. Não voltou para a segunda parte do zazen. Talvez tenha desistido. Minha bexiga dá sinais de que quer desistir também, assim como meus músculos intercostais. A virilha já reclama das pernas cruzadas. E o gosto do lanche volta e meia atravessa o esôfago na direção contrária à da digestão (olá, coxinha). Todos na sala devem estar cansados, pois a incidência de salivas engolidas, tosses e fungadas aumentou.

Pior é quando a mente se cansa, que aí ela mergulha em tenebrosos territórios povoados por raivas indigestas, angústias e medos paralisantes.

Alerta máximo quando isso acontece, pois raiva, angústia e medo costumam ser lugares gostosos de se habitar. Quanto mais o ódio se aconcheiga, mais difícil é sair. Ou é isso ou são os planos para o futuro, breve ou distante: com que restos da geladeira vou fazer o jantar, onde vou passar o fim de ano, se devo ou não mudar de cidade, ou de profissão, ou de vida. Tudo isso num segundo: no instante de uma exalação, muitas décadas nos contemplam. O espaço entre a paz mental e a crise existencial é de apenas um diafragma de distância.

Volto a ouvir coruja, saliva e avião, e os pensamentos se dissipam. Ouvir o outro é a cura. Mesmo quando o outro é a cidade. Mesmo quando o outro é o teu corpo. Mesmo quando o outro é a tua própria mente, ouvida a distância, sem embarcar em seu desvario, como um psicanalista de si mesmo escutando a mente no divã. Já que esvaziá-la é impossível, que se tente ao menos preenchê-la com pensamentos virtuosos, atentos ao outro e ao mundo. “Nossa mente é como um balde de água suja”, explica o monge Sato ao fim da meditação. “Precisamos esperar que a sujeira se deposite no fundo para poder bebê-la.” Mas a sujeira, ele ressalva, sempre volta. “Aí esperamos ela se depositar no fundo de novo.” E de novo. E de novo.

6. Mais um koan.

Zhaozhou perguntou a Nanquan:

– Qual é o Caminho?

Nanquan respondeu:

– A mente comum é o Caminho.

– Devo ir em direção a ela? – Zhaozhou perguntou.

– Se você tentar ir em direção a ela, você estará se distanciando dela – respondeu Nanquan.

Zhaozhou perguntou:

– Se eu não tentar, como saberei que é o Caminho?

Nanquan disse:

– O Caminho não tem a ver com saber ou não saber. Saber é uma ilusão. Não saber é ignorância. Se você verdadeiramente compreender o Caminho, será como o céu: vasto, claro e infinito. Não se pode provar sua existência, nem negá-la.

Zhaozhou imediatamente compreendeu o profundo ensinamento.

Outro *koan* recolhido por Dōgen Zenji.

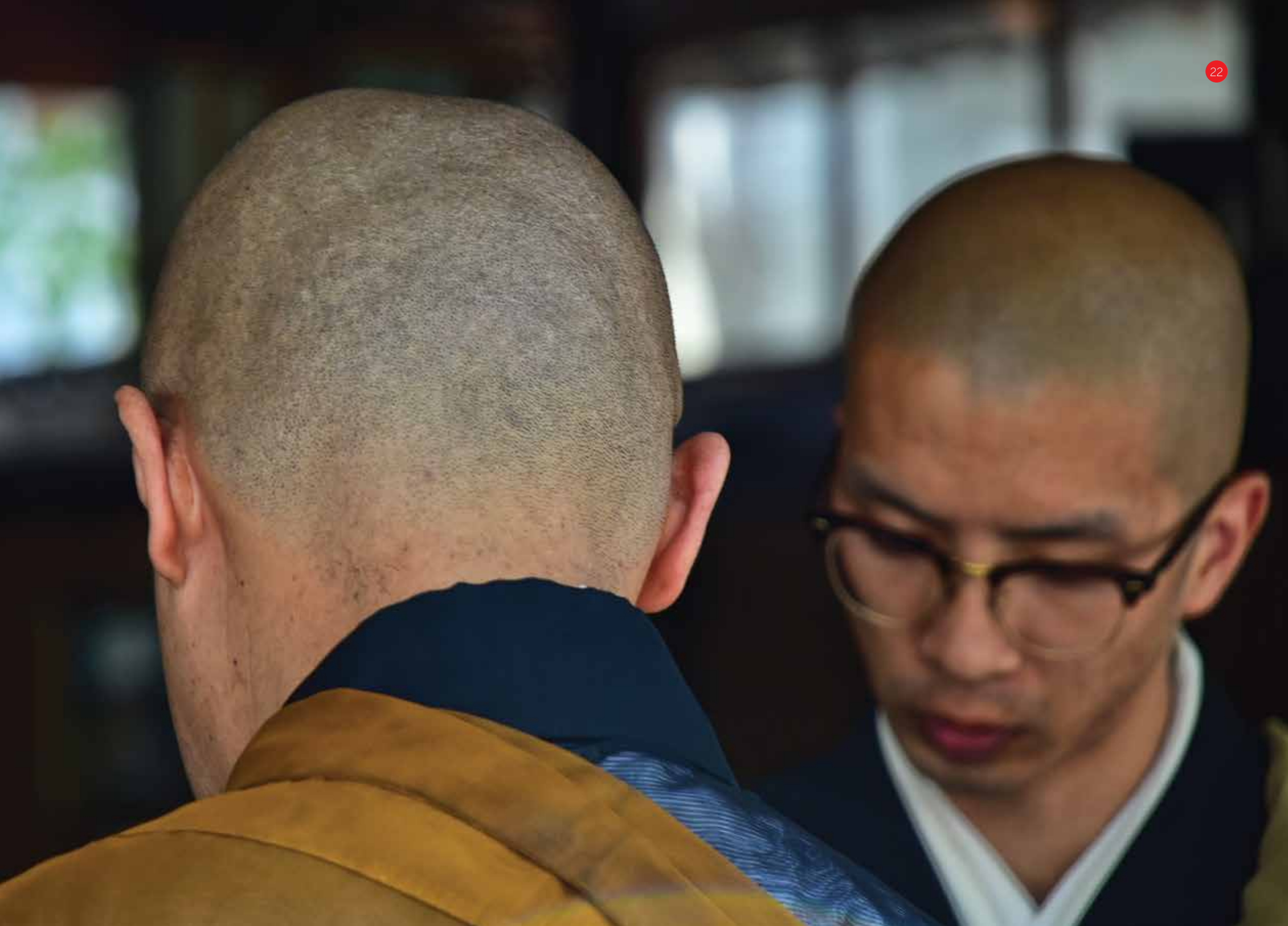
7. Uma citação.

De Friedrich Nietzsche, em *O Anticristo*: “O budismo é uma religião para o fim e para o cansaço da civilização”.





















Sede da Federação Espírita do Estado de São Paulo

Rua Maria Paula, 140

OS AMIGOS INVISÍVEIS



Os espíritos devem gostar de folhetos, pois ninguém visita pela primeira vez a sede da Federação Espírita do Estado de São Paulo sem sair com ao menos oito deles na mão. E um marcador de livro. O primeiro eu recebi ainda na calçada – o flyer de uma peça de teatro, *O Encontro Espiritual de Léon Denis & Joanna de Ângelis* –, antes de atravessar a grade que separa a rua do reino dos espíritos. Os folhetos de número 2, 3 e 4 me foram entregues pela diligente Valdeci tão logo galguei os dois lances de degraus de ardósia que me conduziram ao Depoe – Departamento de Orientação Espiritual. Um dos folhetos instruía os pais ou responsáveis quando da presença de crianças no espaço, em outro constava o telefone da Telefeesp (“Uma voz amiga à sua disposição!”) e o último vinha com um trecho do livro *Leis do Amor*, ditado pelo espírito Emmanuel a Chico Xavier, que explicava de onde vêm os espíritos obsessores.

O Depoe é uma sala imensa onde duas dúzias de mesas de madeira com tampo de vidro se alinham em três fileiras. Houvesse máquinas de escrever, seria uma repartição pública da era pré-digital. Mas havia flores. Um vaso pequeno no canto superior direito de cada mesa, que, pela cor, identificava os atendentes.

Fui parar na mesa de Marilena (“Aquela atrás das flores amarelas”,

me disse Valdeci), mulher de meia-idade, cabelos curtos e olhos ao mesmo tempo compassivos e inquiridores.

– O que te trouxe aqui?

A pergunta deu início a um sutil interrogatório que culminou com o preenchimento de uma ficha, pela qual se pretendia traçar um diagnóstico das minhas necessidades espirituais. A cada pergunta, ela marcava, ou não, o quadradinho ao lado de cada item: “Cansaço ou fadiga”, “Rancor ou mágoa por alguém”. Alguns itens, pude ver na ficha, não eram de se perguntar, mas de observar: “Agressividade extrema”, “Dificuldade para se expressar”. O olhar cirúrgico de Marilena determinava se aqueles quadradinhos deveriam ser marcados ou não.

Ela me explicou que a ficha seguiria para uma sala nos fundos do Depoe, onde os médiuns leriam meu prontuário espiritual e, com a ajuda dos amigos invisíveis, determinariam qual seria meu tratamento. Enquanto isso, eu deveria esperar numa salinha intermediária, ao fundo, onde uma tevê transmitia paisagens campestres acompanhadas de ensinamentos de Allan Kardec. Levantei da mesa de Marilena com mais um papel na mão (folheto de número 5) – uma ficha rosa que deveria ser carimbada na mesa de Neyde.

Nem bem sentei na salinha, depois de uma providencial ida ao banheiro para fazer xixi, ouvi meu nome ser chamado. Era Antonia, que me conduzia à sua mesa, de flores verdes. Antonia, ao contrário de Marilena, não parecia ter muita paciência.

– Você vai fazer o tratamento P3E – ela me disse, enquanto abria uma apostila na página onde estava impressa a grade horária do referido tratamento, para que eu escolhesse os dias de frequência da série de palestras e de passes.

– Mas já?! Eu não ia passar pelos médiuns?

– Você já passou pelos médiuns. Enquanto estava naquela sala, esperando.

– Mas eu estava no banheiro...

– Não interessa. Sua ficha foi lida pelo nosso colegiado de médiuns, que determinou seu tratamento. É este aqui: P3E.

Antonia não quis me contar o que significava aquela sigla, mas sugeriu que, para acelerar o tratamento, eu praticasse o Evangelho no Lar. E me indicou uma mesa atrás da dela, disposta debaixo de uma placa que dizia “Departamento de Evangelho no Lar”. Mas não sem antes me entregar o folheto de número 6 – uma ficha branca com as indicações do meu tratamento, que deveria ser igualmente carimbada.

Bastou que me sentasse para receber as instruções do Evangelho no Lar, ganhei de Cícero mais um folheto (número 7), além de um marcador

de livro – este especialmente útil, já que todo o propósito daquela minha quarta interação com pessoas visíveis era aprender a ler da maneira mais eficaz *O Evangelho Segundo o Espiritismo*.

Logo pensei que Cícero devia ser a pessoa visível mais paciente daquele edifício, pois era já o fim da tarde de sexta e ele continuava dando as mesmas instruções a cada indivíduo que se sentasse em sua mesa, sabe-se lá se pela quinta ou décima quarta vez naquele dia. O folheto de número 7 já explicava em detalhes como deveria ser feito o Evangelho no Lar, mas Cícero não se furtava de oferecer novos pormenores.

– Cachorro pode participar? Pode. Pode pôr vaso de flores para ler com o Evangelho? Pode – Ele mesmo fazia e respondia as perguntas, certamente amealhadas ao longo de anos de atendimento espiritual – E se ninguém da família quiser ler o Evangelho comigo? Ai você lê sozinho... Sozinho entre aspas, né? Porque nossos amigos espirituais estão sempre do nosso lado.

Terminada a etapa das flores e dos folhetos, seguiu-se a etapa das filas. A primeira me conduziu ao interior do salão Cairbar Schutel, onde os atendidos assistiriam a uma palestra rápida de 15 minutos sobre algum tema do Evangelho. No caso, o capítulo IX, “Bem-aventurados os mansos e os pacíficos”, item 8, “Obediência e resignação”, em que se falou da importância de reduzir as expectativas sobre a vida.

– Agora vocês tomarão um passe. Que assim seja, graças a Deus – disse a expositora, dando início a mais uma fila, feita igualmente em silêncio, na ordem em que as pessoas haviam se sentado. Na saída, outra fileira já se formava para a próxima palestra.

A fila do passe se estendia do outro lado do corredor do subsolo, às portas da sala 2B, de nome Edgard Pereira Armond. Lá dentro, ainda em fila, eu e os outros atendidos receberíamos dois passes – o primeiro de médiuns dispostos também em fileira, o segundo de médiuns agrupados em conjuntos de três, para “unir as forças”, conforme me explicaram depois. Tudo isso após receber mais um folheto na fila do passe, com ensinamentos ditados pelo espírito André Luiz a Chico Xavier: “O erro ensina o caminho do acerto e o fracasso mostra o caminho da segurança”. Folheto de número 8.

A Feesp é uma cidade de dez andares e um subsolo frequentada por pessoas visíveis e invisíveis. As primeiras fazem filas, pegam folhetos e se sentam em cadeiras de madeira e/ou de plástico. Das segundas não posso dizer, porque não as vi. Mas Marcelo, o expositor da minha primeira aula no tratamento P3E, me garantiu que “a assistência não é só para o encarnado”. “Parentes e amigos desencarnados estão aqui também, as-

sistindo a esta palestra”, ele disse, ressaltando que os efeitos dos ensinamentos kardecistas e das irradiações fluídicas proporcionadas pelos passes reverberam também no plano espiritual.

Pelo que pude entender, os espíritos povoam o prédio da Feesp em numerosas instâncias: quando acompanham os vivos durante a visita, quando se manifestam nos médiuns e, também, quando vêm à sede da Federação para receber atendimento sem a necessidade de um corpo físico. Nesse caso, os mortos fazem filas idênticas às dos vivos, lotando os corredores e tomando passes (recebendo folhetos também?) com o objetivo de desembaraçar os trâmites para o mundo de lá. “Aqui virou lugar de atendimento para o mundo inteiro”, salienta Silvia Puglia, diretora da área de divulgação e ex-presidente da Federação. Especialmente cheio, segundo ela, em momentos de tragédia ou catástrofe, como atentados terroristas e acidentes de avião – mesmo quando ocorrem do outro lado do mundo.

A Feesp também é uma cidade frequentada por grandes nomes da arte ocidental. Os ateliês de pintura mediúnica, por exemplo, são feitos “sob a orientação espiritual do Espírito Renoir, famoso pintor impressionista que se apresentou como o mentor responsável pela equipe espiritual que atua nessa atividade desde o início”, como descreve o material de divulgação da entidade. “Os impressionistas se manifestam bastante”, informa Verena Guimarães, a dirigente responsável pela área. Não consegui entender a razão pela qual os artistas do *fin de siècle* desenvolveram esse gosto particular em continuar pintando depois de mortos, em vez de um Pollock, por exemplo, mas soube que, há cerca de dez anos, eles decidiram não mais assinar os quadros. “As obras estavam sendo vendidas pela assinatura”, me explica Verena, justificando a atual escolha pelo anonimato. Isso não significa, é claro, que os artistas invisíveis tenham deixado de se apresentar. “Agora mesmo tem uma menina pintando algo que remete a Picasso.”

Se o quarto andar do prédio da Feesp é dos pintores, o terceiro pertence aos escritores. Uma vez por semana, divididos em duas turmas, os alunos de psicografia literária se dedicam a treinos de escrita, leitura de clássicos espíritas e análise dos estilos lavrados pela pena mediúnica. Foi, inclusive, contratado este ano um professor de literatura, que tem a rigorosa tarefa de avaliar a autenticidade de cada palavra escrita em nome de um autor falecido. E não são poucos, nem pequenos. “Casimiro de Abreu está com a gente agora. Monteiro Lobato e Eça de Queiroz também”, enumera Sonia Cabral, a dirigente da psicografia literária. “A gente tem um material lindo do Leon Tolstói também, que está sendo analisado pelo nosso professor.” Se no andar de cima os

espíritos dos pincéis optaram pelo anonimato, aqui os das letras são menos modestos: assinam mesmo – o que, segundo Sonia, exige cuidados redobrados antes de publicar qualquer obra, daí a presença de um especialista. Vai que aparece algum espírito zombeteiro se fazendo passar por Machado de Assis.

Mas falemos dos vivos. Cerca de 3,8 milhões de brasileiros se disseram espíritas no censo de 2010; 1,4 milhão a mais do que em 2000, o que indica um claro aumento da adesão à doutrina kardecista entre nós. Somos a maior nação espírita do mundo em número de adeptos. Nem na França, onde nasceu Allan Kardec, o espiritismo fez tanto sucesso. Aqui, foi imediato. Menos de uma década depois do lançamento da obra inaugural da doutrina, *O Livro dos Espíritos*, em 1857, já se fazia a primeira sessão espírita do Brasil, em Salvador. Em 1875, no Rio de Janeiro, publicava-se a primeira versão em português do livro. E em 1884 nascia, na mesma cidade, a Federação Espírita Brasileira, cuja presidência seria assumida mais tarde por Adolfo Bezerra de Menezes, conhecido por estabelecer a base sobre a qual se definiria o espiritismo brasileiro – uma doutrina religiosa dedicada à assistência espiritual e à caridade.

Até então o espiritismo no Brasil era particularmente popular entre a elite intelectual, uma vez que lançava um olhar inovador, científico e filosófico sobre os fenômenos espirituais. Além de tudo, vinha de Paris (era chique, portanto). Kardec só chegou às favelas quando se tornou altruísta, oferecendo suporte material, médico e espiritual a comunidades de quem Deus e o governo pareciam ter se esquecido. Só isso já teria bastado como razão para o sucesso do espiritismo no Brasil, mas devemos acrescentar também o fato de que, para o povo, transe mediúnicos e pessoas falando em nome de gente falecida não eram coisa tão estranha, dado que tanto índios quanto escravos já o faziam. Terra fecunda para o florescimento da doutrina kardecista, o Brasil só precisava de um emissário com carisma suficiente para propagá-la. Entrou Chico Xavier na história e o espiritismo, em quatro décadas, explodiu em número de adeptos. Em 1940, cerca de 400 mil brasileiros se diziam espíritas; em 1980, eram já 1,5 milhão.

A Feesp nasceu bem nesse momento de ascensão, quando o crescente número de centros espíritas no Estado passou a exigir a necessidade de uma entidade reguladora. A Federação foi criada em 1936 e, dois anos depois, se mudou para o casarão da rua Maria Paula, que seria sua sede pelos cinquenta anos seguintes. Na época, chamava-se Casa dos Espíritos do Brasil e tinha meia dúzia de salas; na maior, cabiam só trinta pessoas. A figura-chave desses inícios é a de Edgard

Pereira Armond (o nome da sala onde tomei passe), tenente-coronel reformado que assumiu a direção da entidade nos anos 1940 e permaneceu três décadas ligado a ela, ajudando a dar-lhe a cara que tem hoje, inclusive no que diz respeito ao sistema de atendimento espiritual (as filas). Armond, contudo, não estava só: recebia sempre as orientações, em espírito, de Bezerra de Menezes, que em dado momento mandou a seguinte mensagem: "No mundo, o Brasil; no Brasil, esta terra que tem o nome do grande Apóstolo; e aqui, esta nossa casa, que será um farol a iluminar a humanidade." Sim, o "farol" era a Feesp. "Haja responsabilidade, viu?", comenta Silvia Puglia.

A sede atual, o edifício Allan Kardec, foi construída nos anos 1990 no endereço onde antes estava o casarão. Todos os dez pavimentos erguidos com a ajuda de doações, que é basicamente a forma como a Federação se mantém, além da renda obtida com a venda de livros (a Editora Feesp tem mais de 120 títulos no catálogo), o café Nosso Lar, no térreo, e a realização da Festa Típica Francesa em Homenagem a Allan Kardec, que todo ano soma alguns milhares de reais ao caixa da entidade com a venda de cassoulets, quiches, crepes e baguetes. De resto, tudo na Feesp é gratuito, dos tratamentos espirituais aos ateliês de pintura mediúnica. "Dai de graça o que de graça recebestes", foi a frase de Chico Xavier que mais ouvi aqui, todos fazendo questão de ressaltar o caráter humanitário da doutrina (vale lembrar que o mais famoso médium do país não ficou com um centavo decorrente da venda dos mais de 400 livros que psicografou). "São dons que a gente recebe de graça", explica Silvia Puglia. "Não podemos cobrar por eles."

Cinco mil pessoas visíveis prestam serviço na Feesp, e nenhuma delas cobra. Marilena, Antonia, Cícero, Verena, Sonia, Silvia: todos são voluntários, parte de um monumental contingente mediúnico – sem contar os assistentes desencarnados, outros milhares, quiçá milhões – dedicado a aliviar as aflições de quem quer que atravessasse o portão da rua e faça aquelas filas. Como o P3E a que fui indicado, há dezenas de outros tratamentos, conforme a necessidade: depressão, obsessão, doença física, dependência de drogas. E não é pouca gente: de 7 mil a 10 mil atendimentos por dia. Três milhões por ano. Some os serviços de assistência social que a entidade presta em suas outras quatro unidades (cursos profissionalizantes, asilos e creches) e o número de atendimentos baterá nos 15 milhões.

Só de alunos são 8 mil no momento, integrantes de um longo programa educativo que pode chegar a durar anos. Ou uma vida inteira: um ser humano recém-encarnado pode começar no curso de Educa-

ção Espírita para Bebês, que "visa levar o Evangelho de Jesus à luz da Doutrina Espírita às crianças na faixa etária de 0 a 2 anos", seguir com a Educação Espírita para a Infância e Juventude, dos 3 aos 15, e emendar com a Educação Espírita para a Mocidade, a partir dos 16. Adultos podem entrar a qualquer momento no curso "O que é o Espiritismo?", que dura um ano, e depois continuar com o Curso Básico, no qual se destrincha ao longo de dois anos *O Livro dos Espíritos*. Leva-se outros dois anos no Aprendizes do Evangelho, curso voltado à parte teológica da doutrina, e mais dois na Educação Mediúnica, que é onde os alunos descobrem e desenvolvem sua mediunidade, seja ela qual for: psicometria, psicografia, psicofonia, doação de fluidos e outras tantas.

Espíritos sedentos por conhecimento podem ainda encarar mais um ano de ensinamentos no Curso de Dirigentes e Monitores, destinado às atividades de coordenação, e passar o resto desta encarnação mergulhados nos cursos da Educação Continuada, grupos de estudo voltados aos mais diversos temas, como a análise das obras de André Luiz e conhecimentos de Ciência Espírita, Psicologia Espírita e Antropologia Espírita. E, entre uma aula e outra, ainda é possível fazer parte do grupo de teatro da casa e do coral e orquestra Carlos Gomes, onde se aprende a cantar clássicos da doutrina como o "Hino dos Aprendizes do Evangelho".

Sempre é recomendável, no entanto, antes de fazer qualquer curso, completar o tratamento espiritual indicado pelo colegiado de médiuns. No meu caso, o P3E. Em minha primeira aula, em pouco mais de uma hora, aprendi que há cerca de 30 bilhões de desencarnados no planeta (quatro para cada pessoa visível) e que existe uma coisa chamada "programação espiritual", em que o espírito que nos governa escolhe um corpo para habitar e dele fazer um instrumento de evolução, por meio de desafios pré-programados. "Ninguém está aqui a passeio", explicou Marcelo, o expositor. Também tomei três passes durante a aula: o primeiro dado por Olga, uma senhora levemente corcunda, e os outros dois dentro de uma sala, por dois grupos de médiuns. A turma de alunos era pequena, mas nem por isso deixava de haver filas na hora do passe. Afinal, de bagunça já chega a vida lá fora. Aqui, tudo é ordem, serenidade e esperança – uma utopia possível que seguramente ajuda muita gente a suportar a dor e a delícia de estar vivo.

Saí da Feesp começando a entender o que move quase 4 milhões de brasileiros. E ainda ganhei mais um folheto, uma citação do espírito Meimei soprada a Chico Xavier: "Dá o teu toque de amor e Deus fará o resto". Folheto de número 9.

Igreja Martin Luther
Avenida Rio Branco, 34

FLORES PARA LUTERO



Cena 1, ano de 2017. A primavera cheira a amônia. A metano também. E a ácido sulfídrico. Esgoto, enfim. Mijo e merda em forma líquida despejados sobre a Rio Branco como um rio fétido a servir de divisa entre a calçada da igreja e a do prédio vizinho, há quinze anos abandonado, há cinco ocupado. A fronteira é um cano aberto e também um muro de pedra, que separa, mas não isola, as duas construções uma da outra: a catinga é tanta que chega a galgar a muralha como as trombetas de Jericó, aterrissando no pátio lateral da igreja para então escalar, matreira, as paredes do templo, até penetrar pelas janelas basculantes da parede sul. Sentado no banco lateral da nave, bem embaixo dessas janelas onde os vitrais estampam figuras históricas do protestantismo (Lutero, Calvino, Zwingli e outros), ouvindo o rumor da cascatinha de esgoto que escorre pelo prédio vizinho, não consigo acreditar no pastor Frederico quando ele diz que “a vida é como o perfume das rosas”. Não, meu caro pastor, não é. Não aqui, de onde te ouço. Não hoje, a dois dias do equinócio da primavera, quando as diligentes mulheres da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas organizam seu culto anual primaveril como celebração da chegada da nova estação. “E isso que hoje não está tão quente. Vem aqui no verão para você ver”, me disse Walkyria Gellert antes do culto, ao entregar o hinário.

Pois ainda bem que é primavera. Só acho que, dado o ensejo, bem que podia haver na igreja mais flores do que o vaso solitário sobre o altar. Fica aqui registrada minha sugestão para o culto do ano que vem: mais flores. Muitas flores. Cheirosas, de preferência.

Cena 2, ano de 1908. Mais uma torre se eleva na cidade. A igreja ainda não está concluída, mas já tem campanário e sino, que soará no dia de Natal para celebrar a inauguração oficial da primeira *stadtkirche* da capital. Finalmente os teuto-paulistanos terão um templo para chamar de seu, depois de passar anos tomando emprestada dos presbiterianos a igreja do reverendo Blackford. E que belo templo: um edifício neogótico, inédito na metrópole, projetado pelo arquiteto Guilherme von Eye – o mesmo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo – e ornamentado com os vitrais de Conrado Sorgenicht, a grande promessa da arte vítrea na cidade. Haverá coral na festa, mas não órgão ainda: ele virá no ano seguinte, importado da Alemanha, com 620 tubos, para celebrar a conclusão da primeira paróquia luterana de São Paulo. Igrejas devem estar na moda no Centro, pois, a poucos metros de distância, outras duas torres vêm despontando sobre a barranca oeste do Anhangabaú: a da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a da Santa Ifigênia, ambas iniciadas em 1904. Em breve as três serão conectadas pelo viaduto do Chá à outra margem do Anhangabaú, que deixará de ser rio, mas continuará vale. No futuro, as duas últimas, insígnias da fé hegemônica, ganharão largo e praça. A *stadtkirche*, no futuro, ganhará uma porta de ferro na fachada e um conjunto de empenas a rodear-lhe os outros três flancos.

Cena 3, ano de 1968. Mais uma torre se eleva na cidade. O nome por trás dela é o de Sebastião Paes de Almeida, ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco do Brasil, ex-presidente do Banespa, ex-vice-presidente do São Paulo Futebol Clube e atual proprietário da Cia. Comercial Vidros do Brasil, empresa para a qual mandou construir um colosso de 24 pavimentos em concreto armado na esquina da Rio Branco com a Antônio de Godói, que batizou com o nome do irmão mais velho: Wilton Paes de Almeida. O novo emblema da Bauhaus na cidade foi concebido pelo arquiteto francês Roger Zmekhol, que incluiu no projeto inovações como uma fachada inteira de esquadrias e um arrojado sistema de ar condicionado central, além de requintes como pisos de ipê e um reluzente hall em mármore e aço inoxidável. No futuro, o edifício Wilton Paes de Almeida abrigará por duas décadas a Superintendência da Polícia Federal, onde inspetores e peritos deflagrarão acontecimentos

de grande relevância, entre eles a prisão do mafioso italiano Tommaso Buscetta e a descoberta da ossada do médico nazista Josef Mengele.

Cena 4, ano de 2017. Já voou cocô, casca de mandioca e laranja podre, além de uma pedra, que estilhaçou o vitral bem no centro de uma roseta. Cocô tinha sempre: volta e meia um saco plástico fedorento saltava do sexto andar, entrava em queda livre e vinha aterrissar no pátio lateral da igreja, não sem antes explodir ao contato com o chão, espalhando a fragrância de merda por todo o templo. Uma vez o saco explodiu em cima do carro de uma noiva. O pastor Frederico foi lá no vizinho reclamar. Parece que parou. Mas o esgoto, esse continua, acrescido de mosquitos e odores pestilentos, que todos os domingos recebem os fiéis para a cerimônia das 10 e quinze. “Os pernilongos vieram assistir ao culto”, diz Walkyria pouco antes de começar a liturgia, quando, segundo ela, o cheiro “não está tão forte quanto ao meio-dia”. Adelia Christmann, coordenadora da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, demonstra preocupação: “Estamos perdendo membros”. Antes que surgissem as primeiras igrejas luteranas fora do Centro, nos anos 1950, esta era a única paróquia da cidade onde se praticava a teologia de Luterano – meio século, portanto, de cultos lotados, sobretudo aqueles celebrados em alemão, que chegavam a reunir 200 pessoas. Hoje a língua original do luteranismo se restringe a uma celebração mensal, sempre num domingo, dirigida a um público de não mais que meia dúzia de velhinhos. “Para manter a tradição”, diz o pastor Frederico Carlos Ludwig, ressaltando que a paróquia não tem mais uma comunidade no entorno. A alemãozada se mudou do Centro, e os que vêm aos cultos dominicais são, em grande medida, brasileiros convertidos ao luteranismo, quase todos moradores de outros bairros. E mesmo estes não passam de sessenta a cada cerimônia, valentes fiéis certamente movidos por uma fé que supera toda agressão olfativa. “É uma questão delicada”, diz o pastor Frederico Carlos Ludwig, referindo-se aos vizinhos. “Tem o lado humano, das pessoas que estão lá e que não têm moradia.” Diz ele que já procurou ajuda em diversos órgãos do governo, sempre sem sucesso. “Essa é uma cruz que a gente tem que carregar.”

Cena 5, ano de 2017. Francisca já chega dando bronca. “Não pode tirar foto aqui! Apaga já isso.” Foi mal. Eu não sabia que a vida na ocupação do edifício Wilton Paes de Almeida era tão cheia de regras. Em resposta, Francisca, uma das líderes do Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), me mostra um cartaz imenso onde está inscrito o “Regulamento da Ocupação”, que rege o convívio das 185 famílias

que habitam o prédio, da sobreloja ao décimo andar. Entre as regras, incluem-se determinações como “Proibido espancar mulher dentro da ocupação”, “Proibido sacar arma de fogo e arma branca dentro do prédio” e “Proibido jogar lixo das janelas”. Pelo jeito alguém andou descumprindo essa última, dada a chuvarada de cocô nos últimos meses. “Nós descobrimos quem foi e convidamos a se retirar”, diz Francisca. “A gente fica indignada. Se tem igreja, tem que respeitar, né?”

Cena 6, ano de 1517. Monge atrevido esse Martinho Lutero. Quem teria a audácia de convocar o arcebispo de Mainz, por meio de carta, para um debate teológico e ainda por cima afixar a tal missiva na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, para que todos pudessem vê-la? No documento constavam 95 pontos a serem discutidos, grande parte deles em torno da questão das indulgências – para Lutero, o maior dos escândalos. Explica-se: dois anos atrás, o papa Leão X lançara uma espécie de liquidação de indulgências, em que cada católico poderia garantir sua vaga na céu, além da remissão dos pecados (exceto roubo e adultério), se generosamente contribuísse com a construção da Basílica de São Pedro, no Vaticano. Lutero achou isso um absurdo, chamou Roma para a briga e acabou sendo excomungado. O que o papa não esperava era que, graças à recente invenção de Gutenberg, as chamadas 95 Teses se espalharam, na forma impressa, como rastilho de pólvora por toda a Alemanha, e além dela. Acabou virando o documento fundador do que será chamado Reforma Protestante, movimento que terá Lutero como líder de uma nova igreja. Uma fé ainda cristã, porém reconstituída segundo as prescrições da Bíblia e fundamentada sobre cinco pilares, ou cinco “somentes”: somente Deus (deve ser exaltado, e não seus emissários), somente Cristo (é o mediador entre Deus e a humanidade – nada de santos, portanto), somente a graça (você não precisa fazer por merecer a salvação), somente a fé (ela basta para que Deus nos perdoe por nossos pecados) e somente a Escritura (a Bíblia é o único documento onde consta a palavra de Deus – que, por sinal, daqui em diante será traduzida para outros idiomas que não o latim, de modo que todos possam lê-la).

Cena 7, ano de 1891. O luteranismo caminha a passos lentos em São Paulo. Se no Sul do país é um sucesso, dado o imenso número de colônias alemãs, aqui a comunidade vem tentando há vários anos constituir um centro de disseminação das doutrinas de Lutero. Já houve uma investida em 1858, quando Gustav Schaumann, proprietário da Botica Ao Veado d'Ouro, na rua São Bento, reuniu em sua farmácia os primeiros luteranos

da capital. Por razão que se desconhece, a iniciativa não foi adiante. Agora é a vez de Emil Bamberg, outro alemão, que acaba de fundar a Igreja Evangelica Alleman, com franca chance de êxito: já são oitenta as famílias participantes da comunidade. Só está faltando um templo.

Cena 8, ano de 2015. O primeiro templo luterano de São Paulo já foi pintado nove vezes desde sua construção, mas restauro, mesmo, é a primeira ocasião em que acontece. A obra em si começou faz três anos, mas a luta vem de antes, pelo menos há quase duas décadas, quando surgiram as primeiras intenções de reforma. Só demorou porque a Igreja Martin Luther é um bem tombado pela prefeitura (desde 1992), circunstância que, se de um lado protege, do outro cria sérios entraves a todo tipo de transformação na arquitetura. Não havia problemas estruturais (fora o fato de que às vezes chovia dentro da igreja durante o culto), era mais uma questão visual: a igreja descaracterizada por dentro e descascada por fora. A parede externa continua puída, à espera de verba, mas a nave agora reluz com o mesmo brilho de 1908, incluindo a abóbada sobre o altar, que um pastor pintou de azul décadas atrás, ocultando a estampa original que hoje se revela. Um milhão e meio de reais já foram gastos até agora, todos provenientes de doação, empregados no restauro da nave, do sino e do telhado – que deu particularmente um bocado de trabalho a Paulo Marinho, o faz-tudo da paróquia. “Tirei uma çaçamba de entulho do forro. 108 anos sem limpar, né?”

Cena 9, ano de 2017. Um milhão de brasileiros se confessam luteranos (quase todos no Sul), mas apenas 15 mil desses são paulistanos. E, desses, muitíssimos menos frequentam a paróquia do Centro. “Uma característica do luteranismo é não ser proselitista. Nós acolhemos quem nos procura”, diz o pastor Frederico. E quem não procura também, como o grupo de moradores em situação de rua que toda sexta à tarde vem assistir ao breve culto criado para eles, seguido de lanche. Aí, sim, é quando a igreja enche: são mais de 200 pessoas por semana, quase todos homens, que chegam atendendo ao convite que a igreja espalha pelas sarjetas da cidade. O pastor se apressa em dizer que não há qualquer intenção de convertê-los: “Os moradores de rua são nossos convidados. Podem entrar e sair quando quiserem. Inclusive fazemos a guarda dos documentos deles”. Quanto aos que de fato procuram a Martin Luther, esses vêm aos domingos, quando a Rio Branco silencia e o Centro se aquieta. Há que se aproveitar, portanto, sua vinda, o que torna os domingos luteranos particularmente buliçosos: enquanto o culto se desenrola na nave, as crianças aprendem as doutrinas no

andar de cima, os adolescentes fazem o ensino confirmatório e a moçada se reúne no grupo de jovens. E, por todo lado, as zelosas integrantes da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, parte de um conglomerado nacional de 40 mil luteranas que fazem deste o segundo maior grupo organizado de mulheres da América Latina. Muitas delas estão lá, nas mais diversas atividades, para garantir que a paróquia funcione a contento. A única coisa sobre a qual não conseguem intervir, uma pena, é no cheiro de esgoto. Mas Carmen Wiesel, frequentadora da comunidade desde 1969 e professora da escola religiosa infantil por mais de trinta anos, está confiante: “Deus vai dar um jeito”.

Cena 10, ano de 2002. A Polícia Federal deixa o edifício Wilton Paes de Andrade e se muda para sua nova sede, na Lapa. Uma agência da Previdência Social se estabelece no térreo, mas os 23 andares acima permanecem vazios.

Cena 11, ano de 2009. A Previdência Social fecha sua agência no edifício Wilton Paes de Andrade devido a uma inundação no subsolo, que ocasionou uma infestação de *Aedes aegypti*. A prefeitura anuncia a criação de um centro cultural no prédio, financiado em parte pelo governo francês. O projeto, elaborado por arquitetos de Paris, terá teatro, cinema, ateliês e mirante. Será lançado na Virada Cultural deste ano.

Cena 12, ano de 2012. A Superintendência de Patrimônio da União cede o edifício Wilton Paes de Almeida, há dez anos desocupado, para a Unifesp, que instalará o Instituto de Ciências Jurídicas da Unifesp. Inauguração prevista para 2014.

Cena 13, ano de 2015. A Superintendência de Patrimônio da União anuncia a venda do edifício Wilton Paes de Almeida, que continua desocupado, mediante concorrência pública. O preço mínimo de venda é de R\$ 21,5 milhões.

Cena 14, ano de 2017. O edifício Wilton Paes de Almeida acaba de ganhar sua primeira igreja. Está instalada no térreo, debaixo de uma placa onde se lê “INSS”. O templo é modesto, porém colorido: tem parede de madeira pintada de verde e uma porta vermelha. Na fachada, a palavra “Igreja” foi pintada em tinta branca. Os moradores do edifício aguardam ansiosamente a chegada do novo pastor e o início dos cultos.

Mãe Dalva de Oxum

Viaduto do Chá, s/n

EU SOU BAIANA



Dalva de Oxum não gosta de sol. Não que vá queimar, que Dalva é quase preta. Mas diz que prefere a sombra. E não há sombras no Viaduto do Chá. Só a do guarda-sol azul xadrez que ela segura na mão esquerda, grande o bastante para lhe privar o corpo da luz, mas não o suficiente para incluir as muitas guias que repousam na mesinha em frente, onde rebrilham, atadas aos maços do tarô, debaixo do calor de sábado. Dalva de Oxum lê as cartas, joga búzios, receita florais, desfaz feitiços e promove a “limpeza da aura do seu Anjo da Guarda”, conforme adverte o folheto que ela entrega, diligente, a quem se atreva a lançar-lhe a vista. “Pegue, meu filho. Pegue.” Em seguida, avisa: “Eu sou baiana. E estou na internet”.

“Anote aí.” E entrega a caneta, pega a agenda com capa colorida e folhas cor-de-rosa e leva um tempo revirando as páginas atrás do endereço que alguém deve ter anotado sabe-se lá onde. “Achei: é dalvabaiana.blogspot.com.br. Lá tem tudo que você quiser saber.” Menos o preço, que esse se discute no viaduto, conforme o oráculo que se deseje consultar. Jogo de búzios é vinte. Incluído o desconto. Que seja.

Dalva de Oxum gosta de sombra e também de conversa, pois, tão logo se sinta o consulente, já vai contando que é filha do Recôncavo, nascida em Cachoeira, faz trinta anos chegada em São Paulo. No via-

duto diz que está há dez. Todo sábado e domingo, com ou sem sol. Às vezes terça ou quarta, mas não sempre. Garantido, mesmo, é na casa da rua Flórida, onde preside as Sete Linhas de Caboclo, embaixatriz dos encantados no mitigar das dores da carne ou do espírito. “Conhece benzedeira? Benzedeira é eu.”

E entrega de novo a caneta, e agora também a agenda de folhas cor-de-rosa, e pede para anotar, numa página qualquer, nome e data de nascimento. E, dadivosa – como é do feitio das filhas de Oxum –, entende o guarda-sol azul xadrez sobre o consulente, deixando reluzir os panos brancos de baiana e o rosto quase preto, que parece preto inteiro quando debaixo do calor de sábado. Não se incomode, dona Dalva: e sai de cena o guarda-sol, para que agora Dalva de Oxum tenha as mãos livres para segurar a agenda, na qual lê, segundo as leis da numerologia, os mistérios que se escondem por trás de nome e data. É o início dos trabalhos. Um prelúdio para os orixás.

Depois, aos búzios. E Dalva de Oxum põe no colo a peneira, também vestida de pano branco, onde fileiras de conchas delimitam o espaço oracular. No círculo interno espalham-se mais conchas, algumas moedas, duas ou três chaves e um budinha dourado, e tudo isso Dalva empurra para os cantos com tal de limpar o território mágico onde os de lá se manifestam. Enquanto arruma, pergunta. “Tarô você não quer, né? Engraçado. Quem gosta de búzio é baiano. Paulista gosta de tarô.” Dalva de Oxum parece confusa. Mas é só por um instante, porque logo estica o braço, determinada, em busca de um dos maços da mesinha em frente. “Pois eu vou jogar tarô pra você ver como é. Não vou cobrar não, tá?”

Dalva pausa o baralho na peneira, diz que é o tarô “legítimo”. Pede para cortar. Diversas vezes. E cada corte gera maços rasos, de meia dúzia de cartas, nas quais se encerra uma resposta para cada pergunta, a ser feita em voz alta ou no silêncio da mente. Fica a critério do freguês. As cartas trazem figuras que parecem de cartilha escolar, daquelas em que se aprende o alfabeto a partir de imagens que boiam no nosso inconsciente coletivo. Só que urso, aqui, não é a letra u, e sim “um desafio a se enfrentar”. Cegonha não é cê, é “novidade que vem aí”. E nada de efe no buquê de flores, mas a “realização dos sonhos”. E esses, Dalva de Oxum também tem, conforme faz questão de frisar. “Meu sonho é conhecer o sertão”. Diz que já foi ao sertão da Bahia, perto ali do Recôncavo, mas que preferia mesmo era conhecer o de Pernambuco. E tem diferença, dona Dalva? “Lá tem forró bom.”

Agora, sim, aos búzios. Dalva de Oxum pede que se pense em três perguntas. Mas adverte que a última deve ser feita em voz alta. Vai

ver que é para os orixás escutarem melhor. As conchas falam e, entre a segunda e a terceira resposta, sugerem uma simpatia. “Faz o ritual da Oxum.” Dalva dá a receita: maçã, uva e cereja, tudo num prato só, polvilhado com açúcar cristal. Canela também. Em pau, de preferência. “Depois bota num tapué e deixa num lugar de prosperidade. Pode ser no banco. Aí você leva lá o prato de Oxum e finge que esqueceu.” Diz que é tiro e queda.

E então a pergunta final. Dalva lembra: “Essa você tem que falar”. Uma pergunta sobre o futuro, que seja. Ela joga, as conchas vaticinam. E Dalva traduz: “Vá em frente, meu filho”. Depois emenda, com sabedoria de ialorixá: “O bonito da vida é viver. Porque eu sou baiana. E baiana vive”.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Largo do Paissandu, s/n

OS PRETOS DA SANTA

✝ Todo primeiro domingo de outubro, o Centro acorda com um cortejo de reis pretos. Reis e santos, quase todos também pretos, como pretas são as pessoas que carregam seu andor – todos rebrilhando sua pele preta sob o sol, iluminando e despertando os bêbados, moradores de rua e outros proscritos de mesma estirpe, os únicos a habitar as ruas ermas da Luz num domingo de manhã.

Nossa Senhora do Rosário não é santa preta, mas virou preta, ainda que de pele branca, depois de adotada pelos pretos do país, cativos ou forros, em tempos coloniais. É a maior das santas, tanto em estatura quanto em tamanho de andor, entre as que saem para abençoar o Centro naquele primeiro domingo de outubro. Vão na frente São Benedito (preto), Nossa Senhora Aparecida (branca, mas de pele empretecida pela fuligem, pela chama das velas e pelo tempo) e Santa Edviges (branca, padroeira dos pobres, quase todos pretos). E Nossa Senhora do Rosário atrás, com seu sorriso benevolente, lembrando aos miseráveis que a cidade finge não ver que, não, Deus não se esqueceu deles.

Uma cruz e duas velas abrem caminho no tráfego para a sacra comitiva passar, mas quem vem logo atrás é a África: primeiro um afoxé e seus ritmos de terreiro iorubá, depois as majestades banto – rainha e rei do Congo, com coroa e paramentos. A procissão é de igreja, que fique claro,

mas é igreja de preto, e preto algum há de negar de onde vem, mesmo que isso implique certo flerte com o lado de lá das fronteiras do cristianismo. O afoxé, no entanto, também canta e toca para Nossa Senhora do Rosário, assim como os reis congo igualmente desfilam para louvá-la, como é de praxe nas congadas de que participam. Afinal, esta é sua festa. Da santa dos pretos e dos pretos da santa.

Confrarias negras como as da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos existem há séculos – o registro mais antigo é de uma dessas em Lisboa em 1496, formada por escravos levados a Portugal. Houve também Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos – inclusive em São Paulo, onde seus membros estiveram encarregados da Igreja de Santo Antônio, na praça do Patriarca –, mas a santa parece mesmo ter caído nas graças do povo afro. Inclusive superando, em número de devotos e de irmandades, santos africanos como São Benedito e Santa Ifigênia, com quem os negros teriam, de antemão, a afinidade melanínica.

A cor da pele, nesse caso, serviu bem à estratégia de conversão ao catolicismo usada pelos missionários na África e no Brasil. Mas com Nossa Senhora do Rosário foi diferente: invocação da Virgem Maria que teria ensinado o uso do terço ao frade espanhol São Domingos de Gusmão, sua devoção teria se espalhado pelo mundo ibérico, incluindo as colônias, depois da Batalha de Lepanto, na Grécia, em 1571 – cuja vitória sobre os otomanos foi atribuída a uma procissão em louvor à santa que ocorrera em Veneza no mesmo dia do confronto, 7 de outubro. A Virgem ganhou fama de milagreira e o dia da batalha ficou sendo o de sua veneração, que se espalhou pelos mares com a mesma velocidade com que se multiplicavam as colônias de além-mar.

Nossa Senhora do Rosário podia não ser preta como Santa Ifigênia, mas tinha como trunfo algo muito mais potente, que era o objeto que lhe dá nome. Uma teoria é a de que o rosário teria sido de fácil assimilação pelos negros por causa da semelhança com amuletos africanos, como o rosário de Ifá, usado como oráculo. É plausível, mas pouco provável, já que Ifá é entidade iorubá, e o culto à Virgem do Rosário era uma particularidade dos bantos – muitos já vieram de Angola como devotos da santa, resultado da conversão portuguesa em território africano. O mais certo é que o terço católico tenha sido adotado nas senzalas pelo mero fato de ser um objeto portátil: bastavam os dedos para garantir acesso direto à intercessão divina, sem que fosse necessário saber ler ou escrever. Os padres, em particular os jesuítas, também eram grandes incentivadores do uso do rosário, pois fazer os escravos repetirem diariamente as rezas cristãs era uma forma de sutilmente embutir-lhes na alma a fé do colonizador.

Rezar em grupo era melhor ainda, pois se fortalecia a conversão ao credo cristão aproveitando-se dos laços de solidariedade que já existiam entre os escravos – daí o estímulo, por parte dos missionários, à criação de irmandades negras em louvor a um santo católico. Os negros de cá, por sua vez, logo entenderam que essas confrarias poderiam ser a melhor maneira de se integrar à sociedade brasileira. Ou, no mínimo, conquistar certa tolerância por parte dela. E assim brotaram irmandades de pretos por toda a colônia, compostas tanto por escravos quanto por libertos, e quase todas em louvor a Nossa Senhora do Rosário, desde sempre a mais popular entre os afro-brasileiros. As primeiras se formaram em Pernambuco e na Bahia no século 17. A de São Paulo foi fundada em 2 de janeiro de 1711, seis meses antes de a vila ser elevada à condição de cidade.

E já nos primeiros anos a irmandade ganhou capela, pequena ainda, e na periferia de uma São Paulo cuja população não passava de mil almas. Ali, onde hoje é a rua Quinze de Novembro, no meio de um matagal, elevou-se, em mutirão, o primeiro templo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Não se tem data dessa primeira igreja; da segunda, sabemos que foi concluída em 1750, e sabemos também que ali, onde hoje se ergue o prédio da Bolsa de Valores, os pretos do Rosário começaram a enterrar seus mortos – sempre à meia-noite, socando a terra com uma mão de pilão, evocando cânticos do continente matriz.

Era o lugar dos defuntos, mas também dos vivos, pois a igreja do Rosário pariu o primeiro bairro preto da cidade, constituído por casas habitadas por negros alforriados e aglutinado em torno do largo defronte ao templo, apropriadamente batizado de largo do Rosário a partir do século 19. Respirava-se liberdade ali: foi onde a irmandade se fortaleceu como comunidade, unindo-se em favor da inserção do negro na sociedade branca – inclusive juntando dinheiro para a compra de cartas de alforria. Foi também ali, no largo, que a padroeira viu nascer a festa em sua homenagem: a mais exuberante daqueles tempos, à qual acorria uma numerosa e entusiasmada plateia branca, ávida por assistir às negras de pano branco na cabeça dançando seus batuques. Era também dia de preto virar rei: encerrada a parte profana da festa, os soberanos congo partiam em procissão com sua corte pelas ruas do Centro, até a Sé.

Mas os pretos do Rosário eram pretos demais para permanecerem no miolo de uma cidade que na virada do século se tornava metrópole, enriquecida pelo café. No lugar das casas onde viviam, que foram sendo vendidas ou desapropriadas, surgiram lojas, bancos, cafés e restaurantes, transformando o largo do Rosário na zona de negócios da cidade. E negócios não combinavam com a memória ainda recente da escravidão,

expressa pela grande concentração de negros, suas casas, seus batuques, seu cemitério e, no centro de tudo, sua igreja. Sem muita conversa, quando já não restava nada da irmandade a não ser o templo e alguns terrenos adjacentes, os irmãos receberam da prefeitura, em 1903, a ordem de despejo e demolição de sua matriz. Justificava-se o ato anunciando a reurbanização do largo, que seria convertido em praça e receberia o nome de Antônio Prado – por acaso, o nome do então prefeito.

E lá se foram os pretos do Rosário para uma nova periferia, agora do outro lado do Anhangabaú, para o terreno que puderam comprar com a indenização da prefeitura. E tudo foi luta na mudança para o largo do Paissandu: do direito à edificação de uma nova igreja (sob a condição de que não houvesse ao lado nem casas nem cemitérios – ou seja, nem pretos vivos nem mortos) à permissão para construí-la bem ali, onde os vizinhos fizeram todo tipo de movimento para embargar a obra. Não sem grande esforço, a nova casa de Nossa Senhora do Rosário foi inaugurada em 1906, mas agora sem batuque – proibido pela Sé. Só houve procissão.

E por pouco a igreja não se muda outra vez: em 1940, a prefeitura inventou de demolir – de novo – a matriz do Rosário, com a intenção de edificar, no largo do Paissandu, uma estátua do Duque de Caxias. O motivo: transformar a São João, a avenida mais importante da cidade, em palco para desfiles cívicos – nada mais oportuno, alguém presumiu, que uma estátua do patrono do Exército Brasileiro encabeçando a via. Pois os pretos, desta vez, não se dobraram – a irmandade era agora uma das vozes mais expressivas da resistência negra na capital. Uma força que só aumentaria nos anos seguintes, a ponto de fazer com que vários de seus membros abrissem importantes picadas na selva política, entre eles Paulo Lauro, o primeiro prefeito negro de São Paulo, Adalberto Camargo, o primeiro deputado estadual negro, e Theodosina Ribeiro, a primeira deputada estadual, negra também. Todos devotos de Nossa Senhora do Rosário.

Durante esse tempo todo, vale lembrar que a irmandade fez jus ao nome, no que diz respeito aos “Homens Pretos”. Não que fosse uma confraria masculina – tratava-se de uma denominação genérica –, mas na prática era isso mesmo. Pelo estatuto de criação da irmandade, datado de 1711 e até hoje vigente, a função das mulheres se resumiria a vestir as crianças de anjo em dia de procissão. Todo o resto seria atribuição masculina. Conforme a lei, uma irmã do Rosário só sairia das sombras quando saísse das normas, o que não é muito difícil, dado o número de exigências: mulher no altar, jamais; a saia sempre abaixo dos joelhos, e as pernas sempre de meias; quanto à cor da roupa, preta para as casadas, branca para as solteiras. “Uma vez cheguei com uma blusa cinza chumbo e fui reprimida”,

conta Denise Vitoriano a respeito de um episódio que se deu há menos de 20 anos, quando ainda agia uma figura de nome “juiz”, cargo rotativo cuja responsabilidade era a correta adequação dos trajes femininos ao estatuto oitocentista.

O tempo e o bom senso se encarregaram de amenizar algumas dessas regras, como a possibilidade de fazer parte da organização das festas e a presença no altar, mas as deliberações fundamentais, essas continuavam restritas a um conselho de doze homens, que recebia o nome de “mesa”. A partir de um certo momento, lá pelo fim do século 20, os homens pretos aceitaram a criação de uma mesa feminina, embora tudo o que fosse decidido entre elas tivesse que passar pela aprovação do conselho masculino. “Aí chegaram as encenqueiras”, lembra Denise, incluindo-se entre elas. Era uma safra de mulheres progressistas, emancipadas, numa confraria de temperamento colonial. Deu no que deu: o primeiro levante feminista em três séculos de Irmandade do Rosário.

As insurgentes chegaram à ousadia de invadir a reunião da mesa masculina para expor suas demandas e exigir a prestação de contas, até então mantida a mil chaves pelos homens. Tomaram suspensão (“Nunca fui suspensa na escola, acabei sendo suspensa na igreja”, protesta Denise), mas fizeram história com sua pequena Bastilha negra, pois a partir daquele momento a diretoria da irmandade se tornou alvo de uma longa investigação por desvio de verba e venda de bens. O que se descobriu certamente não era nada bom: em 2002, a igreja do largo do Paissandu sofreu uma intervenção do Ministério Público Estadual, gerando um processo de 3 mil páginas, distribuídas em oito volumes. E assim permanece até hoje, privando os membros das decisões administrativas, da gestão do dinheiro e da chave da secretaria. Tudo, até o bolo de festa de Nossa Senhora do Rosário, tem que passar pela aprovação do interventor.

O processo parece que agora andou, graças à intercessão do bispo auxiliar da Sé, mas a igreja, essa vai se esvaziando a olhos vistos, tanto por parte dos irmãos quanto dos fiéis. “Ó como está vazio”, mostra Alaíde Salles, uma das irmãs, apontando para a missa que acaba de começar. Os fatores são muitos: além do escândalo que levou à intervenção, há o aumento da criminalidade no Centro, a mudança dos membros para bairros mais distantes e a morte dos mais velhos. São pouco mais de cem os integrantes da irmandade hoje, dos quais só quarenta são ativos – “e acho que 35 são mulheres”, conta Denise. E não passa de uma ou duas pessoas por ano as que se animam a ingressar na irmandade, “geralmente crianças de 50 anos” dispostas a encarar os dois anos do período de experiência na confraria – que chamam de “noviciado” – antes de serem aceitas como membros.

Enquanto esperam por um novo milagre da Virgem do Rosário, as mulheres pretas da irmandade tentam conservar a devoção e a tradição como podem, buscando manter coesa a comunidade ao menos nas festas e nas obrigações de cada integrante. Faltar à missa compromissal, no primeiro domingo de cada mês, por exemplo, é inaceitável: todo irmão ou irmã com saúde suficiente para sair de casa (não que sejam muitos) deve se fazer presente com os devidos paramentos: os homens de terno, e sobre os ombros a capa azul-celeste que chamam de opa; as mulheres de vestido branco ou preto (já não importa se solteiras ou casadas) com a fita bicolor da irmandade por cima. E cada gênero num lado da nave: os homens nos bancos da esquerda, as mulheres nos da direita.

Mas todos se misturam nas festas, que é quando a Irmandade do Rosário de fato honra seu legado tricentenário. São três festejos por ano, um para cada santo venerado na igreja: além da Virgem do Rosário, esta é também a casa de São Benedito e Santa Edvigés. De Santa Ifigênia, não, apesar de santa negra, que essa tem uma igreja só para ela, a duas quadras de distância. Mas quem quiser adorar outros santos da negritude, pode vir que estão aqui: Santo Elesbão, Santo Antônio de Categeró, Santa Bakhita, todos têm lugar nos altares do Rosário. Santa Edvigés, padroeira dos pobres e dos endividados, foi uma que ganhou especial popularidade na igreja – sua imagem foi a primeira do Brasil, trazida da Polônia nos anos 1920. Ela não tem festa como a do Rosário, mas todo mês tem missa e bazar em seu louvor. São Benedito, este sim ganhou festejo, sempre no domingo depois da Páscoa, quando a irmandade sai em procissão e ergue, no largo do Paissandu, o mastro com sua imagem.

Já Nossa Senhora do Rosário, essa é lembrada todo dia, em toda missa. E toda primeira segunda-feira são rezadas mil ave-marias em seu louvor: vinte voltas completas no terço, um mantra que se estende das 10 da manhã às 4 da tarde, com pausa para o lanche. “O rosário tem muita força”, afirma Sandra Madureira, ministra de eucaristia e secretária particular do capelão, o padre Lazinho. E ela tem um excelente motivo para dizer isso.

Sandra conta que, anos atrás, chegou ao posto de saúde da rua Marconi com o marido, Antônio, com as duas retinas descoladas após uma luta (ele era pugilista), correndo o risco de ficar cego. Como não tinha médico disponível naquele dia, Sandra, desesperada, foi chorar no banheiro – e lá lhe apareceu uma senhora negra, aparentemente a faxineira do posto, dizendo que ia ajudar a arranjar uma consulta. Arranjou, para dali a quatro horas. Enquanto esperavam, Sandra e Antônio foram à igreja mais próxima – a do Rosário – para agradecer. Nunca tinham entrado lá. E de cara conheceram o padre Lazinho, que, do nada, se aproximou de Sandra e lhe disse: “Deus está do nosso lado. E Nossa Senhora do Rosário também.”

E pelo jeito estava: consulta feita, milagre realizado – Antônio conseguiu salvar um dos olhos –, Sandra foi procurar a tal senhora negra do banheiro para agradecer. “Não tinha nenhuma senhora negra aqui”, lhe disseram no posto. Sandra capitulou: “Desde então, comecei a vir todo dia na igreja”.

Ela virou membro da irmandade poucos anos depois e hoje é das mais ativas na confraria, sobretudo em dia de procissão, quando coordena o cortejo como quem rege uma comitiva celestial. E é mesmo o dia mais importante do calendário da irmandade, a mais lustrosa das festas, a data em que, no domingo mais próximo ao da batalha de Lepanto, os pretos todos saem em procissão pela São João levando a santa para um passeio junto com São Benedito e Santa Edvigés. Nossa Senhora Aparecida vai também, pela relevância nacional, como igualmente participam do cortejo confrarias convidadas, provenientes de outros cantos (como a da Penha, bem antiga também), irmanadas em torno da devoção aos santos da negritude. E na frente de todos os reis congo – os irmãos Sarah e Sérgio do Nascimento, eleitos pela irmandade em sério pleito, quando se tornaram os soberanos negros oficiais das congadas do Estado de São Paulo. Cargo perpétuo, inclusive. “Onde tem congada, a gente vai lá participar”, diz Sarah.

E também tem rei e tem rainha da festa, estes escolhidos uma vez ao ano para recolher os donativos, receber os convidados e carregar a coroa de Nossa Senhora na procissão. Coroa essa que será devolvida à santa no fim do mês, por um séquito de crianças em forma de anjos. Nossa Senhora do Rosário passou outubro inteiro ali, da procissão à coroação, ao lado do altar, com seu sorriso benevolente. Passada a festa, voltará à sacristia, onde repousará até o ano que vem ao lado de São Domingos de Gusmão. Essa é a imagem andarilha, a que sai para abençoar os proscritos do Centro no domingo de manhã. A outra imagem, a que dá nome à igreja e à irmandade, essa reluz no altar o ano inteiro, abençoando irmãos e fiéis, e para a qual todos se voltam ao fim de toda missa, dando as costas para o Centro, para cantar o Hino Oficial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ademilson, lá de cima, ao órgão, puxa o coro: “Ó minha Mãe, Senhora do Rosário, Rainha sois, quero sempre vos coroar / Hoje protesto neste santuário: até morrer vos hei de sempre amar”.



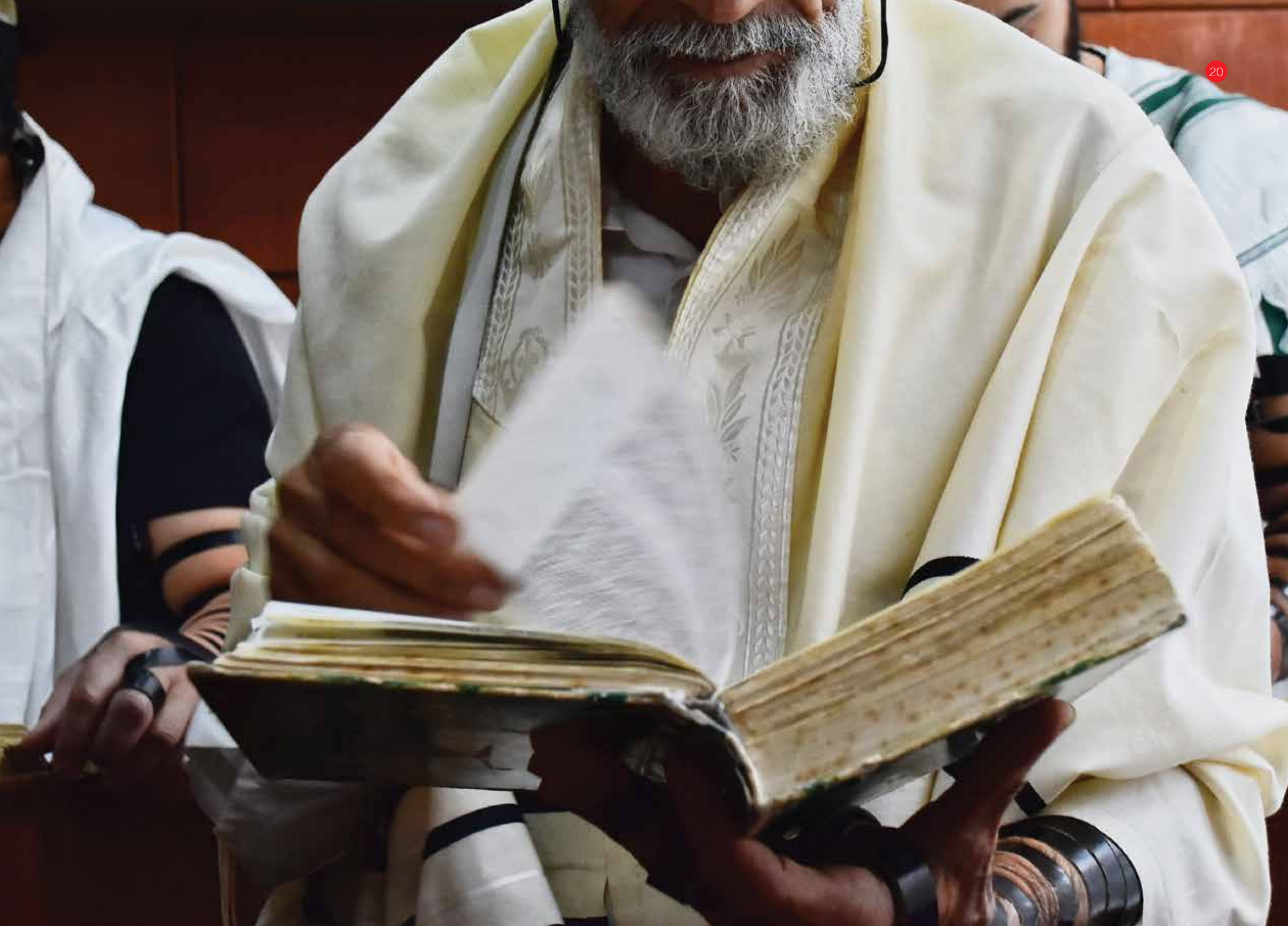




















Mesquita Bilal al-Ghabash

Rua Falcão Filho, 151

ALÁ NO ANHANGABAÚ

☾ São Paulo não se cala nem na presença de Alá. Tudo vaza pelas janelas da sobreloja do Palacete Riachuelo: as motos, os motos, as buzinas, as freadas, o Anhangabaú inteiro num defloramento sonoro se apossando da sala de reza para uma disputa injusta com o microfone do imã. Só a voz de Ibrahim, o muezim, ao anunciar as preces de sexta-feira, é capaz de conter a impertinência da cidade – uma melodia oblíqua, remanescente de uma terra remota, que impregna a sala de uma luz mística e entorpece o Centro para que todos ali se lembrem da presença de Alá e de seu profeta.

Cinco vezes por dia, da alvorada ao anoitecer, todo muçulmano deve suspender momentaneamente suas atividades, voltar-se para Meca e reafirmar sua fé no Criador. É obrigatório, no entanto, fazer a segunda reza de sexta na mesquita, junto aos irmãos de credo: é o dia mais sagrado do Islã, quando, de acordo com o Alcorão, Alá teria criado o homem. Na Bilal al-Ghabash, assim como em todas as mesquitas do mundo, a oração começa no momento em que o sol brilha em seu ponto mais alto no céu, por volta do meio-dia – “a hora de maior movimento, quando estão todos na rua trabalhando, indo atrás do dinheiro”, segundo Yahya, o imã. “É uma forma de obrigar as pessoas a parar para rezar justo quando menos se lembram de Alá.”

A mesquita do Anhangabaú não tem minarete, então o *Allahu Akbar* (“Deus é o maior”) se faz na própria mussala, a sala de oração, diante da cortina laranja que cobre a parede do fundo, a *qibla*, voltada para Meca. O templo ainda está um tanto vazio nessa hora, mas vai se enchendo conforme avança a homilia do imã, quarenta minutos em português e depois dez minutos em inglês – língua natal do pregador, nascido em Gana, e de boa parte dos fiéis presentes, provenientes de países como Nigéria e Tanzânia. Mas nem todos devem entender o que Yahya diz, ou porque vêm de nações de língua francesa, como Guiné e Senegal, e ainda não aprenderam o português, ou porque não falam o idioma de colonizador algum, só a de seu povo e, talvez, o árabe aprendido nas escolas corânicas, como língua litúrgica. Todas as Áfricas parecem caber nesses poucos mais de 100 metros quadrados com vista para o vale. E, contudo, é uma África só.

O calor já está subsaariano por volta do meio-dia, apesar dos seis ventiladores, e aumenta ainda mais à medida que os fiéis vão chegando e encontrando um canto no tapete bege, mãos e pés ainda pingando a água da ablução. São quase todos pretos. Ou quase pretos. Ou não brancos. Esta é sua mesquita, “a dos pretos”, como se diz, um dos poucos lugares em São Paulo onde encontraram liberdade para louvar Alá à sua maneira. Eles, os pretos africanos, e também os pretos brasileiros, “revertidos”, como gostam de se identificar, à fé de seus antepassados escravos – todos aglutinados em nome da cor, da fé e da saudade de casa, seja ela a pátria islâmica recriada na metrópole, seja o banzo tardio decorrente da lembrança de uma África imaginada, que nunca se chegou a conhecer.

Uma e meia da tarde e já são quase 150 homens em fila, de pé, voltados em direção a Meca. Um do lado do outro, todos iguais perante Alá. As mulheres, não mais que uma dúzia, ficam numa sala anexa, no fundo, separadas por uma fileira de cadeiras de plástico – são poucas porque só aos homens é exigida a frequência na mesquita às sextas. O Anhangabaú ainda grita, inoportuno, mas agora é o muezim quem está de microfone na mão, conduzindo as súplicas finais e a série de *rakats*, os movimentos devocionais que são a manifestação física da obediência a Alá (Islã é a palavra árabe para “submissão”). Até esse momento, todos na mesquita permaneceram em silêncio, no máximo murmurando as orações. Mas chega a hora do amém e a África inteira parece proclamá-lo num coro só. A cidade se cala e, ao menos por um instante, São Paulo não existe mais. Só Alá.

O Palacete Riachuelo foi um dos primeiros prédios de apartamentos da cidade. Não podemos chamar seus oito andares de arranha-céu, mas em 1928, quando brotaram na paisagem central, fizeram uma tre-

menda diferença no *skyline* com sua fachada neogótica e seus guarda-corpos em ferro forjado. Nos anos 1970, por pouco o prédio não foi por terra para dar lugar ao metrô, mas acabou sendo poupado e, por sorte, tombado – no bom sentido. E pelo jeito os muçulmanos do Centro gostam de tesouros arquitetônicos, pois este já é o segundo edifício tombado no qual se instalam. O primeiro endereço da Bilal al-Ghabash foi o nono andar do edifício Esther, marco inaugural do modernismo em São Paulo. A chamada “mesquita da República” existiu por cinco anos ali, de 2005 a 2010 – “anos muito difíceis”, segundo um de seus fundadores, Jair Maceió, aliás Mohammed Ali Numairi, aliás Mauma.

Mauma (apelido derivado de Mohammed) foi um dos primeiros brasileiros a se converter ao islamismo, no remoto ano de 1968, quando só havia um templo muçulmano em São Paulo – a Mesquita Brasil, frequentada exclusivamente pelos sírio-libaneses, pouco interessados em divulgar sua fé. Os ventos do Islã que por aqui batiam vinham soprados dos Estados Unidos, onde figuras como Malcolm X e o boxeador Muhammad Ali começavam a fazer do Alcorão também um instrumento do ativismo negro. Mauma, na época, conheceu “uma negada que se reunia no viaduto do Chá”, e com eles constituiu a semente do novo islamismo paulistano, inicialmente cultivado entre a casa de um dos integrantes, onde se reuniam para ler o Alcorão, e as rezas de sexta-feira na mesquita dos libaneses, mesmo sem entender uma palavra de árabe. A primeira sala de oração própria surgiu em 1979, na Zona Sul, com o nome de Mesquita Muçulmana Afro-Brasileira. O objetivo, “dar um jeito na família negra brasileira. Só no Islã víamos saída para ela”.

O grupo cresceu e, em 2005, Mauma e seus amigos revertidos sentiram a necessidade de abrir uma mesquita no centro da cidade, de onde pudessem irradiar de modo mais eficaz os ensinamentos do Alcorão. Para o nome do templo, escolheram Bilal al-Ghabash, escravo abissínio que se tornou um dos principais parceiros de Maomé, designado pelo profeta para ser o primeiro muezim. Bilal era negro, como Muhammad Ali e Malcolm X eram negros, e como negras eram as pessoas daquele primeiro grupo de brasileiros a abraçar a fé islâmica, todos em busca de uma identidade extraviada, esquecidos de si mesmos depois de tanto tempo sendo convencidos a se sujeitar à hegemonia branca. Poderiam ter aderido ao candomblé, mas preferiram se curvar a Alá.

Era grande, de fato, o número de africanos trazidos à força ao Brasil que acreditavam em orixás e outras divindades animistas, mas a história costuma esquecer que uma parte significativa dos negros escravizados professava a fé de Maomé. Vinham quase todos do norte da atual Nigéria, habitado por povos islamizados como os hauçás, os nupes e

os fulanis. Distinguiam-se dos outros escravos pelo fato de saber ler e escrever, e chegavam a ser mais instruídos que muitos dos senhores. Eram austeros e altivos, nunca se misturando aos não muçulmanos e muito menos se dobrando à fé católica imposta pelos amos.

Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, na última semana do mês do Ramadã, 60 homens portando *grigris* – amuletos contendo orações e trechos do Alcorão – invadiram a Câmara Municipal de Salvador com a intenção de libertar da cadeia um de seus líderes (que, aliás, também se chamava Bilal). Não era o primeiro ataque: já há alguns anos os muçulmanos da cidade vinham ensaiando pequenos atentados como forma de chamar a atenção da população negra soteropolitana. Em seus encontros, alternavam recitações do Alcorão com os planos de criar uma Bahia islâmica. A investida sobre a Câmara fracassou, mas os revoltosos saíram pelas ruas conclamando a participação de outros escravos, muçulmanos e não muçulmanos. Juntaram no total 600 homens. No comando, os malês (há controvérsia sobre a origem desse nome, mas se deduz que venha ou de *malam*, palavra hauçá para mestre, ou de *imale*, como os iorubás chamavam os muçulmanos).

A Revolta dos Malês durou poucas horas. Ao amanhecer, os insurgentes já haviam sido derrotados na Cidade Baixa, contando 70 mortos e dando por encerrada a *jihad* baiana. Mas o impacto de seu projeto islâmico, esse sobreviveu. Tanto é que, dos líderes, poucos foram condenados ao fuzilamento ou às chibatadas; o governo preferiu deportá-los para a África, temendo que sua morte pudesse incendiar os ânimos de insurreição nos escravos da cidade. Deu certo: sem os malês como alento, o Islã negro brasileiro mergulhou num longo sono, do qual seria desperto apenas um século e meio depois.

A abertura da Bilal al-Ghabash no edifício Esther coincidiu com a aumento do afluxo de africanos ao Brasil – uma nova leva transatlântica, felizmente não mais escravizada, mas igualmente composta de grande volume de adeptos do islamismo. Talvez até mais do que no tempo da escravidão. Não nos esqueçamos que hoje a África negra, abaixo do Saara, concentra 240 milhões de muçulmanos – um Brasil inteiro, e um pouco mais, louvando Alá. Desses africanos que imigravam para cá, a maioria aportava em São Paulo, em particular no Centro, onde as primeiras comunidades se formaram e a oferta de trabalho era maior. Por desconhecer a existência da mussala da República, iam buscar acolhida do outro lado do Tamanduateí, nas mesquitas Brasil e do Brás. Batiam na porta dos libaneses e de lá não passavam: “Eles mandavam todos os africanos para a gente”, lembra Mauma. “Na nossa visão, isso era racismo.”

E o nono andar do Esther, inicialmente refúgio para os herdeiros dos malês, terminou se tornando pouso seguro para todo tipo de muçulmano desterritorializado na cidade, pelo simples fato de não ser árabe. A mesquita tinha agora tanto os pretos de cá quanto os de lá, unidos pela pele, pela devoção a Alá e por um inegociável senso de exclusão da sociedade islâmica paulistana, chefiada pelos sírio-libaneses desde os anos 1920 e na época ainda um tanto desconfiada com essa nova leva de seguidores dos ensinamentos de Maomé.

Nos cinco anos em que existiu, a mesquita da República sobreviveu com dificuldade. No islamismo, toda mesquita deve ser mantida com a contribuição dos frequentadores – estes havia de sobra na Bilal al-Ghabash; o que faltava era renda suficiente para pagar o aluguel, mesmo que se juntasse o dízimo obrigatório de todos os fiéis. “Os africanos não tinham dinheiro”, conta Mauma. Muitos nem trabalho tinham, alguns nem sequer documentos legais para viver no país. Daí que Mauma, o presidente na época, acabou sustentando o templo praticamente sozinho, a ponto de vender o carro para bancar uma reforma. Em 2010, com inúmeros aluguéis atrasados, a mesquita dos pretos fechou e os africanos passaram a frequentar um templo na rua Guaianases, que pertencia a um marroquino – tudo da Bilal al-Ghabash, tapetes, livros, exemplares do Alcorão, foi para lá. Menos Mauma, que, entristecido, acabou se afastando do ativismo religioso, limitando-se a frequentar, sem muita regularidade, algumas mesquitas espalhadas pela cidade. Foram mais cinco anos nesse limbo, até que apareceu, do nada, “um pessoal do Kuwait” que se ofereceu para comprar uma nova sede, inaugurada em janeiro de 2016.

O que nos leva de volta ao Palacete Riachuelo e seus guarda-corpos de ferro forjado, incluindo os da sacada frontal, pertencente à mesquita, sob a qual se instalou um painel eletrônico que convida os passantes a travar contato com a palavra de Alá. “Conheça o Islam e os Muçulmanos”, convoca o letreiro, bem de frente para a saída do metrô Anhangabaú. Quem se sentir instigado, basta subir um lance de degraus e já terá chegado à sala de abluções, um recinto azulejado onde os fiéis se lavam das impurezas do mundo. À esquerda do portão de entrada fica a Woodstock Discos, loja que nos anos 1980 ajudou a disseminar o heavy metal no Brasil (gênero nada islâmico). À direita, o pequeno estabelecimento onde Yahya, o imã, vende bebidas, salgadinhos e chicletes. Quando ele não está lá, é porque está no andar de cima, guiando aquele que talvez seja o mais familiar de todos os rebanhos espirituais que já liderou. Depois de estudar na Malásia e pregar durante anos no Japão e na Suécia, Yahya nunca esteve tão perto da África.

"Aqui os africanos se sentem à vontade", ele diz. Não apenas porque estão entre iguais, mas também porque a Bilal al-Ghabash é, das mesquitas de São Paulo, talvez a que mais se aproxime da ideia de um espaço de convivência, como é de praxe nos templos muçulmanos africanos. Entre uma reza e outra, os fiéis descansam, almoçam, tiram uma soneca, e sem que alguém olhe torto por isso. "Você é livre aqui", reforça o imã, lembrando de uma certa maleabilidade própria do islamismo subsaariano, sobretudo quando comparado ao dos países do Oriente Médio, onde a *sharia*, a lei islâmica, costuma incidir de modo mais intransigente sobre a vida dos praticantes.

"É light que fala, né?", confere Mauma. "Pois no dia do Juízo Final eles vão ver a lightidade deles." Mauma não é muito simpático a esse islamismo um tanto elástico, principalmente quando vê frequentadores da mesquita bebendo no bar ou se acabando na balada. Não que a carne seja fraca, mas é que no Brasil, havemos de convir, o desregramento é a regra. "Eles chegam aqui e ficam deslumbrados", diz Wallace Nunes, um jornalista brasileiro frequentador da mesquita, filho de um imigrante da Guiné-Bissau. Mauma desaprova: "Se lá eles são meio muçulmanos, aqui eles têm que ser muçulmanos inteiros". E fala em nome de centenas de brasileiros que abraçaram o Islã, não raro mais entusiasmados em sua fé que muitos muçulmanos de berço. "Nós sempre fomos mais religiosos. O brasileiro revertido segue à risca o islamismo", conta Mauma. "Se eu tomo uma coisa para mim, eu vou seguir direito." E isso, para Mauma, consiste em abrir mão de tudo, inclusive da gafeira de fim de semana, aonde não vai desde os tempos da reversão. "Cara, essa é uma coisa que me pega até hoje."

Foram esses brasileiros convertidos (ou revertidos) que puxaram a cifra do número de muçulmanos no Brasil nos últimos anos. Desde a novela *O Clone*, de 2001, o país tem visto um crescimento exponencial no volume de seguidores da doutrina maometana. O 11 de Setembro, curiosamente no mesmo ano, também fez com que as mesquitas se abrissem à sociedade brasileira, como forma de diluir o preconceito. As estatísticas, contudo, não são muito claras: no censo de 2010, cerca de 35 mil pessoas no Brasil se declararam devotas de Alá, quase 10 mil a mais do que em 2000. Entidades islâmicas, no entanto, atestam que esse número está hoje entre 800 mil e 1,5 milhão de fiéis, segundo contagens feitas nas comunidades de adeptos. "Muitos muçulmanos não gostam de falar que são muçulmanos", explica Wallace, que também é assessor de comunicação da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, uma das instituições responsáveis pelo levantamento.

Cifras à parte, que a fé de Maomé está crescendo, é fato: já existem cerca de cem mesquitas, escolas e salas de oração islâmicas no Brasil, três vezes mais do que há três décadas. Quase todo Estado brasileiro tem ao menos uma sala de reza, e quase sempre ela está na periferia, onde as revelações de Alá se espalham com mais vigor, alcançando negros e pobres da mesma forma como cativaram Mauma e outros membros da velha guarda afro-islâmica brasileira. "O Islã não deixa espaço para a dúvida. Ou é ou não é", diz Mauma, lembrando que, nestes tempos de incerteza, toda fé que ofereça uma direção única, sem atalhos ou desvios, levará certa vantagem sobre as outras. O Alcorão, inclusive, é o mesmíssimo livro há quase 1 400 anos: a palavra literal e inalterada de Alá conforme revelada ao profeta Maomé, e desde então recitada diariamente, e de forma idêntica, por 1,5 bilhão de pessoas no mundo.

"O ser humano precisa de identidade, e o Islã te dá essa identidade", diz Jorge Washington de Paula, aliás Zakarias Zubeid, revertido em 1973, depois de passar por outras nove religiões. "Tiraram a identidade do negro. O islamismo nos devolveu essa identidade." E, para muitos, de um modo muito franco, retilíneo, em canal direto entre o Criador e seu devoto, sem exigir muito deste último. "Para ser muçulmano, você só precisa de cinco coisas", explica o imã Yahya. São os Cinco Pilares do Islã, conforme descritos na Suna, o conjunto de práticas de Maomé que têm valor de lei. Eles consistem em aceitar Alá como o único Deus, orar cinco vezes ao dia em direção a Meca, doar 2,5% dos seus rendimentos aos necessitados, jejuar no mês do Ramadã e fazer ao menos uma vez na vida a peregrinação a Meca. "Se você está confuso, pode se prender ao Alcorão e à Suna que você não vai se desviar", afirma o imã.

Alguns já se desviaram, ele diz, sobretudo brasileiros apressados e um ou outro africano seduzido pelo neopentecontalismo. Mas o rebanho só cresce. "A cada semana chegam uns seis brasileiros novos aqui na mesquita", diz Yahya. No geral gente da periferia, integrante de movimentos sociais ou ativista da negritude. A mesquita continua sendo a dos pretos, e eles são cada vez mais numerosos: desde que se mudaram para o Anhangabaú, a quantidade de fiéis dobrou. "Já estamos procurando outro lugar, porque aqui não cabe mais", conta Mauma. Será no Centro, isso é certo. Como é certo também que terão de novo o apoio de entidades islâmicas, possivelmente da Turquia, que já contribuiu com o tapete bege da mussala. É de se esperar que, no novo espaço, a cidade deixe Alá em paz. O imã está confiante: "A palavra de Alá é como pedra. Você joga na água e ela se espalha".

Adro Arte Sacra, Arte Sacro Paramentos Litúrgicos

Rua Senador Feijó, 111

PAGÉ DA FÉ

✝ Cite um santo. São Pancrácio? Tem. Santa Edvigés? Tem também. São João? Opa, em quatro tamanhos: P, M, G e GG. Iemanjá? Não, essa não. Ganesha, nem pensar. Convém advertir os desavisados (e sempre aparece algum desavisado): o catálogo de imagens da Adro Arte Sacra é exclusivamente católico, apostólico e romano. “Para não pulverizar a identidade”, explica Antonio Ogando, o proprietário. Agora, se o Vaticano reconhece como santo, pode vir que tem. Se não tiver, basta encomendar. Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai? Sim, fazem (já fizeram uma de 2 metros de altura). “Se a gente não sabe como é, procura a referência no Google”, diz Antonio. Tem vez que o camarada chega dizendo que sonhou com Nossa Senhora, mas não sabe qual. Aí é na base do retrato falado: descrição nos pormenores até chegar a um croqui. E pronto: nasce uma nova representação da Mãe de Jesus.

O segundo andar do predinho da Senador Feijó deve ser a melhor aula prática de hagiologia da arquidiocese. Tudo quanto é santo produzido pela cristandade se acha aqui. É um bom lugar, por exemplo, para ser apresentado a Santa Bakhita, a freira sudanesa que o Vaticano descreve como a “flor africana que conheceu a angústia do rapto e da escravidão”. Até a Irmã Dulce, aquela que em breve deve figurar como a primeira santa orgulhosamente brasileira no panteão cristão, já ganhou vaga na prateleira-

ra, em versões 10 e 20 centímetros. Invocações de Nossa Senhora são dezenas: das Dores, dos Prazeres, das Cabeças, do que quiser. Jesus? Incontáveis. Quase todos chineses. *Made in china, but designed in Brazil*.

Só as imagens realmente grandes, dessas que não se leva em sacola de compras, é que foram *made* aqui mesmo, por artesãos terceirizados. O resto veio socado em contêineres que zarparam de algum porto à beira do Mar da China, produzido em alguma obscura fábrica da Manchúria na qual os trabalhadores certamente não fazem a menor ideia de quem seja Santo Expedito. “Para eles, não é religião. É negócio”, diz Antonio. “É apenas poliresina. Igual bonequinho da Disney.” Daí que o santo precise ser brifado em cada detalhe, da cor dos olhos às pregas do manto. Antonio mesmo já foi oito vezes à China, para se assegurar de que Santa Terezinha ou São Miguel Arcanjo não saiam, por exemplo, com a cara do Mickey. Ou de Mao Tsé-tung.

“No auge, chegamos a importar quatro contêineres por ano.” Milhares, quiçá milhões, de Jesuses, Virgens Marias, anjos, santos e santas, além de terços e crucifixos. Na última grande importação, em 2014, veio um contêiner recheado com umas 7 mil cruzes. E foi a última porque o mercado da arte sacra entrou em séria crise desde então. Não porque falte procura (sim, santo ainda faz sucesso), mas pela concorrência, cada vez maior, atizada pelas lojas online e pelas da 25 de Março, onde os santos são vendidos entre fruteiras e pinguins de geladeira. “Esse mercado é muito promíscuo. Todo mundo copia todo mundo.”

A própria Senador Feijó já foi uma 25, só que cristã: duas quadras repletas de lojas de artigos religiosos, em ambas as calçadas, estimuladas pela vizinhança com a Catedral da Sé. Foi nesse contexto que surgiu, em 2002, o predinho da Adro, um empreendimento inovador que consistia em oferecer, em cinco andares, tudo de que um padre precisasse para disseminar a contento a palavra de Deus. “A ideia era montar um polo para o padre”, diz Antonio. Tipo uma Galeria Pagé, só que da fé. Em cada andar, uma classe de produtos. Inclusive igrejas: Antonio é arquiteto com pós em Arte Sacra, o que o torna especialista não só no design de santos como também na construção de templos. “A arquitetura religiosa seria um dos produtos oferecidos.”

Como as imagens sempre deram lucro, as igrejas meio que acabaram ficando de lado nesses anos todos. Daí veio a crise, e a Adro voltou a oferecer os mais diversos serviços voltados à implantação da casa do Senhor – de reparos na sacristia à elevação de campanários. Catorze igrejas já foram projetadas desde então, o que não só tirou a Adro do aperto como devolveu Antonio ao colo de Deus. “Fiquei mais próximo dos

padres”, ele diz. “Comecei a falar sobre a vida com eles, discutindo mais ideias do que preços. Hoje vivo visceralmente a espiritualidade.” Agora, sim, o predinho está completo: dois andares acima da loja de imagens, um pavimento inteiro foi dedicado aos projetos de arquitetura religiosa.

Para turíbulo, cálices e crucifixos, favor dirigir-se ao terceiro andar, onde uma sala de paredes azuis fechada a chave expõe os produtos, em grande medida importados da Europa, como se fossem peças de museu. Em outro contexto, talvez até sejam – como o cálice decorado com ametistas e rubis que um bispo arrematou por 14 mil reais. A Adro vende cálices bem mais baratos, claro, mas nenhum lá muito simplesinho, desses que um filho de carpinteiro judeu teria usado, pois todos vêm com o interior banhado a ouro. “É o contato com o corpo de Cristo”, explica Paula de Souza, diretora de marketing, dona da chave e quase sempre a *hostess* responsável por receber a clientela. Os melhores compradores, ela explica, são os bispos, mas o grosso da freguesia são mesmo os padres, sobretudo os que estão próximos de serem ordenados (é costume adquirirem um cálice para celebrar sua primeira missa) ou os que precisam juntar um acervo de imagens para compor sua nova paróquia.

O fato é que, do número 111 da Senador Feijó, padre nenhum sai de mãos vazias. Ou nu. No primeiro andar está instalada a Arte Sacro, espécie de boutique eclesástica especializada no design e na confecção de batinas, casulas, dalmáticas, estolas, camisas clericais e outros itens do que se convencionou chamar de “paramentos religiosos”. A loja é nova no predinho – está desde 2011 –, mas a marca existe há vinte anos, com sede, fábrica e ateliê implantados em Balneário Camboriú, Santa Catarina, uma usina de ideias que fazem a Arte Sacro ditar tendências nos altares de todo o Brasil.

O último grito da moda litúrgica é a coleção de casulas “São Salvador”, inspirada nas igrejas da capital baiana e lançada dentro da linha “Premium” da marca (a outra é a linha “Tradicional”). Coleções passadas que fizeram especial sucesso foram a “Mosteiro”, influenciada pela arquitetura do Mosteiro de São Bento, e a “Catedral”, que teve como inspiração a igreja da Sé. Todas elas criadas pelo designer exclusivo da empresa, Thiago Benchaya, que viaja o Brasil visitando igrejas, pesquisando símbolos e identificando tendências. Mas sem jamais perder de vista a essência da Arte Sacro, um estilo que Ionara Franco, a gerente, define como “neogótico contemporâneo, mas com traços barrocos”.

Pode parecer que não, mas o mundo dos paramentos religiosos é território fértil para o exercício da criatividade. Tirando as batinas, que em geral são pretas (para os padres) ou vermelhas (para os bispos e car-

deais), todo o resto é um mundo de cores e possibilidades. Sobretudo no que diz respeito às casulas, vestes que os padres usam para celebrar a missa e que, no caso da Arte Sacro, conferem alegre vivacidade policromática à loja-conceito da Senador Feijó.

Quem já não sabia fica sabendo agora: cada momento do calendário litúrgico pede uma cor de casula. Roxa na Quaresma e no Advento, vermelha em Pentecostes e na Sexta-Feira Santa, preta em Finados, rosa nos Domingos da Alegria, verde no Tempo Comum, branco e suas variações (pérola, creme, *off-white*) em solenidades, como Páscoa e Natal. Proibida, mesmo, só a casula azul, privilégio exclusivo do papa – embora seja comum, no Brasil, vestir casulas brancas com detalhes azuis nos ofícios dedicados à Virgem Maria. São as chamadas “casulas marianas”.

Por falar em papa: sim, a Arte Sacro também já vestiu Sua Santidade. Duas vezes. A primeira em 2007, quando Bento 16 celebrou, em São Paulo, a missa que transformou Frei Galvão em santo. Para a ocasião, a grife litúrgica criou, em conjunto com uma empresa belga, uma casula bordada com 15 quilômetros de linhas de ouro e prata. Bem mais modestas, como era de se esperar, foram as vestes que o papa Francisco usou em 2013 no Rio de Janeiro, na Jornada Mundial da Juventude: uma casula branca com molduras douradas confeccionada, veja só, com material reciclado – o novo luxo da moda litúrgica. E esse foi só um dos 24 mil itens que a Arte Sacro criou para o evento, entre túnicas, estolas, mitras e casulas usadas pelos padres, bispos e cardeais participantes. Quem não usou na ocasião, perdeu. Mas ainda é possível adquirir, no predinho da Senador Feijó, por 1.700 reais, uma linda reprodução da casula trajada por Bento 16 em sua passagem pelo Brasil. Sem os fios de ouro, claro.

Sinagoga Judaica Messiânica Beit Mashiach

Rua Joaquim Murtinho, 252

GLÓRIA A TI, YESHUA

 No princípio, eram os messiânicos. Havia Yeshua, o judeu, e os seguidores de Yeshua, judeus também, crentes de que o Messias já tinha chegado e era o filho de um carpinteiro da Galileia. Não havia cristãos porque não havia o Cristo – termo grego que começou a tomar corpo só no final do primeiro século, por obra de Inácio de Antioquia. Havia *Mashiach*, o Messias, e seus discípulos, os *netsarim* – os nazarenos –, convencidos da ideia de que era preciso renovar o judaísmo fazendo valer a lei das Escrituras, conforme pregara Yeshua, e não necessariamente fundar uma nova religião. Esta coube aos romanos, que se encarregaram de converter esse incipiente judaísmo messiânico no florescente cristianismo, desvinculando-o por completo de suas origens hebraicas: em vez da Torá, o Novo Testamento; em vez do sábado, o domingo; em vez de Yeshua HaMashiach, Jesus Cristo – arauto de uma nova Europa cristã, que cristã se manteria pelos séculos dos séculos, amém. Enquanto isso, os judeus não seguidores de Yeshua, dispersos pelo mundo depois da destruição de seu templo em Jerusalém, continuaram esperando seu Messias.

Corte seco para 1967. Em menos de uma semana, o Estado de Israel triplica seu território, conquistando, de uma só vez, a península do Sinai, a faixa de Gaza, as colinas de Golã e a Cisjordânia – e dentro

desta Jerusalém, que pela primeira vez em quase 2 mil anos volta às mãos dos judeus. Enquanto o mundo assiste perplexo ao desenrolar da Guerra dos Seis Dias, alguém se lembra do Evangelho segundo Lucas, capítulo 21, versículo 24: “E Jerusalém será pisada pelos gentios, até que os tempos dos gentios se completem. (...) E então verão vir o Filho do homem numa nuvem, com poder e grande glória”. Esse mesmo alguém, e certamente outros, começa a suspeitar que a reconquista de Jerusalém possa ser um sinal dos céus: o Messias há de estar próximo. E que talvez esse Messias seja o mesmo que viveu na cidade santa dois milênios atrás, cujos ensinamentos os cristãos transformaram numa nova doutrina, mas que poderia ter sido apenas uma nova forma de praticar o judaísmo.

Novo corte, agora para 2017. No segundo andar de um imóvel no Bom Retiro, cerca de cem pessoas se juntam todo sábado de manhã para rezar a *shacharit*, o serviço matutino do *Shabat*. Quem já não chega de quipá na cabeça recebe uma de Charles, e também um exemplar do Sidur, o livro judaico de orações que será lido e cantado (de trás para frente) durante a prece. Os que chegarem cedo poderão participar dos cânticos iniciais, interpretados pela voz usualmente arrebata de Priscila sobre o instrumental de uma banda composta de piano, violão, bateria e bongôs. Não estranhe se os cânticos lhe soarem evangélicos – em outro contexto, talvez sejam. Mas aqui se canta em hebraico, em louvor ao Messias que já chegou, letra e tradução projetadas na parede do fundo, sobre a arca sagrada que guarda o rolo da Torá: *Ata leivadcha Yeshua simchat chayai*. Somente tu, Yeshua, és a alegria da minha vida.

“O que nós procuramos viver é o cristianismo original, do primeiro século”, resume Gilberto Branco, *rosh* (líder) da única sinagoga messiânica do Bom Retiro – instalada a três quadras de duas das sinagogas ortodoxas mais antigas do bairro. “Não temos atrito, mas não somos bem vistos.” A um judeu tradicional talvez nem lhe pareça tão estranha, à primeira vista, a reza matutina de sábado na Beit Mashiach (“Casa do Messias”) – passados os cânticos iniciais, é claro. A liturgia, na forma, é quase idêntica: o *chazan* conduzindo as preces; os homens envoltos no *talit*, o xale de orações; a sequência do rito proposta pelo Sidur; a leitura da Torá; a profissão da fé monoteísta (“Ouve, ó Israel. Adonai é nosso D’us, Adonai é Um”). O que talvez intrigue esse judeu é a ausência de algumas partes do Sidur, sobretudo as extraídas do livro das leis rabínicas (“Os messiânicos não aceitam a autoridade do Talmude”, informa Gilberto), e, ainda mais insólito, a inclusão em seu lugar de orações em louvor a Yeshua. E o que dizer dos cânticos do Sidur – melodias hebrai-

cas sobre acordes pentecostais? E a leitura de livros do Novo Testamento pelo *chazan*? E a plateia multiétnica de fiéis, composta de brancos, negros, mulatos, orientais e bolivianos, todos rezando em hebraico? É um culto judaico? É, só que não. É um culto evangélico? É, só que não. Usa-se a Bíblia? Sim, só que não.

A Sagrada Escritura em questão é a Bíblia Judaica Completa, produzida pelo teólogo americano-israelita David H. Stern nos anos 1970. O “Completa” refere-se à inclusão do Novo Testamento, aqui chamado de *B’rit Chadashah*, “Nova Aliança”, onde consta uma tradução direta a partir do hebraico e do grego originais, sem passar pelo latim romano usado pelos clérigos cristãos do século 4 – os quais, segundo os messiânicos, teriam desvirtuado a palavra de Deus motivados por forte sentimento antijudaico. Mantêm-se, assim, todos os nomes daquele tempo, a começar pelo Evangelho, que na Bíblia messiânica leva o título de “As Boas Novas de Yeshua, o Messias, contadas por Mattityahu, Marcos, Lucas e Yochanan” (Marcos e Lucas são nomes hebraicos, por isso permanecem inalterados). Não há Atos dos Apóstolos, e sim “Os Atos dos Emissários de Yeshua, o Messias” – no caso, Sha’ul (Paulo) e Kefa (Pedro). E a Epístola aos Hebreus virou a “Carta aos Judeus Messiânicos”.

Movimentos do que podemos chamar de judaísmo gospel já existiam na Inglaterra e nos Estados Unidos no século 19 e na primeira metade do 20, em geral formados por judeus convertidos ao cristianismo – autodenominados “judeus cristãos” – que se reuniam em igrejas evangélicas, onde misturavam ritos de ambas as religiões. O que surgiu depois da Guerra dos Seis Dias, no entanto, era diferente: não mais judeus cristãos e sim judeus judaicos mesmo, sem o menor interesse em renegar seu hebraísmo, partindo do princípio de que nem Jesus nem seus apóstolos deixaram de ser judeus em vida. Para eles, os Evangelhos eram a própria continuação da Torá. Essas primeiras congregações messiânicas surgiram nos Estados Unidos e de lá se multiplicaram pelo mundo, inclusive Israel – existem hoje 150 comunidades judaico-messiânicas na Terra Prometida.

No Brasil, as primeiras sinagogas desse tipo apareceram só nos anos 1990, mas tivemos uma curiosa precursora em São Paulo: em 1951, o rabino americano Emanuel Woods apareceu por aqui decidido a espalhar entre os judeus a aceitação de Yeshua como o Messias, tal como lhe fora revelado anos antes, durante um culto em Nova York. Veio sozinho, com a família, mas sem nenhuma entidade de apoio, e sozinho fundou a sinagoga Beit Sar Shalom, primeiro instalada em sua casa no Jardim América e depois em Higienópolis, onde está até hoje, sob

o comando do filho. Permanece, contudo, independente, sem ligação alguma com as congregações judaico-messiânicas oficiais.

Das oficiais, existe só uma na capital, que é justamente a Beit Mashiach do *rosh* Gilberto, por sinal também o fundador. Foi uma das primeiras sinagogas messiânicas no país, criada em 1996 junto à de Belo Horizonte, que acabou se tornando a maior de todas – as rezas ali congregam mais de 400 pessoas. A do Bom Retiro é mais modesta, talvez pelo grande número de judeus em São Paulo – o que, em tese, aumentaria a rejeição ao judaísmo messiânico –, talvez pela descrição de sua sede, um predinho de dois andares na Joaquim Murtinho cujo único indício de judaísmo, discretíssimo, são as grades em forma de Estrela de Davi sobre o portão da garagem. Na sala de reza, contudo, o espaço sagrado se revela: dos vitrais representando as Doze Tribos de Israel na parede do fundo à bandeira de Israel postada rente à arca sagrada, cujo interior guarda um rolo de Torá quase centenário, trazido da Terra Prometida.

Quem conduz o serviço é quase sempre Marcelo, o *chazan* (cantor litúrgico), como é de praxe nas sinagogas. Gilberto se senta na primeira fila, atento a tudo, e só se levanta para comentar a leitura do dia, à guisa de sermão – age como um rabino, embora não o seja, mas com toda a propriedade de quem criou aquela pequena, mas devotada, comunidade de judeus adoradores de Yeshua. Ele é do tipo que nasceu talhado para a liderança religiosa: antes de ser *rosh* messiânico, foi pastor da Assembleia de Deus, e justo lá, entre os irmãos pentecostais, foi que começou a flertar com o judaísmo de acento cristão – primeiro liderou um pequeno grupo de curiosos, que depois se tornaram dissidentes e, por fim, se transformaram em congregação.

E no meio desse processo, veja só, Gilberto se descobriu de sangue judeu. “Depois que me converti, meu pai veio me contar”, ele lembra. E contou que seu bisavô, de sobrenome Azevedo, era um judeu português de Trás-os-Montes convertido em católico. Era, portanto, um cristão-novo, um dos milhões de *b’nei anussim* – “filhos dos forçados”, em hebraico – obrigados a abraçar a fé do Vaticano para não morrerem queimados na cruz da Inquisição. E este parece ser um padrão dos judeus messiânicos, ao menos os da Beit Mashiach: muitos dizem ter uma origem judaica perdida nas brumas da árvore genealógica, redescoberta durante a conversão ao judaísmo. Renato Gonçalves, ex-pastor batista que hoje frequenta a sinagoga, é um desses, e explica o porquê dos cânticos iniciais: “São para não chocar quem chega pela primeira vez”. Faz todo o sentido, considerando que um imenso número de con-

vertidos ao judaísmo messiânico vem de igrejas evangélicas.

O que implica uma mudança e tanto no modo de levar a vida. “Se você quer viver como judeu, tem que viver plenamente”, exorta o *rosh* Gilberto. Isso inclui mudar o dia de ir à missa do domingo para o sábado; acostumar-se a nomes como Avraham, Ieshaiáhu e Ya’akov no lugar de Abraão, Isaías e Jacó; e, entre outras coisas, eliminar do cardápio diário tudo que sejam animais que não ruminam e não têm o casco fendido (como porcos, coelhos, camelos e texugos), seres aquáticos que não possuem barbatanas nem escamas (camarão, lagosta, polvo e ostra estão fora) e insetos alados que andam sobre quatro patas (gafanhoto pode). “A parte mais difícil foi abrir mão do camarão”, confessa Juvenal Silva, convertido desde 2007.

O número de adeptos é pequeno no Brasil, mas cresce de maneira consistente. Sempre tem gente nova indo conhecer a Beit Mashiach e não param de abrir sinagogas messiânicas pelo Brasil – além de São Paulo e Belo Horizonte, elas já chegaram ao Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Brasília, Salvador e Manaus. Nos Estados Unidos, estima-se que haja cerca de 200 mil judeus messiânicos. Em Israel, são 20 mil – estes particularmente afortunados, porque verão de perto a volta de Yeshua, caso se cumpra o que está previsto nas Escrituras: “O Messias vai descer dos céus e se sentar em seu trono no templo de Jerusalém”, assegura Gilberto. Bem onde está o Domo da Rocha, um dos santuários mais sagrados do Islã? “Minha resposta é a seguinte: isso não é problema meu. Se Deus diz que vai fazer, ele faz. Israel é a prova de que Deus faz milagres.” Sim, além de tudo, Gilberto Branco abraçou o sionismo.

Márcio Roberto Tobias

Praça Desembargador Mário Pires, s/n

PREGOU NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O PÚBLICO

 Alguém por favor avise ao Márcio que na hora do almoço ninguém quer ouvir a palavra de Deus? O ponto é bom, a esquina da Martins Fontes com a Consolação: pode-se pregar em 360 graus, mirando quem chega da São Luís, da Xavier de Toledo e do viaduto da Nove de Julho, além das vias supracitadas. Mas ninguém quer ouvir o Márcio. “Precisa gritar tanto?!”, repreende uma senhora. Precisa, coitado: imagine a concorrência com o tráfego naquele entroncamento. Talvez na Sé fosse melhor: lá não tem carro, nem moto, nem ônibus, e ainda tem rodízio de pastor – o povo está acostumado a ouvir a palavra de Deus, inclusive na hora do almoço. Talvez Márcio já tenha estado na Sé. Talvez ele queira diversificar os lugares de pregação. O fato é que, aqui, não deu. Aqui ninguém enxerga o Márcio, ou finge não enxergar. Exceto a senhora que o reprimiu. E o cara encostado no poste, tirando foto com o celular. E o cachorro que, uma hora, veio cheirar seus pés descalços. Sim. Márcio prega descalço. Os pés pretos na calçada igualmente preta, de tão suja, aquela com o desenho do mapa do Estado de São Paulo, cujas bordas Márcio pisa sem chinelo no pé, nem Bíblia na mão. Só a palavra de Deus, brotando em golfadas da garganta, tratando de se fazer ouvir sobre a voz da cidade, que, essa sim, grita feroz. Ouçamos, pois, o Márcio.

– Como você se chama?

– Márcio Roberto Tobias, com a graça de Deus.

– A que igreja você pertence?

– Eu não represento religião nenhuma, vou logo dizendo. Sou peregrino, vivo na estrada. Vou de cidade em cidade, no Brasil todo, sempre caminhando. Prego nas esquinas, nas praças, nas ruas. Já estive na maioria dos Estados: Pará, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, o Sul todo. Estou há um mês aqui em São Paulo.

– E prega sempre descalço?

– É, eu me sinto bem assim...

– Fica até quando na cidade?

– Não sei, sou direcionado pelo espírito de Deus. Tenho caminhado assim sem parar faz um ano e cinco meses. Já são mais de 8 mil quilômetros. Se Deus permitir eu ficar um pouquinho aqui, vai ser bom. Aqui tem mais facilidade.

– Onde você está dormindo?

– Eu fico onde o Senhor Deus me dá paz e segurança. Ele sempre me dirige a um lugarzinho fora do movimento, da droga, da prostituição, essa desgraça toda. Deus falou: não te preocupes com o que tens que comer, beber ou onde dormir. Graças a Deus até hoje nunca me faltou nada.

– O que você espera com a sua pregação?

– Eu estou chamando todo mundo para que deixe sua situação no mundo e venha para a palavra de Deus. Eu digo para você, meu amigo: este mundo vai ser todo queimado. Vem com fogo, e vem em breve. Isso é iminente. Por isso a preocupação do meu Pai em chamar os eleitos dEle. Jesus Cristo veio para chamar você e todos aqueles que estão no pecado para que deixe o mundo, porque o mundo já está condenado. Ele está caminhando para o seu final. Está vindo o julgamento, tá compreendendo?

– Todos nós estamos no pecado?

– Todos, absolutamente. Todos os que vieram ao mundo através do sexo vieram do pecado.

– E o que é pecado?

– É isto que nós conhecemos: é choro, é morte, é dor, é injustiça, é adultério, é homossexualismo, é perversão. Isso é o mundo que você conhece, mas antes disso o mundo era a própria imagem e glória de Deus. Era a perfeita unidade do homem e seu Criador.

– Quem é Deus para você?

– Amor.

– Que tipo de amor?

– Não é esse amor que nós conhecemos. Esse é um amor pervertido. Tem um princípio e tem um fim. O amor de Deus é eterno. Se eu te amo com amor homossexual, isso não é amor eterno. O amor tudo suporta, o amor tudo crê, o amor tudo sofre, o amor tudo espera. O amor não se irrita, o amor

não arde em ciúmes, o amor não se ensoberbece.

– Mas Deus não ama a todos igualmente?

– Não. Impossível. Meu amigo, Deus ama tudo que Ele criou, os céus, a Terra. Agora, a perversão que foi criada em cima da Terra, isso não é uma lei de Deus. Por exemplo: Deus criou o cavalo e criou a jumenta. Agora vai lá o homem em sua perversão e junta o cavalo e a jumenta e sai o burro. Isso não é uma criação de Deus, tanto é que o burro nem tem vida em si mesmo, ele não vai para a frente. Deus não ama a perversão. Deus criou o macho e a fêmea. Já o homossexualismo, isso é perversão. Foi criado pela maldade do homem, inspirado pelo inimigo de Deus. Tudo isso vai ter que ser purificado. Na criação restaurada de Deus, vai ter lá o cavalo, vai ter a jumenta, mas o burro não vai ter, tá entendendo?

– Você já teve experiências homossexuais?

– Sim, com certeza. Eu era homossexual. E eu posso dizer com propriedade: o homossexualismo não vem de Deus. Vem da perversão do mundo.

– Quem era o Márcio antes de conhecer Deus?

– A minha vida no mundo era essa vida degradante de todo homem que não conhece Deus: era mentira, falsidade, hipocrisia, idolatria, prostituição, homossexualismo, rancor, malícia. Todas essas coisas que eu tenho certeza que você conhece bem, porque é a sua própria natureza, tá entendendo? Essa é a vida inerente a todo homem que vem a este mundo. Se ele não foi iluminado pela glória de Deus, ele vem nessa situação e parte nessa situação. E eu não estava mais aguentando viver no pecado. Comecei a procurar Deus para que Ele me livrasse dessa vida. Demorou, mas Ele veio. Glória ao Senhor Jesus Cristo!

– Que mudança Deus operou em você?

– Meu amigo, a única mudança, única e absoluta, foi gerar dentro dessa carcaça aqui um novo homem, uma nova criatura, à imagem e semelhança dEle.

– E antes de começar a peregrinar, o que você fazia?

– Eu era músico em Salvador. Tocava em bandas, dava aulas. Tocava saxofone, clarinete, flauta transversal e alguns outros instrumentos. Eu era muito ligado à música, desde adolescente. Eu dizia que a música era a minha religião.

– Mas a música também é uma forma de louvar a Deus, não?

– Exato. Se você tem o coração certo com Deus, é uma forma de louvar-Lo, com toda a certeza. Só que o ministério que Ele me chamou é esse que você está vendo aqui.

– Não sente falta de tocar?

– Às vezes eu sinto um pouquinho. Mas hoje eu louvo a Deus com minha própria voz, meu próprio fôlego. E eu faço isso com gratidão no coração. Amém.



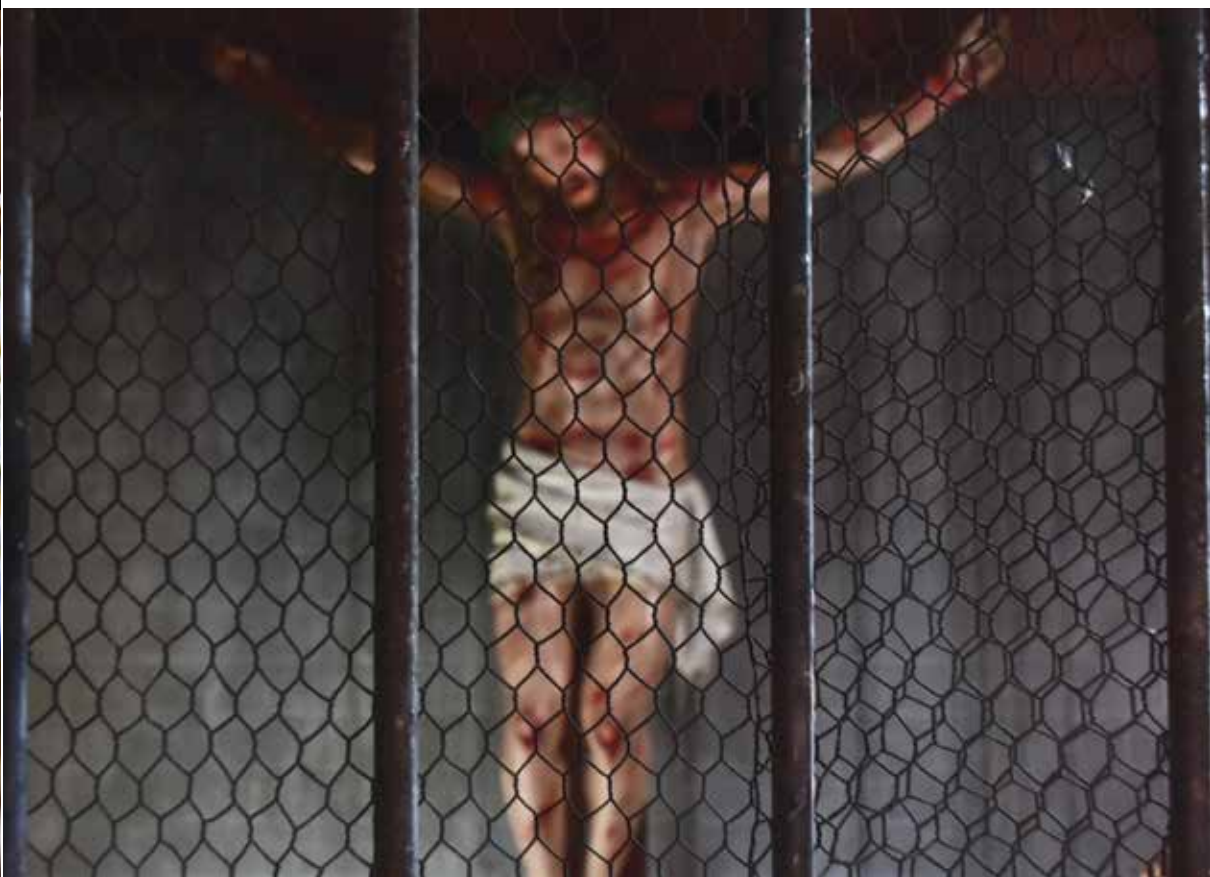
















Sinagoga Adat Ischurum

Rua Padre Edgar de Aquino Rocha, 8

PROCURAM-SE JUDEUS



Basta uma pessoa para que D'us se manifeste. Quanto mais gente, no entanto, melhor. Não precisam ser muitos: dez são suficientes. Desde que sejam judeus, maiores de 13 anos e homens (mulher não entra na conta). A razão por trás do cômputo é bíblica: no Gênesis, conta-se que o Criador disse a Abraão que pouparia Sodoma da destruição se lá se encontrassem ao menos dez homens justos. No fim havia menos, apenas Ló e sua família, que foram salvos antes que a cidade fosse arrasada, mas a passagem deu ensejo à ideia entre os hebreus de que basta esse número para formar uma comunidade. Nas sinagogas, alcançada essa cifra, se estabelece o *minian*, o quórum mínimo para que a reza se faça no coletivo – sem ele, ora-se individualmente e em silêncio; com os dez, ora-se pela comunidade toda. Nesse contexto, dez não parece uma cifra muito difícil de se obter. Mas este é o Bom Retiro. Homens adultos há aos montes aqui; o que está em falta são judeus.

A Adat Ischurum é uma das poucas sinagogas no bairro que ainda fazem diariamente a *shacharit*, a oração matinal obrigatória para todo judeu que se julgue praticante. São três por dia: as outras duas, *minchá* e *arvit*, rezam-se, respectivamente, à tarde e à noite. A da manhã, porém, deve ser feita ao nascer do sol, em horários pouco estimulantes, como às 6 em dias de semana e às 7 aos domingos. Só a do sábado, a

do *Shabat*, é que, na Adat Ischurum, começa às 8 – dura quatro horas e, por ser a mais importante, está sempre cheia. Quanto às rezas semanais e dominicais, é exagero dizer que aqui elas sejam um sucesso de público, mas é certo que quase sempre a conta fecha. E não é por causa dos judeus do Bom Retiro.

Houve um tempo em que os judeus foram a maioria no Bom Retiro, e o Bom Retiro era também onde vivia a maioria dos judeus de São Paulo, quicá do Brasil. Uma improvável *Yiddishland* cercada pela mata tropical. A própria região foi judaica em sua gênese: antes de se tornar parte da cidade, aquele pedaço da várzea sul do Tietê era uma grande chácara pertencente ao um certo Manfred Meyer, imigrante semita da Alsácia que a partir de 1870 fatiou suas terras para vendê-las aos italianos que começavam a chegar à capital por meio da recém-construída Estação da Luz. Chegavam e por lá ficavam, trabalhando inclusive para o próprio Meyer em sua olaria, produzindo telhas e tijolos com o barro acumulado nos meandros do rio.

Por causa do trem, o Bom Retiro foi a primeira área da cidade a se desenvolver de modo sistemático fora do Centro. GANHOU o primeiro parque público da capital (o Jardim da Luz), a primeira linha de bonde elétrico e duas das primeiras estações ferroviárias, a da Luz e a Júlio Prestes, a primeira especializada em regurgitar imigrantes na mesma proporção em que as chaminés da cidade começavam a cuspir a fumaça das indústrias. Primeiro vieram os italianos, depois os gregos e os armênios, e então os judeus, todos entre o final do século 19 e a antevéspera da Primeira Guerra. Saltavam em Santos, pegavam o trem, subiam a serra e desembarcavam ou no Brás ou na Luz.

Os judeus que desciam no Brás eram essencialmente sefarditas, fugidos das perseguições no Império Otomano. Vinham de lugares como Turquia, Grécia, Líbano e Egito e, talvez por afinidade geográfica, tornaram-se vizinhos e parceiros comerciais dos árabes, muçulmanos ou maronitas, que também se instalavam por ali. Já os asquenazes, provenientes do Leste Europeu, preferiam cruzar o Tamanduateí e saltar na Luz, fazendo do rio, mais do que uma divisa líquida, uma fronteira étnica. Embora unidos pela Torá, asquenazes e sefarditas não se bicavam: os primeiros eram chamados de “gringos”, os segundos de “turcos”. Ambos, porém, começaram da mesmíssima forma em São Paulo: como mascates, tomando emprestadas as mercadorias nas lojas de outros imigrantes para revendê-las, de casa em casa, às senhoras da capital. No Bom Retiro, eles eram os *klientelchik*, a palavra iídiche para ambulante; para os brasileiros, eram os “judeus de prestação”. Com o

tempo, conforme aumentavam a renda, esses mesmos judeus terminavam abrindo suas próprias lojas de tecidos, sapatarias e chapelarias na então rua dos Imigrantes – hoje José Paulino.

Os asquenazes do Bom Retiro desembarcavam acrescidos de um trauma adicional: os *pogroms*, mutirões de faxina étnica promovidos em todo o Império Russo com o objetivo único de eliminar a presença semita na terra dos czares. Judeus da Polônia, da Lituânia, da Ucrânia e da Bessarábia (hoje parte da Moldávia e da Romênia) foram os mais afetados: aldeias inteiras queimadas ou saqueadas, milhares de judeus assassinados. Depois vieram os alemães, asquenazes também, mas estes empurrados pela ascensão do nazismo em meados dos anos 1930. Nada como o espectro de um genocídio para repovoar um país: dos 70 mil judeus que imigraram para o Brasil entre 1840 e 1942, 50 mil desembarcaram em nossos portos apenas nas décadas de 1920 e 1930.

Diante de tanto horror, o Bom Retiro se tornou, no Brasil, a melhor Terra Prometida possível para aqueles tempos. Exceto, talvez, para as chamadas “polacas” da rua Itaboca, judias polonesas aliciadas na Europa para aqui se ver fazendo da genitália um negócio. Nos anos 1940, inclusive, a rua Itaboca (hoje Prof. Cesare Lombroso) chegou a ser uma área de prostituição chancelada pelo Estado: uma “zona de tolerância”, bem ali do lado do muro do trem, onde as polacas se punham às janelas para oferecer seus serviços e, ao mesmo tempo, avaliar a clientela. Se soubessem de um homem que estivesse doente, avisavam as colegas, em iídiche: “*Ein krenk!*”, algo como “Uma doença!”. Diz-se que, daí, surgiu a palavra “encrenca”.

Os judeus de melhor sorte, não transformados em cafetões ou prostitutas, puderam fazer do Bom Retiro seu novo gueto ou aldeia, organizada tal como na Polônia ou na Bessarábia, incluindo escolas, associações culturais e de assistência, açougues *kasher* e, é claro, sinagogas. Nelas os judeus rezavam, estudavam, faziam seus banhos de purificação, abrigavam os recém-chegados e se reuniam para tratar dos assuntos mais diversos da comunidade, inclusive a resolução de disputas diante de um tribunal rabínico. Era como um excerto de Jerusalém no meio da diáspora: matriz e dínamo da judeidade, cidadela aonde acorrer para não se esquecer de quem se é. Em São Paulo, a primeira delas foi a Adat Ischurum.

Oficialmente, a sinagoga mais antiga de São Paulo é a Kehilat Israel, fundada no ano de 1912 num sobrado na rua Correia dos Santos, hoje Lubavitch, perto da esquina com a rua da Graça. Cresceu, ganhou nova sede em 1957 e tornou-se o principal núcleo litúrgico do judaísmo bom

retirente. Hoje é um museu, o Memorial da Imigração Judaica, instalado sob a grande menorá que parece pairar sobre o Bom Retiro. A Adat Ischurum, por sua vez, nunca deixou de ser sobrado: nasceu discreta e discreta continua, quase incógnita, no meio de uma vila residencial, cercada de coreanos. Tão discreta que nem certidão de nascimento lhe deram; quem atesta sua fundação no ano de 1908 é a tradição oral, amparada por um ou outro documento centenário, entre eles um convite para um bar-mitzvá datado de 1913 – um indício de que já naquela época havia uma comunidade religiosa organizada por ali.

O memorialista do chamado Shil da Vila (*shil* é sinagoga em iídiche) é Abrão Zweiman, quarta geração no comando do templo – uma linhagem iniciada com seu tio-bisavô polonês, passado ao tio-avô e, então, ao pai. Morador do Bom Retiro há 60 anos, Abrão frequenta a sinagoga desde quando ela era uma casa de dois cômodos na rua Prates, onde os homens rezavam na sala e num dos quartos e as mulheres, no outro quarto e na cozinha. Ali a Adat Ischurum estava instalada desde os anos 1920, quando se mudara do endereço original na rua Itaboca no momento em que esta começava a se tornar zona de meretrício. Nessa casa da Prates, a sinagoga permaneceu durante décadas, graças à generosidade da proprietária, uma judia casada com um português que, sentindo-se culpada pela união com um não judeu, decidiu livrar os membros da sinagoga do peso do aluguel. Funcionou até que a mulher morresse – em questão de dias, já apareceram os parentes com uma ordem de despejo. “Não tínhamos contrato”, lembra Abrão. “Era tudo na base da confiança na época.”

Abrão, adolescente ainda, juntou-se a outros membros e saíram todos pelo Bom Retiro para recolher a *tshedacá*, contribuição em forma de donativos. Em um dia, arrecadaram pouco mais de 99 mil cruzeiros – a casa que queriam comprar, a da vila, numa travessa da Prates, custava 100 mil. Por razões obscuras, talvez por capricho de negociante, o dono da casa, judeu também, não quis dar desconto: preferiu ele mesmo contribuir com sua parte para completar o valor total. Negócio fechado, sinagoga nova – e, mais uma vez, sem contrato, à moda da época. Funcionou também até que o homem morresse; e lá veio a esposa do falecido cobrar a casa de volta, alegando a falta da escritura. Tudo que tinham era um rabisco no verso do cartão de visitas do antigo proprietário, onde constava algo como “Recebi 100 paus pela casa da sinagoga”. Pois não é que o juiz aceitou? Em 1960, a Adat Ischurum enfim passou a existir como personalidade jurídica.

E cresceu, à sua maneira: comprou-se a casa do lado, fez-se uma reforma e o que um dia foi um porão virou um lindo salão de reza inteiramente

revestido de madeira. Dos assentos – cada um com a etiqueta de seu patrono – à *bimá*, o altar em cujo fundo, voltado para o leste, para Jerusalém, reluz a arca sagrada onde está contido o rolo da Torá. “É uma sinagoga simples, sem luxo. Não tem poltrona acolchoada, mas é aconchegante”, diz Abrão. “As pessoas se sentem mais próximas de D’us aqui.” E olha que vem gente de longe para estar mais perto do Criador: Guarulhos, Itaquera, Sacomã, ainda que seja necessário acordar de madrugada para chegar a tempo da *shacharit*, comece ela às 6 da manhã numa segunda-feira ou às 7 no domingo. E é raro que não se alcancem os dez do *minian*. Na maioria das vezes, “dá e sobra”, como diz Valdomiro Palmeira, que quase todo dia sai às 5 de Itaquera para rezar em hebraico no Bom Retiro.

“Noventa e cinco por cento dos frequentadores não moram mais no bairro”, diz Abrão. Começaram a se mudar nos anos 1950, empreendendo uma microdiáspora que se espalhou pelos bairros de Higienópolis, Santa Cecília e Consolação, que é hoje onde vive o grosso dos 55 mil judeus paulistas (metade da população judaica no Brasil). Enquanto a *Yiddishland* se esvaziava, florescia a *Little Seoul*, lá pelos anos 1970, quando os judeus começaram a vender seus galpões aos coreanos – que não só assumiram as confecções israelitas como transformaram o Bom Retiro no maior centro têxtil da capital, além de encher as ruas com templos das mais infinitas correntes religiosas, todas com culto em coreano. O prédio onde Abrão mora é a melhor alegoria do novo Bom Retiro: “Dos quinze apartamentos, três são habitados por judeus. Nos outros doze vivem orientais: em dois são chineses e no resto, coreanos”.

Até as sinagogas se mudaram. A Knesset Israel, uma das maiores e mais antigas, fundada em 1916, trocou o Bom Retiro pela avenida Angélica em 1997. Em sua antiga sede na rua Newton Prado, hoje funciona a instituição beneficente Ten Yad. A Kehilat Israel continua lá, onde nasceu, mas virou museu. Outras fecharam, muitas se esvaziaram e poucas, muito poucas, das cerca de dez sinagogas que já existiram no bairro mantêm um serviço religioso regular. Fora a Adat Ischurum e a Beith Iztchok Elchonon, na rua Prates, as mais ativas são justo as frequentadas por judeus ultraortodoxos, seguidores do chamado hassidismo. É um fenômeno global, que não deixou nem São Paulo nem o Bom Retiro de fora: grande parte das sinagogas em declínio têm sido reavivadas com a contratação de rabinos do movimento Chabad-Lubavitch, uma das maiores organizações judaicas do mundo. No Bom Retiro, eles mantêm uma escola e uma enorme sinagoga na rua Talmud Thorá.

Quanto à Adat Ischurum, Abrão a define como sendo de “rito orto-

doxo, mas sem exigir ortodoxia de quem pratica". Ou seja, o serviço religioso segue à risca a práxis determinada pela Torá e pelo Talmude, mas, fora da sinagoga, cada um exerce o judaísmo que estiver ao seu alcance. "Não vejo o que acontece lá fora", diz Abrão, eximindo-se do papel de xerife espiritual, responsável por averiguar se o sujeito em casa come carne *kasher* ou se pega o elevador durante o *Shabat*. Abrão nem rabino é; e nem precisa ser: na prática, qualquer um que seja conhecedor dos mandamentos judaicos pode dirigir uma sinagoga e conduzir as orações. No Shil da Vila, inclusive, a prédica é revezada entre os membros: cada um prepara a leitura da semana, para depois sujeitá-la ao debate durante o serviço religioso do sábado.

Só isso já faria da Adat Ischurum uma sinagoga incomum. O que a torna insólita é que mais da metade de seus frequentadores não é filho de mãe judia. "O número de conversões tem crescido muito", ressalta Abrão. E isso que se converter ao judaísmo é façanha que exige longo esforço de paciência e tenacidade, já que um dos papéis do rabino é justamente dissuadir um góí, um não judeu, de sua ideia de abraçar a religião. No entanto, o monoteísmo parece estar em alta em São Paulo, pois não são poucos os cristãos que têm trocado Jesus pela espera de um novo Messias (que para o judaísmo ainda não chegou). Sobretudo nas periferias da capital, justo onde não há sinagogas. Para esse pessoal, o Shil da Vila é uma das de mais fácil acesso – tanto do ponto de vista viário quanto religioso.

"Esta é a única sinagoga do Bom Retiro aberta aos não judeus", diz Renato Origuela, ex-cristão que hoje é *chazan* – cantor litúrgico – na Adat Ischurum. Isso significa que ele teve que aprender o hebraico para cumprir a função, além de se familiarizar, como todos os convertidos, com os 613 mandamentos prescritos na Torá. E, sobretudo, desistir da ideia de que há qualquer tipo de intermediário entre D'us e os homens. Esta é a parte fácil: o que mais atrai os neojudeus é precisamente o exercício de um monoteísmo impoluto, circunscrito ao Antigo Testamento e, por isso, mais próximo do Todo-Poderoso. "Esta é uma sinagoga que cresce para cima, no sentido espiritual", diz Renato, ressaltando o caráter entusiasmado de seus novos fiéis – que, ao contrário dos hebreus de berço, fizeram do judaísmo uma escolha consciente. E em matéria de entusiasmo, ninguém supera Manuca.

Manuca nasceu Manoel Evangelista dos Santos em Ibirataia, sul da Bahia, mas adotou o pseudônimo de Imanuel Kadosh quando publicou, em 2001, seu primeiro livro, *Israel: Termômetro Divino* – o início de seu flerte com o judaísmo. De lá para cá, leu a Bíblia 14 vezes (em

hebraico, português, inglês, francês e espanhol), escreveu uma tese de doutorado focada numa "visão psicanalítica das falcatruas da Bíblia" – em que compara o texto original em hebraico com as traduções cristãs, de modo a detectar onde foi que os bispos do século 4 distorceram as Escrituras em proveito próprio, "como um traço de psicopatia" – e terminou se convertendo à fé judaica em 2015. Diante de um tribunal rabínico, afirmou sua judeidade e deu por encerrados 50 anos de dedicação à Igreja Adventista do Sétimo Dia – decisão que também lhe custou o casamento. Tudo isso em troca de um Criador único, "fonte de toda a energia do universo, manifestado em quatro letras apenas, tão santas que nem as pronunciamos" (ou seja, sem a letra e). "D'us está nas bananas, nas maçãs, nos animais, no DNA do nosso sangue; tudo isso a ciência já está vendo com os nanomicroscópios. Esse é o D'us dos judeus", resume Manuca.

Se o século 16 foi dos cristãos-novos, o 21 parece ser o dos judeus-novos. Na Adat Ischurum, é uma questão de sobrevivência. Sem os convertidos, dificilmente haveria hebreus suficientes para manter as orações diárias. E mesmo os neojudeus só manterão a sinagoga viva se continuarem se multiplicando, já que os mais antigos estão indo viver em Israel. Manuca já tem viagem marcada, Renato pretende ir em breve. Valdomiro também. É a chamada *aliá*, a migração para Israel, concedida, com inúmeros benefícios, a todo judeu com no mínimo cinco anos de prática – e cada vez mais popular entre os convertidos. Nesse sentido, o Bom Retiro tem se revelado menos um destino e mais uma escala rumo à Terra Prometida. Até Abrão está indo embora no ano que vem, encerrando quatro gerações de asquenazes à frente do Shil da Vila. "Alguém vai assumir", ele assegura. Só não diz se será um desses novos judeus. Talvez sim. Talvez não.

Ilê Asé Obá Oru

Rua do Bosque, 246

EM NOME DO REI

✂ Quem desce a escada é o pai ou o rei? Ou os dois? Os atabaques conclamam Xangô, o rei, mas é Toninho, o pai, quem surge do andar de cima do barracão, seguido de breve séquito. Lá se vai uma hora de festa e uns tantos orixás já foram saudados na roda do xirê. Falta ainda Xangô, dono da casa e da cabeça de seu sacerdote superior. Só não é dono da festa, que esta hoje é das labás: Oxum e Iemanjá, mães e rainhas. Mas nada de efetivamente importante acontece sem que o rei (ou o pai) se apresentem. Quando eles chegam, vêm no mesmo homem, que desce a escada portando brilho e talhe de monarca, capaz de silenciar todo o barracão.

Toninho abre oficialmente a festa e o xirê volta a girar – é a Roda de Xangô, onde se cantam em iorubá os feitos e atributos do patrono da justiça, do fogo e do trovão. E aí, só aí, é que os orixás são convidados para a festa. Uma vez saudado Xangô, Toninho pega na mão o adjá – a sineta mágica cujo badalo invoca as entidades – e os alabês fustigam com força redobrada os atabaques, construindo uma polirritmia feroz que faz subir o calor no barracão na mesma medida em que faz descer os orixás na carne de seus filhos. A goela grita, a boca entorta, os olhos reviram e um corpo já não é mais um corpo: é cavalo de santo, montaria que os de lá usam para seu passeio na Terra. A festa começa e Toninho se senta em seu trono. Acima dele, uma coroa e uma estátua: é de Xangô, o rei.

Xangô existe e não existe. Diz-se que houve de fato um rei, em tempos anteriores à contagem dos dias, que foi o quarto soberano de Oió, o mais poderoso dos reinos iorubás. Se esse rei existiu, hoje é pura energia incorpórea, força ígnea que infunde em seus filhos, no momento do nascimento, imperturbável senso de justiça e apreço pelo uso da autoridade. “Um filho de Xangô tem personalidade forte; gosta de dominar, não de ser dominado.” Pai Toninho de Xangô fala de si e também dos que têm o Thor afro como orixá de cabeça – algo como um signo solar que explica, mas não define, o porquê de cada um ser como é.

Pai Toninho já soube quem era muito cedo. Aos 7 anos de idade, acordou de madrugada incorporado do Caboclo Pedra Preta, revelando a mediunidade de mais um membro da família: o pai era espírita e benzedei, e a mãe, apesar de católica, volta e meia aparecia com entidade no corpo. Às vezes dava de incorporar o ex-marido falecido, bem na hora em que o pai de Toninho se chegava para o chamego. “Aqui não!”, dizia o espírito, interditando o corpo da mãe. Só a reza forte do pai é que fazia o morto se afastar.

Isso tudo em Rio Formoso, Pernambuco, onde Pai Toninho nasceu em um 9 de agosto (leonino, portanto – rei também), com o nome de José Antonio Pereira, em casa de roça, sem eletricidade nem estrada. Na cidade, nem terreiro tinha, só um centro espírita e duas igrejas evangélicas. “O resto era tudo católica.” A iniciação no candomblé se deu no Recife, cedo também: com 14 anos de idade, o rapaz já se consagrava a Xangô no Xambá, célebre terreiro da capital pernambucana. Anos depois, teve que se iniciar de novo em outra casa, pois o Xambá pertence a outra nação do candomblé – a feitura de santo anterior, portanto, não valia. No novo terreiro, revelou-se um novo dono da cabeça, Airá, que para uns é uma qualidade de Xangô e para outros um orixá diferente, ainda que estreitamente ligado à divindade do trovão. Dissensos à parte, Pai Toninho resume: “É a mesma coisa. Todos comem quiabo”.

A São Paulo, Toninho chegou com 17 anos, num início de década de 1970 em que a capital ainda começava a conhecer os orixás – com alguns séculos de atraso. Candomblé é fé antiga (“a mais antiga do mundo”, segundo Pai Toninho), nascida em terras africanas e renascida no Brasil, onde os escravos se reagruparam segundo seu país de origem e, nas senzalas, reinventaram uma África simbólica – onde se reproduzia, no espaço sagrado, o modelo de vida em comunidade. As tradicionais famílias iorubás ou bantos aqui se transformaram nas famílias de santo do candomblé, com os mesmos princípios de hierarquia, laços de parentesco e culto aos orixás (ou inquices, ou voduns, segundo a nação de

origem). Com uma diferença importante: na África, cada um era devoto dos orixás de sua família, determinados pela cidade ou região de origem; no Brasil, a linhagem familiar se perdeu e em seu lugar surgiu uma ancestralidade mítica: os orixás de cada um agora só se revelavam no jogo de búzios, prerrogativa dos pais ou mães de santo.

O candomblé como religião, portanto, é brasileiro. Os orixás são africanos, mas a forma como hoje são cultuados brotou mesmo em solo baiano, antes do fim da escravidão: já na primeira metade do século 19 havia terreiros em Salvador. Os mais antigos – Casa Branca, Gantois, Opô Afonjá e outros – são a matriz de praticamente todos os outros terreiros de nação iorubá no Brasil. Inclusive o Ilê Asê Obá Oru de Pai Toninho, cuja raiz está na Casa de Oxumarê, fundada no ano de 1836.

Na capital paulista, o candomblé levou mais de um século para aparecer: foi só nos anos 1960, duas décadas depois da umbanda, apesar de esta ser religião mais nova. A umbanda pegou rápido por aqui, talvez por seu apelo ao mesmo tempo cristão e kardecista, e por isso os primeiros terreiros a abrir na capital foram para venerar caboclos e pretos-velhos. Desses, muitos se tornaram casas de candomblé mais tarde, parte de uma torrente nagô que tomou a cidade e fez surgir numerosos terreiros de culto exclusivo ao orixás. O caudal veio primeiro do Rio de Janeiro, onde o candomblé já estava instalado havia mais tempo, para depois chegar sem escalas, direto do Nordeste, de onde vinha um imenso contingente de homens e mulheres em busca de nova vida na metrópole. Que, por acaso, eram também pais e mães de santo.

Toninho ainda não era pai de santo quando chegou, mas já havia dado início a uma promissora carreira no sacerdócio do candomblé, no Recife. De vendedor de limão na feira, tornou-se um dos primeiros a abrir terreiro na cidade, bem nessa época em que São Paulo começava a saber da existência dos orixás, sobretudo por meio dos discos e da televisão – Caymmi louvando a Mãe Menininha do Gantois, Clara Nunes descalça dançando para Iansã. O que era religião de preto começou a virar credo universal e, em São Paulo, especialmente cosmopolita: preto, branco, loiro, japa, todo mundo caindo no axé. Ou no mínimo marcando uma consulta com os búzios.

Pai Toninho mesmo fez fama usando as conchas como oráculos do país. “Foram tantas previsões, meu filho, que nem dá para lembrar.” Das mais importantes ele lembra: o pentacampeonato da seleção em 2002 e o impeachment de Collor. “Ele estava no auge, arrasando corações, e eu disse: ‘Esse homem vai ser expulso.’” Pois foi, e desde então Pai Toninho de Xangô só cresceu em prestígio e em filhos de santo – alguns

abriram casa e viraram pais de santo também, difundindo a descendência. Aqui e lá fora: duas vezes por ano, o mais ilustre filho de Xangô na capital vai à Europa visitar e aconselhar sua prole espiritual, hoje espalhada por Portugal, Espanha, Suíça e Itália. “Tenho 45 filhos de santo lá. Tudo estrangeiro”, enumera. “É uma vida inteira fazendo iaô, meu filho.” Na conta, 50 anos de dedicação ao candomblé. E a Xangô, sobretudo. “Ele é meu tudo, minha vida, meu amor. Desde que me entreguei ao orixá, nunca me faltou nada na vida.”

Convocados os orixás, segue o xirê. Dança Ogum, Iansã também – ambos já apossados do corpo de seus filhos. Vêm na sequência Oxum e Iemanjá, mas estas aparecem vestidas de gala, que a festa é delas. Chegam pela escada, como se descessem do céu, conduzidas ao palco sacro pelo adjá de Toninho, o pai, filho de Xangô, o rei, que aqui lidera seu cortejo de rainhas. Xangô foi homem de muitas mulheres. Oxum foi uma de suas esposas. Iemanjá, sua mãe adotiva, com quem também se deitou. Há mais Iabás – Iansã e Obá –, mas estas dançam com Xangô em sua própria festa, sempre a última do ano. Este ano, contudo, não vai ter Xangô no Ilê Asé Obá Oru: Pai Toninho vai celebrá-lo no Recife, no terreiro Santa Bárbara, cujo comando assumiu no ano passado. A casa esteve fechada por dez anos, e esta será sua primeira festa. Rei e pai, enfim, vão voltar para casa.

Igreja Ortodoxa Antioquina da Anunciação de Nossa Senhora

Rua Cavaleiro Basílio Jafet, 115

MISSA NA MUVUCA

✝ Breve instrução para uma viagem no tempo. Primeiro, desça a ladeira Porto Geral. Ao fim do declive, onde antes houve de fato um porto e o Tamanduateí ainda molhava as margens, atravesse a 25 de Março e siga pela Cavaleiro Basílio Jafet. Passando o Rei do Armazinho, antes da loja Kakarekos, há uma porta. Acima dela, um edifício comercial. Não tem erro, fica bem na frente da barraca da Maria, especializada na venda de EVAs em forma de letras do alfabeto e ídolos infanto-juvenis, como Batman e Galinha Pintadinha. Junto a essa porta, perto do batente esquerdo, Alexandre vende balões da Minnie e do Bob Esponja; do outro lado, pode-se comprar do mesmo Alexandre adesivos com imitação de ladrilho hidráulico e embalagens decoradas com os Minions. Se a porta estiver aberta, entre. E não estranhe se a 25 entrar junto, na forma de luz e ruído (“Cresce na água o bichinho”, grita o sujeito da barraca vizinha à da Maria em intervalos regulares, anunciando a venda de bolinhas de gel que aumentam de tamanho quando hidratadas). Apesar de comprido, o corredor que leva ao espaço sagrado é incapaz de conter o alarido da rua. Acostume-se: vai ter Anitta no pai-nosso.

A porta é o que sobrou da fachada de uma igreja que nasceu de corpo inteiro no ano de 1904, com torre e sino e tudo. Foi a primeira igreja católica ortodoxa no Brasil, erguida pelos imigrantes sírios quando ain-

da havia sírios na 25 – agora os lojistas são quase todos chineses, ou porque compraram os pontos dos árabes ou porque os alugam deles. Nos anos 1940, os sírios ainda estavam lá, e foram eles mesmos que mandaram derrubar parte do templo para construir em cima o prédio de seis andares. Deus, Deus, negócios à parte: era preciso sustentar de alguma forma a arquidiocese, já que as doações dos fiéis não andavam bastando – pelo jeito a ideia foi boa, pois hoje o aluguel das salas ajuda a manter até a catedral do Paraíso, à qual a pequena igreja está vinculada.

Sumiu a carcaça, mas restou o núcleo sagrado, encaixado no térreo do edifício: a memória dos inícios da ortodoxia no Brasil incrustada nessa cápsula do tempo que se tornou a Igreja Ortodoxa Antioquina da Anunciação de Nossa Senhora. Tudo ali é antigo, até o rito: no caso, a Divina Liturgia de São João Crisóstomo, instituída pelo arcebispo de Constantinopla no século 5 como o rito oficial do Império Bizantino e ainda hoje celebrada, de forma quase inalterada, na maioria das igrejas católicas ortodoxas do mundo. Daí os nomes em grego das partes da missa rezada na igreja da 25: *Epiclese* (a invocação do Espírito Santo), *Megalinario* (hino à Virgem), *Kinonikon* (hino da comunhão), *Apolisis* (encerramento) e outros.

É um culto em certa medida enigmático, hermético até, remanescente das velhas missas latinas anteriores ao Concílio Vaticano II, em que o padre celebrava de costas para os fiéis (ou seja, de frente para o altar) e fazia as orações em latim, algumas delas em forma de canto. Aqui não tem latim, mas tem grego e árabe, embora poucos ou nenhum dos presentes entenda qualquer palavra dessas línguas. Os trechos cantados – quase a missa inteira – felizmente são em português, uma responsabilidade do subdiácono Jenner Verçosa, que, como quase todos aqui – exceto o padre João Damasceno, sírio – não tem origem árabe.

“É uma missa ortodoxa para fiéis não ortodoxos”, resume Jenner, explicando que os últimos frequentadores genuinamente ortodoxos ou morreram ou se mudaram faz tempo do bairro, passando a frequentar a Catedral Metropolitana Ortodoxa do Paraíso, inaugurada em 1954. Desde 2000 não se reza mais a missa de domingo aqui, por falta de quórum; o único culto é o de quarta às 11 e meia, com a presença de não mais do que duas dúzias de pessoas, a maioria das quais talvez nem soubesse da existência de uma igreja de rito oriental na região, quiçá nem da existência do rito oriental em si, antes de cruzar, desavisada, a porta de madeira em frente à barraca da Maria.

“Muitos entram para acender vela e se dão conta de que não é uma

igreja católica romana quando veem o iconostásio”, diz Jenner, referindo-se ao reluzente painel de ícones dourados que enfeita a parede leste do templo e serve de divisória entre a nave e o ieró, o santuário dentro do qual fica o altar e onde grande parte da missa se desenrola – talvez o único lugar realmente a salvo da muvuca da 25. E é precisamente fugindo dessa muvuca que muitos descobrem sem querer a igreja de Nossa Senhora, sobretudo sacoleiras em seu habitual périplo mercantil. “Venho quase toda semana, quando venho fazer compras”, diz Ronilce Silva, em busca do que chama de um “ambiente de paz”. Nem que seja só para acender uma vela. Quando dá, assiste à missa. E não importa se é ortodoxa; Ronilce recusa preconceitos: “Já fui em umbanda, candomblé, budismo. Hoje vou mais na igreja católica, e aqui também. E às vezes na evangélica”.

“Aqui é um campo aberto”, sintetiza Jô Domingas, professora de artes na rede pública que aproveita as férias para juntar sua voz de soprano à de barítono de Jenner nos cantos litúrgicos. Filha de pai baiano e mãe sergipana, descendente de “portugueses, pataxós, africanos, holandeses e judeus espanhóis”, Jô se converteu ao catolicismo ortodoxo em 2007, dois anos depois de Jenner – ambos vindos de lugares diferentes, mas exploradores de um caminho comum aos convertidos da cidade, que é percorrer inúmeras igrejas de rito oriental (grega, russa, copta, ucraniana) antes de se firmar em uma. No caso dos dois, a igreja de destino foi a Antioquina, por sinal uma das mais antigas do cristianismo, enraizada nas primeiras comunidades cristãs formadas pelos apóstolos Pedro e Paulo no século 1.

E é tão aberto o campo aqui, diz Jô, que volta e meia aparece santinho de igreja romana na mesa de velas. E uma vez acharam uma lembrança aos pés de uma imagem de Nossa Senhora que fica num nicho lateral da igreja, no meio de um mar de mensagens e pedidos escritos em papel, “coisa que não é costume ortodoxo”. Ninguém na arquidiocese antioquina se incomoda muito com isso, nem mesmo o arcebispo, ciente de que, apesar do público estranho ao rito, é importante manter a igreja em funcionamento, pela sua relevância na memória da presença dos sírios ortodoxos em São Paulo – mesmo que a missa tenha que ser adaptada, quase uma missa-museu, bem mais curta que a da catedral (aqui dura 45 minutos, lá são duas horas e meia) e um tanto menos severa no que diz respeito à liturgia.

“Pela lei da Igreja Ortodoxa, você só pode comungar se for batizado”, explica Jenner. E, no entanto, na hora da comunhão, lá vai a plateia inteira fazer a fila da eucaristia, na qual o padre João Damasceno usa

uma colherinha para jogar na garganta dos fiéis uma massa à base de pão fermentado, vinho e água quente. Edilon, o sacristão, fica ao lado munido de um lenço para evitar que as pessoas babem. Ao fim da missa, o padre surge por trás do iconostásio com uma bandeja de prata sobre a qual repousa o *antidoron*, o pão bento, distribuído em pedaços aos presentes. “Servimos o pão no final porque a regra é comungar em jejum”, informa Jenner. “Por isso a missa é sempre de manhã, antes de as pessoas tomarem o café.”

Mais uma regra da liturgia ortodoxa quebrada sem que a maioria dos fiéis tenha ciência disso. “O arcebispo não se preocupa, pois sabe qual é a realidade daqui”, diz o subdiácono. Ele também não se importa que as pessoas peguem dois, três, até mais, pedaços de pão, como sói acontecer. Andrea Alves da Silva, por exemplo, sempre sai com mais de um na bolsa. “Meu almoço é aqui”, diz. Andrea não é ortodoxa, não mora no bairro e nem trabalha na 25, mas está quase toda semana na igreja da Nossa Senhora, pela simples razão de que essa é uma das poucas missas que ela consegue encaixar em sua rotina de trabalho. Andrea tem dois empregos, ambos no Itaim Bibi: de manhã numa maternidade, à tarde numa clínica de vacinação. De segunda a segunda, com folga duas vezes por mês. Toda quarta, quando pode, troca a hora de almoço por uma viagem de ida e volta de ônibus até o Terminal Parque Dom Pedro, só para assistir à missa na igreja dos sírios. “Saio elevada daqui. Quando eu consigo vir, aguento o trabalho até de noite.” Andrea se diz católica apostólica romana, mas, como todos aqui, não parece se importar em frequentar o templo de uma religião que se separou do Vaticano há mais de mil anos. O padre de sua paróquia não sabe, mas “Deus perdoa, com certeza”.

Templo da Glória de Deus
(Sede Mundial da Igreja Pentecostal Deus é Amor)
Avenida do Estado, 4.568

DEUS É FERVOR

 O viaduto do Chá numa sexta à tarde parece ser um ótimo lugar para se encontrar sentido na vida. Ande poucos metros e você será interpelado ou pelos voluntários do Greenpeace ou pelos obreiros da Deus é Amor. Os primeiros são mais persuasivos em seu esforço de conversão ao credo ambientalista, enquanto os segundos se valem de estratégias mais sutis: enquanto um dos obreiros conclama um novo rebanho para o Reino de Deus, o outro, em silêncio, distribui folhetos com mensagens de esperança, na expectativa de repercuti-las em espíritos aflitos. Em poucos metros de viaduto, pode-se tanto salvar as baleias quanto a própria alma, e ainda encontrar respostas nos búzios ou nas cartas, consultando um dos muitos pais e mães de santo recostados na mureta, debaixo de imensos guarda-sóis. Falo com Lamerque, o pregador – motorista de lotação e obreiro nas horas vagas –, que me convida a visitar a sede de seu templo, aquele edifício com cara de shopping center entre a avenida do Estado e o viaduto que leva à Radial. “Vai lá conhecer. A bênção é grande”, ele diz. “As portas estão sempre abertas. Escangaiadas!”

Eu poderia falar do pé-direito de 50 metros de altura, das arquibancadas de estádio e das cadeiras de plástico com as cores do arco-íris.

Poderia mencionar a pobreza harmônica das canções, e as quase duas horas de cânticos em sequência a que meus ouvidos foram submetidos. Ou relatar o quanto me senti parte da plateia de um programa de auditório, em razão das táticas de animação de massas usadas pelos pastores – bem eficazes, devo dizer. Poderia também falar das acusações de enriquecimento ilícito e sonegação fiscal que pesaram sobre o fundador da igreja, David Miranda. Ou mencionar também a duvidosa criação do Dia da Igreja Pentecostal Deus é Amor, em lei sancionada pelo então prefeito Fernando Haddad. Mas preciso falar do Donizete. Dele e das centenas de pessoas aglutinadas rente ao púlpito de mármore, sobre o qual se ergue a efígie da irmã evangelista Maria Lorena – um espectro vibrátil de pele branca, camisa branca e cabelos brancos, tudo ainda mais alvo quando diante da massa parda e preta que se acotovela a seus pés.

Preciso falar da irmã Maria Lorena também. Ela não é pastora, nem presbítera, obreira ou dirigente; embora seja uma das figuras mais influentes da Deus é Amor, ela não tem lugar na hierarquia da igreja. Seu lugar é o mundo: a chamada “evangelista” tem passado os últimos 40 anos percorrendo o planeta com objetivo único de espalhar, de maneira rizomática, a doutrina criada pelo missionário David Miranda. Já esteve na Índia, na Cuba de Fidel e no meio da guerra civil em Angola, sempre buscando multiplicar o número de templos da Deus é Amor – mesmo que, no início, eles se reduzam a um quarto de hotel ou a um barraco numa favela de Nairóbi. Além da cor da pele e da origem de sua família – seu pai era um fazendeiro no Paraná, descendente de alemães –, a irmã Maria Lorena também difere de seus colegas pastores e missionários pelo modo trêmulo, quase febril, com que prega, à maneira dos quacres – os integrantes da velha seita protestante britânica conhecidos por se estremecerem no púlpito, tomados pela inspiração divina; daí o nome em inglês, *quakers*, “tremedores”.

Maria Lorena diverge inclusive da própria figura do fundador da Deus é Amor, David Miranda – que, como a vasta maioria dos fiéis e dos ministros de sua igreja, vem do meio rural e das camadas menos favorecidas da população. Ainda hoje, mais da metade dos evangélicos pentecostais no Brasil não concluiu o ensino fundamental. E recebe, no máximo, um salário mínimo. A teologia da prosperidade pregada nas ditas neopentecostais é invenção recente: até meados dos anos 1970, o pentecostalismo se disseminava essencialmente entre os pobres da nação, em particular aqueles que, como David Miranda, engrossavam o êxodo urbano e aterrissavam desorientados nas metrópoles, não raro enredados num meio hostil, em situação de invisibilidade e escassez. Foi esse

o terreno, dos mais fecundos, onde brotou a nova doutrina evangélica em solo nacional, já no início do século 20, quando missionários europeus implantaram as duas primeiras igrejas desse tipo no país: a Congregação Cristã no Brasil, instalada em São Paulo em 1910, e a Assembleia de Deus, cuja primeira sede foi inaugurada em 1911 em Belém.

Essa é a chamada primeira onda do pentecostalismo brasileiro. A segunda é aquela na qual se inscreve a Deus é Amor, filha de uma vigorosa Cruzada Nacional de Evangelização empreendida nos anos 1950 por dois missionários americanos, que montavam tendas pelo país e ali operavam curas divinas, encorajavam os fiéis a seguirem normas rígidas de conduta para não se desviar da palavra de Deus e dispensavam reflexões teológicas em favor de experiências místicas suscitadas pelos dons do Espírito Santo. Foi numa dessas tendas que a família de David Miranda, proveniente de um contexto católico no interior do Paraná, se converteu ao pentecostalismo, inoculando em si mesma o desejo de criar uma igreja própria, nos moldes de outras que já vinham sendo inauguradas em decorrência dessa campanha, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, de 1953, e a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, de 1955.

A Igreja Pentecostal Deus é Amor surgiu um pouco depois, em 1962, ela própria também numa tenda, na Zona Norte. E já chegou munida de um poderoso aparato evangelizador, o rádio: no ar desde o ano da constituição da igreja, o programa *A Voz da Libertação* foi o grande meio disseminador da doutrina de David Miranda pelo país, em grande medida o responsável pelos quase 850 mil brasileiros que se disseram seguidores da igreja no último censo, além da construção, em 2004, de sua sede mundial na baixada do Glicério, o Templo da Glória de Deus – atualmente o segundo maior templo religioso da capital, depois do Templo de Salomão. Hoje o programa já pode ser ouvido pela internet ou em aplicativo de celular – o que não deixa de ser curioso, dado que um dos aspectos mais inegociáveis da Deus é Amor é o uso restritivo de aparelhos eletrônicos por parte dos membros; uma das mais de 200 regras impostas aos irmãos que decidem se filiar a ela.

Desde a morte do fundador, em 2015, fala-se no afrouxamento de algumas dessas normas, como a permissão do uso de calças em ambiente de trabalho às mulheres (desde o início elas são obrigadas a usar saia) e o fim da caderneta onde se controla a frequência aos cultos por meio de tabelas. Mas certamente serão mudanças pontuais, já que a rigidez moral é um dos principais alicerces sobre os quais a Deus é Amor se estrutura e mantém coeso seu rebanho – proibido, entre outras coisas, de fumar, tomar bebidas alcoólicas, ir à praia ou a piscinas públicas,

andar “seminu” (ou seja, de maiô ou regata), usar “joias pecaminosas” ou “camisetas com estampas mundanas”, além de praticar adultério, masturbação, fornicação e homossexualismo; tudo isso passível de penas de suspensão que podem durar de poucos meses a vários anos.

Nesse sentido, a Deus é Amor é uma espécie de igreja intermediária na cronologia do pentecostalismo brasileiro: se por um lado perpetua a intransigência característica das primeiras congregações, por outro abriu caminho para práticas que depois seriam adotadas pelas igrejas da terceira onda – a chamada neopentecostal – a partir dos anos 1980, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Isso inclui, em particular, a espetacularização dos cultos: quase quatro horas seguidas de cânticos arrebatados, sessões de descarrego, curas milagrosas, entrevistas com demônios incorporados e rituais de êxtase coletivo à base de exaltações a Deus e do repúdio ao Diabo.

Tudo isso submerso num estranho (estranhíssimo) estado de transe permanente, não muito diferente do que se vê nos terreiros de umbanda, com a diferença de que, aqui, na Deus é Amor, as pessoas mergulham na consciência alterada mediante a oração em línguas e a repetição infinita de aleluias e glórias-ao-senhor. Nessa hora, calculo, tudo cessa. Nessa hora a mente é um território povoado unicamente pela fé tenaz na salvação, destituída de toda dor, toda aflição, toda a insuportável realidade de todo dia. Nessa hora é que a gente entende porque já são 25 milhões os brasileiros que abraçaram a fé pentecostal. Uma Austrália inteira gritando “Queima, Satanás!”.

Eles vêm sabe-se lá de onde, suportando sabe-se lá quantas horas de transporte público para estar aqui todos os domingos, e talvez nos dias de semana também. As mesmas horas que aturam diariamente em trens e ônibus suburbanos, entre a ida e a volta do trabalho, e que talvez sejam o mesmo número de horas de sono. Não bastasse gastar as horas do dia atravessando a cidade; não bastasse atravessar a cidade para garantir a renda da família como caixa de supermercado, vigia ou faxineira, e, talvez, serem humilhados por seus patrões e patroas; não bastasse não ter tido escolas decentes na infância e na adolescência para não ter que se sujeitar a um subemprego; não bastasse ainda perder esse subemprego, por “corte de custos”; eles também têm dores. Têm dores nas juntas, dores na coluna, no estômago, no peito, no corpo todo. Têm hérnias, tumores, picos de insulina, artérias hipertensas, rins inoperantes. Crises de enxaqueca, crises de epilepsia, crises de pânico, de ansiedade, de depressão. Dores da carne ou do espírito que o sistema público de saúde não cura. Ou demora a curar.

Não bastasse isso tudo, eles estão aqui. Ao pé da irmã Maria Lorena, empunhando muletas, radiografias, tomografias e laudos de biópsia, na esperança de cavar um lugar entre a massa e chegar mais perto do púlpito e da Graça de Deus. Maria Lorena os acolhe, lhes dá as bênçãos, opera o milagre. “Em nome de Deus, você está curada. Abandone essas muletas!” E, sim, eles ensaiam uns passos com a muleta no ar, e vão caminhando trôpegos de volta a seu assento, estupefatos, chorando um choro que talvez seja de alegria, talvez de dor. “Você volte a fazer os exames e terá uma surpresa.” Eu poderia falar da histeria coletiva, da mistificação, dos métodos de manipulação. Poderia falar dos efeitos da fé sobre a saúde do corpo que a ciência tem tentado explicar. Mas preciso falar dos homens e das mulheres aglomerados junto àquele altar e seu olhar órfão, enfeitiçado pela esperança de um Pai que os perceba e os acolha. Se a cura de fato ocorre, não sei. Talvez eles voltem a andar de muleta no dia seguinte. Talvez não as usem mais, e as pendurem no varal ao lado da entrada do templo, mais uma entre centenas, como lembrança da cura. Bem ali onde também há uma prateleira na qual se expõem potes de vidro contendo gazes e resquícios de extrações cirúrgicas conservados em formol.

Mas preciso falar do Donizete. Preciso falar da alegria do Donizete. Ele não anda de muleta, nem porta uma radiografia, e parece até bem de saúde, mas está lá, perto do púlpito, quando se aproxima e me diz: “Jesus é tudo de bom, cara”. Assim, do nada. E desata a falar de Deus e de sua vida, do quanto andava metido na bebida e na “putaiada”, aquelas coisas de testemunho de convertidos, e diz isso tudo sem tirar o riso da boca; um sorriso bonachão, genuíno, límpido, como há tempos eu não via em ninguém. Fico sabendo que tem 54 anos e que a vida desregrada lhe custou um casamento de muitos anos, mas que agora está bem sozinho, se guardando para um novo amor abençoado por Deus. E me recomenda que eu venha mais vezes, pois aqui “está cheio de moça bonita, que vive no Espírito Santo”.

Pergunto-lhe o que mudou em sua vida desde que começou a vir à Deus é Amor. E ele: “Tudo! Eu era triste, era deprimido”. Difícil imaginar o Donizete triste, mas acredito. Acredito também no seu acreditar. Esqueça-se o mau gosto, a histeria coletiva, a rigidez moral; quem há de negar a fé e a alegria do Donizete? Talvez a Deus é Amor não seja para todos. Talvez não seja para ninguém, mas enquanto faltar um Pai para essa gente, haverá sempre uma religião madrasta a lhes oferecer um Deus que a todos cura, a todos acolhe, a todos vê. “O ser humano sem Deus fica fraco”, me diz o Donizete antes de se despedir e me deixar ali, ouvindo a voz tremeluzente da irmã Maria Lorena. Eu e minhas fraquezas.





















Xavier Bartaburu (São Paulo, 1976) é jornalista, fotógrafo e pesquisador das tradições populares brasileiras. Formou-se em Jornalismo na ECA-USP e trabalhou por sete anos na revista *Terra*, na qual foi editor-executivo e publicou mais de cinquenta reportagens produzidas ao redor do mundo e pelo interior do Brasil, tanto em texto quanto em foto, sempre buscando revelar novas visões do patrimônio socioambiental do planeta. Nos últimos anos, tem dado continuidade a esse trabalho escrevendo e fotografando para livros, sites e revistas, em grande parte dedicados à difusão da cultura e da biodiversidade brasileiras. Até o momento, já são cerca de 20 livros publicados.

www.xavierbartaburu.com